



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Ciências Sociais e Humanas

A Proliferação do Fundamentalismo Islâmico na África Subsariana: o Caso da Nigéria entre 2000 e 2013

António José Gomes Belo (M5311)

**Dissertação para obtenção do grau de Mestre
em Relações Internacionais
(2º Ciclo de Estudos)**

Orientadora: Prof. Doutora Teresa Cierco

Co-Orientador: Professor Doutor Mário Raposo

Covilhã, Maio 2014

DEDICATÓRIA

Ao Guilherme pelo tempo que não lhe prestei a atenção merecida.

À Céu pela compreensão, apoio e incentivo para vencer mais este desafio.

A África, continente de potencialidades, desafios, encantos e desgraças cujo desenvolvimento e estabilidade só do homem depende.

AGRADECIMENTOS

À Professora Doutora Teresa Cierco pela orientação, paciência, disponibilidade e ensinamentos transmitidos durante o curso e na fase de elaboração da dissertação.

Ao Professor Doutor Mário Raposo pela consideração e permanente disponibilidade demonstrada.

Aos Professores do Mestrado de Relações Internacionais pelos conhecimentos transmitidos.

Ao Dr António Realinho pelas sugestões efetuadas.

RESUMO

País de grandes potencialidades ao nível dos recursos naturais e humanos, a Nigéria enfrenta neste momento um dos mais críticos momentos após a independência face ao conflito visível que opõe o grupo ‘terrorista’ Boko Haram ao Estado nigeriano. De inspiração ideológica islâmica, torna-se necessário concetualizar a sua atuação à luz dos conceitos de Terrorismo, Fundamentalismo, Islão e Desenvolvimento pois só assim poderemos verdadeiramente qualificar e analisar o seu posicionamento a nível interno e perante a comunidade internacional.

A breve análise histórica da Nigéria permitiu-nos compreender as vicissitudes da formação do país antes e pós independência, assim como tornou mais perceptível a influência nem sempre positiva do excesso de recursos naturais e a incapacidade do país para aproveitar as suas receitas em benefício da população.

O fundamentalismo professado pelo Boko Haram e materializado através da violência afigura-se como uma tentativa de resposta desesperada à incapacidade do Estado nigeriano proporcionar as devidas condições de bem-estar social necessárias ao normal desenrolar da vida quotidiana. A resposta do governo da Nigéria deve ser adequada para a resolução de um conflito que inicialmente e de forma ‘aparente’ se revestia de contornos de fundamentalismo religioso.

Não sendo nossa pretensão efetuar uma análise de todos os aspetos relevantes que afetam a Nigéria, pretende este trabalho, ser um ponto de partida para futuras reflexões sobre a temática do aumento do fundamentalismo islamita na Nigéria, dos problemas associados e a sua influência no desenvolvimento do País.

O futuro irá exigir de ambas as partes o recurso ao diálogo, compreensão e tolerância sendo necessário que o Estado Nigeriano consiga através de programas políticos, económicos e sociais estruturais eliminar ou diminuir de forma visível as assimetrias entre o norte e o sul, entre cristãos e muçulmanos e possibilitar a qualquer cidadão o exercício dos mais básicos direitos democráticos com vista ao restabelecimento da unidade nacional.

Palavras-Chave: Terrorismo, Fundamentalismo, Islão, Estado, Desenvolvimento

ABSTRACT

Nation of great potentialities in human and natural resources, Nigeria nowadays faces one of the most critical moments after independence due to the clear conflict that opposes the terrorist group Boko Haram and the Nigerian State. With Islamic ideological inspiration it's necessary conceptualize Boko Haram's actions according to the concepts of Terrorism, Fundamentalism, Islam and Development as only this way it's possible to qualify and analyze its positioning at internal and international level.

The brief historic analysis of Nigeria has allowed the understanding of vicissitudes of the creation of the country before and after independence. It has also made the not always positive influence of its great amount of natural resources more perceptible as well as the inability of the nation to take advantage of its revenues to the benefit of the population.

The fundamentalism professed by Boko Haram and materialized through the violence seems to be a desperate attempt to answer to the incapacity of the Nigerian State to provide good conditions of social welfare necessary to the normal course of daily life. The response of the Nigerian government should be adequate to the solution of a conflict that in the beginning seemed to have outlines of religious fundamentalism.

The aim of this paper is not to make an analysis of all the relevant issues that affect Nigeria but it is a starting point for future research on increasing Islamic fundamentalism in Nigeria, associated problems and its influence in the development of the country.

The future will demand the use of the dialogue, comprehension and tolerance from both parts and that the Nigerian State through social, economic and politic structural programmes should succeed in eliminating or reducing, in a visible way, the differences between north and south, Christians and Muslims, and give any citizen the chance to exercise their most basic democratic rights to reach the restoration of national unity.

Keywords: Terrorism, Fundamentalism, Islam, State, Development

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
CAPITULO I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL	7
1.1 CONCEITOS.....	7
1.1.1 O TERRORISMO	7
1.1.2 O ISLÃO	12
1.1.3 O FUNDAMENTALISMO.....	17
1.1.4 O DESENVOLVIMENTO	22
1.2 A PROLIFERAÇÃO DO FUNDAMENTALISMO EM ÁFRICA	27
1.3 O CONSTRUTIVISMO	40
CAPITULO 2 - CARACTERIZAÇÃO GEOPOLÍTICA DA NIGÉRIA.....	47
2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA	47
2.2 A POBREZA NA NIGÉRIA.....	52
2.3 A ‘MALDIÇÃO’ DOS RECURSOS: O PETRÓLEO	64
2.4 PROBLEMA ESTRUTURAL: A CORRUPÇÃO.....	70
CAPÍTULO 3 - O FUNDAMENTALISMO ISLÂMICO NA NIGÉRIA	77
3.1 RELIGIÃO.....	77
3.2 O BOKO HARAM	86
3.3 TERRORISMO OU REIVINDICAÇÃO?.....	93
3.4 REAÇÃO DO GOVERNO NIGERIANO A ESTE ‘FENÓMENO’	99
3.5 QUE FUTURO PARA A NIGÉRIA?	106
CONCLUSÃO.....	115
BIBLIOGRAFIA.....	119
ANEXOS.....	137
ANEXO I - Percentagem de Sunitas e Xiitas na Nigéria	139
ANEXO II - Percentagem de Cristãos e Muçulmanos na Nigéria	141
ANEXO III - Preocupação relativamente ao extremismo.....	143
ANEXO IV - Justificação da violência na religião	145

LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS E FIGURAS

TABELAS	ASSUNTO	PÁGINA
1	Incidência da pobreza por setor e zonas	58
2	Índice de desenvolvimento humano por zonas	61

GRÁFICO	ASSUNTO	PÁGINA
1	PIB <i>per capita</i> na Nigéria entre 1995 e 2008	54
2	Nível de pobreza na Nigéria	58
3	Índice de desenvolvimento humano na Nigéria 1999-2008	60

FIGURAS	ASSUNTO	PÁGINA
1	PIB <i>per capita</i> por Estado	54
2	Dispersão de grupos étnicos na atual Nigéria	56

LISTA DE ACRÓNIMOS

SIGLA

AQMI	Al-Qaeda do Magrebe Islâmico
CJTF	Civilian Joint Task Forces
EITI	Extractive Industries Transparency Initiative
ETA	Euskadi Ta Askatasuna
FBI	Federal Bureau of Investigation
GIA	Grupos Islâmicos Armados
GSPC	Grupo Salafita para a Pregação e Combate
IRA	Irish Republican Army
JTI	Jama'atul Tajdidi Islam
MEND	Movement for the Emancipation of the Niger Delta
MLNA	National Movement for Libertation of Azawad
NAPEP	National Poverty Eradication Program
NEITI	Nigerian Extractive Industries Transparency Initiative
OLP	Organização para a Libertação da Palestina
PAP	Poverty Alleviation Program
PIB	Produto Interno Bruto
SAP	Structural Adjustment Program
UNDAF	United Nations Development Assistance Framework
UNDP	United Nations Development Program
UNODC	United Nations Office on Drugs and Crime

INTRODUÇÃO

A África Subariana é uma das regiões mais pobres do mundo sendo afetada por problemas estruturais graves, muitos deles, decorrentes ainda do colonialismo. No entanto, são os conflitos étnicos, religiosos, sociais, políticos e económicos que mais afetam a região, criando tensões espontâneas que conduzem a situações de violência extrema e até genocídio. A pobreza, as doenças e até a segregação racial contribuem para o aumento dos problemas sociais e de subdesenvolvimento que motivam a deslocação das populações para outros países ou continentes. A zona é assolada por conflitos etno-religiosos entre tribos africanas ou entre guerrilheiros fundamentalistas e os governos de países islâmicos.

A utilização do terrorismo como instrumento de concretização de objetivos diversos tem sido usual ao longo da história. A evolução das sociedades conduziu à complexificação do terrorismo ao assumir várias tipologias que abrangem desde o puro terrorismo político até ao terrorismo motivado, aparentemente, pela religião.

Este último foi incrementado a partir dos anos noventa e tem afetado a estabilidade política, económica e social de vários Estados e regiões em virtude da intensidade de violência que apresenta e dos danos, principalmente psicológicos, que causa nas populações.

O terrorismo de cariz islâmico é, sem dúvida, o mais conhecido na atualidade. No entanto, não podemos associar todos os Muçulmanos ao terrorismo pois o Islão é uma religião de paz e nem todos os Muçulmanos são terroristas.

Será pois de toda a conveniência que não se confunda o Islão na sua essência, com ações fundamentalistas ou extremistas, pois este não apela à violência. Como da mesma forma não deveremos confundir fundamentalismo e terrorismo que são fenómenos diferentes, embora desde 2001 sejam facilmente associados devido às suspeições que caíram sob a comunidade muçulmana.

O surgimento de várias facções dentro do próprio Islão levou a que este fenómeno passasse a ser merecedor de maior atenção e reflexão, nomeadamente, pelo ocidente. A *jihad*¹ professada no Alcorão² começa a ser interpretada pelos ideólogos e fundamentalistas islâmicos de forma diferente, aumentando o ódio aos países ocidentais, em especial aos

¹ Jihad significa ‘esforço’ para encontrar o caminho de Deus. Os radicais do islão traduzem-na como ‘Guerra Santa’ ou ‘Guerra Justa’. Significa a guerra contra o Dar-al-Harb (Mundo da Guerra) por parte do Dar-al-Islam (Mundo do Islão). Por isso os radicais o consideram o sexto pilar do Islão (Silva 2011: 56-57). Esforço do crente para se transformar num islâmico melhor. É um conceito polissémico que possui outros significados, podendo adquirir um significado bíblico, se se verificarem determinadas condições, mas obedecendo a determinados limites (Gonçalves 2011: XXVIII).

² O Alcorão é a prova da veracidade da palavra de Allah (palavra árabe que significa Deus). É uma revelação espiritual de orientação ético-social. É neste livro que estão contidas as instruções que Allah prescreveu para a comunidade muçulmana e foram transmitidas através de Maomé (o profeta de Allah) (Silva 2011:4)

A palavra Alcorão deriva do árabe e significa ler ou recitar pelo que o termo Alcorão pode ser entendido como ‘uma recitação ou um conjunto de coisas para serem recitadas’ (Elias 2010: 19)

Estados Unidos. A sua desesperada tentativa de ‘reconstituição do califado e união da *Umma*’³ justifica o uso de todos os meios e atitudes, incluindo a violência, colocando o problema do fundamentalismo islâmico na ordem do dia e transformando-o numa prioridade global.

O modo como a segurança passou a ser encarada após o ‘11 de Setembro’, em 2001, nos Estados Unidos da América, alterou profundamente a conceitualização até então aceite. Este acontecimento alertou toda a comunidade internacional para as capacidades do terrorismo transnacional, detentor de recursos que podem provocar eventos com um elevado número de vítimas e, como consequência com uma vastíssima repercussão mediática.

O ‘11 de Setembro’ é pois, um exemplo paradigmático de como as facilidades decorrentes da globalização permitiram aos terroristas delinear um plano e atacar o ocidente no seu bastião. Desde esta data outras situações tiveram lugar um pouco por todo o mundo justificando-se a luta por causas diversas através da utilização de métodos e táticas violentas que já causaram milhares de vítimas.

O controlo de fronteiras parece não ser suficiente para a contenção do terrorismo islamita pois os terroristas lançam os seus ataques nos países de destino, a partir de dentro e perpetrados por indivíduos já radicados nesses países ou até por europeus convertidos ao Islão.

A Nigéria tem sido alvo, principalmente, desde 2009, de sucessivas ações terroristas de cariz islâmico que têm ameaçado a segurança de toda a população. Constitui uma república constitucional federal, composta por trinta e seis Estados e um território onde se situa Abuja, a capital. É o país mais populoso de África e também o maior exportador de petróleo e possui as maiores reservas de gaz natural do continente.

Com esta quantidade de recursos humanos e naturais a Nigéria deveria estar em condições de construir uma economia próspera, reduzir a pobreza, melhorar a educação, os cuidados de saúde e as infraestruturas e satisfazer na sua plenitude as necessidades da população. No entanto, apesar do crescimento económico verificado, este não se traduziu em empregabilidade, pelo que o desemprego constitui, na atualidade, um dos maiores problemas da Nigéria.

A pobreza é significativa e proceder à sua redução requererá um crescimento sustentado dos vários setores económicos, não apenas do petrolífero e o desenvolvimento das capacidades humanas. No entanto, constrangimentos ao nível de políticas e incentivos em áreas como a saúde, a educação, a agricultura, a rede de infraestruturas e o ambiente, apresentam-se como entraves ao desenvolvimento sustentável com reflexos na produtividade do país.

Esta aparente contradição que reside no facto de, por um lado, estarmos perante um país que é o maior produtor de petróleo de África e onde, ao mesmo tempo, mais de metade da sua população vive na pobreza, conduziu a uma das nossas interrogações sobre a problemática do aproveitamento, em prol do bem público, das receitas provenientes desses mesmos recursos.

³ A comunidade política de crentes (Silva 2011:5)

Também a corrupção endêmica de que a Nigéria padece, principalmente ao nível das elites, continua a marcar a política nigeriana, o que confirma a fragilidade da sua democracia.

A diversidade étnica e religiosa, a quase total dependência das receitas do petróleo e a sua deficiente e desigual distribuição geográfica, a que se associa a degradação ambiental e os problemas de gestão têm provocado o descontentamento da população contra o Estado nigeriano.

A população nigeriana é constituída por inúmeros grupos divididos por duas religiões principais: o Islamismo e o Cristianismo. A fragmentação geográfica, étnica e cultural da Nigéria procura ser equilibrada pela estrutura federalista do país. Contudo, embora o ambiente sociopolítico da Nigéria esteja relativamente estável, há focos de instabilidade em várias partes do país, resultado, em grande medida, da deficitária coordenação do governo e dos seus Estados federais. Grande parte desta instabilidade tem sido criada pelo grupo ou seita terrorista Boko Haram, que tem levado a efeito várias ações violentas contra alvos, principalmente, cristãos e contra o Estado nigeriano ao reivindicar a implantação de um Estado islâmico.

Dada a diferença considerável entre os Estados do norte e os do sul da Nigéria no que respeita aos rendimentos e qualidade de vida, face à existência de petróleo na zona do Delta do rio Níger, coloca-se a questão se será exetável que a pretensão do Boko Haram seja apenas de carácter religioso ou terá também motivações económicas? É igualmente questionável, face ao incremento das ações violentas intentadas pelo Boko Haram, principalmente desde 2009, qual será o futuro da Nigéria, face a uma aparente incapacidade do Estado em controlar a atividade deste grupo e ao incondicional aumento das 'atitudes' fundamentalistas naquele país. Será que a dispersão do fundamentalismo de conotação islâmica na Nigéria poderá de forma inequívoca afetar o seu desenvolvimento económico, uma vez que sem segurança toda a atividade económica estará comprometida?

É pois notório que a Nigéria enfrenta hoje desafios políticos, sociais, económicos e religiosos que afetam a sua estabilidade e a que o Estado federal necessita de dar uma resposta adequada no sentido de melhorar a qualidade de vida dos nigerianos e assegurar os mais elementares valores democráticos.

É também evidente que muitas das atuais características da Nigéria refletem a herança colonial e os modelos administrativos europeus de aplicabilidade duvidosa nas sociedades africanas e que acabaram por levar ao clientelismo, injustiça e desigualdade entre os vários estratos da população.

A decisão de abordar esta problemática, deve-se ao fato da proliferação do fundamentalismo islâmico na África subsariana, nomeadamente na Nigéria, se afigurar um tema de grande relevância e atualidade, face às ações violentas levadas a efeito naquele país pelo grupo ou

seita terrorista Boko Haram na sua procura de implantação da “Sharia”⁴, a lei islâmica, em todo o país. Face ao incremento e violência das ações encetadas pelo grupo, em especial, contra os cristãos nigerianos, merece-nos este tema uma atenção especial, sobretudo ao despertar a nossa curiosidade intelectual sobre a forma como o governo nigeriano irá agir face a uma ameaça real à sua segurança interna, com implicações económicas e sociais devastadoras ao enfatizar de forma negativa a imagem nacional perante a comunidade internacional.

O objetivo deste trabalho consiste em conhecer de que forma as ações levadas a efeito pelos fundamentalistas islâmicos têm afetado ou podem vir a afetar, o desenvolvimento da Nigéria. É também propósito, aferir se a motivação do Boko Haram é unicamente religiosa ou se na sua génese estão causas económicas, sociais e políticas.

Como orientação para o nosso trabalho, consideramos como questão de partida a seguinte: De que forma a proliferação do fundamentalismo islamita afeta o desenvolvimento da Nigéria? Procuramos averiguar se as ações violentas levadas a efeito pelos elementos do Boko Haram, com todas as reivindicações associadas poderão comprometer o futuro económico, social e político da Nigéria.

Estabelecemos ainda três hipóteses de trabalho:

Atendendo que o petróleo é um recurso natural de onde provêm importantes receitas monetárias será que este contribui para a redução da pobreza na Nigéria?

Considerando o nível de corrupção na Nigéria será este facto preponderante para o aumento da pobreza da população?

Sendo a Nigéria um país maioritariamente muçulmano será de prever um incremento do fundamentalismo islamita contra os cristãos?

Relativamente à metodologia escolhida para o nosso trabalho de investigação esta assenta no método dedutivo, uma vez que é já significativo o conhecimento científico existente na área de investigação cuja problemática nos propomos analisar. As leituras que efetuamos permitem analisar de forma crítica o fenómeno da expansão do Islão em África e, particularmente, na Nigéria. Partimos assim de uma teoria já existente na área científica das relações internacionais- o construtivismo, para servir de base à análise das consequências da proliferação do fundamentalismo na Nigéria.

A mais-valia da utilização deste método reside no facto de ser possível tecer, partindo das pesquisas realizadas, novas considerações sobre a problemática em estudo e, com isso poder contribuir para desencadear novos processos de investigação.

⁴ Significa ‘o caminho’ e é a designação utilizada para qualificar o Direito Islâmico. É composta por quatro fontes: o Corão, a sunna e as ahadiht e o consenso (ijma) entre a comunidade (Gonçalves, F. (2011)).

A escolha do Construtivismo como teoria de análise decorre da possibilidade do conflito entre o Estado nigeriano e o grupo Boko Haram permitir, certamente, num futuro próximo uma nova construção social da Nigéria devido às mudanças que irá impulsionar não só a nível social mas também económico, político e religioso.

Neste trabalho privilegiamos a pesquisa de artigos científicos, relatórios e livros, provenientes de organismos e pessoas que se dedicam à pesquisa, com firmada reputação internacional, consultados através da internet ou em bibliotecas.

No que diz respeito à estrutura definida, o nosso trabalho encontra-se dividido em três capítulos. No primeiro capítulo, fazemos o enquadramento teórico através da revisão bibliográfica de conceitos como Terrorismo, Fundamentalismo, Islão e Desenvolvimento, que consideramos essenciais para uma melhor compreensão do tema que nos propomos analisar. Abordamos também a proliferação do fundamentalismo na África Subsariana e fazemos o enquadramento teórico à luz da teoria Construtivista das Relações Internacionais para uma melhor compreensão da atual situação na Nigéria.

No segundo capítulo, encetamos uma breve caracterização geopolítica da Nigéria, afluindo com maior pormenor, e numa perspetiva histórica, o processo de criação do país. Veremos ainda detalhadamente a ‘aparente’ contradição existente entre a vasta riqueza proveniente da produção de petróleo e a pobreza que grassa na Nigéria, em especial, na região norte. Terminamos com a análise de um problema estrutural: a corrupção. No final deste capítulo teremos respondido às duas primeiras hipóteses consideradas.

No terceiro capítulo, centramo-nos na problemática do fundamentalismo islâmico na Nigéria. Fazemos algumas conjeturas acerca da religião na Nigéria, assim como procuramos proporcionar um conhecimento sobre a origem, ideologia, organização e atuação do Boko Haram. Abordaremos as questões relativas às motivações terroristas ou reivindicativas do grupo e à forma que o Estado nigeriano encontrou para lhe dar resposta. Com esta parte do nosso trabalho teremos respondido à última hipótese de trabalho definida.

No final, apresentamos as nossas conclusões e levantamos algumas interrogações que poderão servir de ponto de partida para futuros trabalhos de pesquisa.

CAPITULO I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL

1.1 CONCEITOS

1.1.1 O TERRORISMO

O termo ‘terrorismo’ tem suscitado cada vez mais o interesse dos meios de comunicação social à medida que, principalmente no século XX e XXI, tem coabitado com o quotidiano das populações em várias regiões do globo. Responsável por um elevado número de vítimas, o terrorismo, apresenta-se cada vez mais mortífero. Por isso, Vegar (2007: 163) refere que “para os Estados o terrorismo é visto como uma forma de violência armada criminosa, enquanto para as organizações terroristas, este, assume-se como uma arma política legítima”.

Definir terrorismo não se afigura fácil. Para Rogeiro (2004:526) “o nascimento do conceito de terrorismo é ambíguo”. Os primeiros registos de atos de terrorismo pertenceram aos ‘Zelotas’, um grupo judeu que no século I a.c. se opunha ao Império Romano quando este ocupava a Judeia na Palestina, e aos ‘Assassins’, um grupo Shia muçulmano que entre 1070 e 1272 se opunha aos cruzados no atual Médio Oriente (Barnardy 2007: 21-22).

O conceito de terrorismo deriva da palavra ‘terror’ que surge associada ao período do ‘Reino de terror’ vivido entre 1793 e 1794 em plena Revolução Francesa, levado a cabo pelo partido político de Robespierre com o recurso efetivo à violência extrema. Surgiu o terrorismo de Estado (Ferreira 2006:40) que ao ter um cariz estatal levava à obediência inequívoca dos súbditos. Com o fim da II Guerra Mundial e até ao fim da década de 80 emergiram duas superpotências: os Estados Unidos da América e a ex-União Soviética que mediam forças no cenário internacional. A utilização de armas de destruição maciça leva ao surgimento do ‘Terrorismo de Ordem Internacional’ (Idem: 40). No mesmo período surgem vários grupos nacionalistas e anticolonialistas que desenvolvem uma guerra de guerrilha espalhando o terror com vista à independência das colónias. Para Ferreira (Idem: 40-42) “o uso de atos de terrorismo por parte dos diversos grupos guerrilheiros caracterizou o modelo de terrorismo assimétrico”, composto por duas vertentes: o terrorismo seletivo cujo objetivo é criar instabilidade na potência dominante e o sistemático, praticado por grupo separatistas que defendem a autodeterminação dos povos, como é o caso do Exército Republicano Irlandês (IRA), Euskadi Ta Askatasuna (ETA) e Organização para a Libertação da Palestina (OLP).

Já no século XXI, o ‘11 de Setembro de 2001’, assinala uma nova forma de terrorismo devido à sua capacidade operacional de levar a efeito atos terroristas em países estrangeiros recorrendo às suas mais variadas formas (bioterrorismo, cyberterrorismo, etc). Por

consequente, o terrorismo tem acompanhado a evolução da humanidade, adaptando-se para fazer face a novos desafios. Não existe atualmente uma definição internacionalmente aceite de terrorismo. Parece apenas existir um conjunto de características comuns que permitem diferenciar na teoria as suas diversas formas.

Como refere Leandro (2004: 323-356), o que é aceite universalmente é a definição de ato terrorista, retirando-se dessa definição ‘aproximações’ para estreitar o conceito de terrorismo. Apesar de terem sido efetuadas muitas tentativas para definir terrorismo, não há uma definição consensual (Barnardy 2007:206-207). Nesta mesma linha de pensamento está Berriew (2007) ao referir, também, que não existe uma definição universalmente consagrada. A resolução nº1566 (2004) do Conselho de Segurança das Nações Unidas indica o que pode ser uma definição de terrorismo “(...) *criminal acts, including against civilians, committed with the intent to cause death or serious bodily injury, or taking of hostages, with the purpose to provoke a state of terror in the general public or in a group of persons or particular persons, intimidate a population or compel a Government or an international organization to do or to abstain from doing any act*”.

A União Europeia (2004) considera como infrações terroristas aquelas que “ (...) *seriously intimidating a population unduly compelling a Government or international organization to perform or abstain from performing any act,*” or “*seriously destabilizing or destroying the fundamental ... structures of a country or an international organization*”.

O Federal Bureau of Investigation (FBI) (2002) define terrorismo internacional como “(...) *the unlawful use of force and violence against persons or property to intimidate or coerce a government, the civilian population, or any segment thereof, in furtherance of political or social objectives*”.

O Serviço de Segurança do Reino Unido (2013) classifica o terrorismo como:

“The use or threat of action designed to influence the government or an international governmental organization or to intimidate the public, or a section of the public; made for the purposes of advancing a political, religious, racial or ideological cause; and it involves or causes: serious violence against a person; serious damage to a property; a threat to a person’s life; a serious risk to the health and safety of the public; or serious interference with or disruption to an electronic system”

Rogeyro (2004: 525) define o terrorismo como “ o sistema, ou o regime baseado no medo, no impacto psicológico negativo sofrido por indivíduos, grupos ou massas, provocado por atos de violência calculada”. Tem normalmente o objetivo de atingir um fim que vai para além das vítimas. Para Cooper (2001: 883) o terrorismo é definido da seguinte forma:”*Terrorism is the intentional generation of massive fear by human beings for the purpose of securing or maintaining control over other human beings*”.

Uma das particularidades do terrorismo é o fato do seu alvo serem os civis em vez de combater exércitos. O ataque a populações inocentes tem em vista quebrar a confiança que as liga ao poder legítimo e explorar os meios de comunicação social do adversário,

maximizando os efeitos dos atentados, ao ter o cuidado de selecionar os momentos que permitem a transmissão do atentado quase em direto. Nesse sentido Gurr e Marshall (2005:62) referem que *“terrorism, if it can be objectified, is surely a subset of violence, that is, if it is not held to be synonymous with violence. Terrorism, as a form of political violence, has one essential quality: the intentional targeting of civilian, non-combatant populations”*.

Os inocentes são usados para forçarem o Estado a ceder aos objetivos dos terroristas fragilizando a confiança existente entre ambos (Moreira 2004: 9). O terrorismo assenta, normalmente, em três aspetos fundamentais: o uso da violência como modo de ação; a imposição na sociedade de um clima de terror e um sentimento de medo; e por fim, a atuação terrorista é exercida, quase sempre, com uma finalidade política. É normalmente entendido como um ato político injustificado e ilegítimo, um meio para atingir um fim, e tem objetivos imediatos destacando-se: o primeiro, a criação de terror indiscriminado que procura a criação de danos, independentemente do alvo ser de grande ou pequena notoriedade; o segundo, engloba o terrorismo seletivo que define o alvo do atentado e visa sobretudo as instituições do Estado. A ação terrorista é um ato premeditado em que as vítimas pertencem, normalmente, à população civil. O terrorista pretende “matar um cidadão para aterrorizar mil” (Sanmartín 2005:23).

Das definições já enunciadas, podemos observar que o terrorismo é quase sempre referido enquanto um ato de violência intencional sobre a população civil, de caráter indiscriminado, para disseminar o medo dessa mesma violência não seletiva.

Para Wilkinson (apud Lara 2007:430) o terrorismo contemporâneo pode ser decomposto em quatro categorias: 1) Terrorismo de Guerra. É o tipo de terrorismo que ocorre durante um conflito de cariz militar efetivo ou durante uma situação de guerra fria, ou seja, de equilíbrio de poder pelo terror; 2) Terrorismo Psicológico. Este tipo de terrorismo recorre, por exemplo, a utilização da religião como forma de constrangimento psicológico; 3) Terrorismo Político. Inclui ações de terrorismo revolucionário ou sub-revolucionário e, ainda, o terrorismo de Estado, também conhecido como totalitarismo; e o 4) Contra-terrorismo. Neste caso, o contra-terrorismo, pretende anular as consequências do terrorismo recorrendo aos mesmos meios e formas de ação.

A maior parte dos teóricos considera que “os terroristas são motivados, com algumas exceções, por razões políticas específicas ou por fundamentos religiosos”. Para Hoffman (2006) os terroristas religiosos “têm vontade de eliminar inimigos definidos segundo critérios muito amplos”, resumindo-se à eliminação do não-crente e não a uma eventual conversão.

O terrorismo religioso marcado pelo elevado número de vítimas que provoca e pela dimensão simbólica das ações terroristas irá dar origem ao terrorismo jihadista. Centralizaremos o nosso trabalho nos atos terroristas motivados por correntes ou doutrinas islâmicas. O terrorismo islâmico ou jihadista é uma forma de violência massificada que não tem paralelo na História, tanto mais que a probabilidade de utilização de armas de destruição massiva depende só da capacidade técnica (Torres 2004: 118).

O terrorismo jihadista consiste em aterrorizar elementos civis de um determinado Estado, tendo por objetivo condicionar os decisores políticos na sua ação de luta contra o terrorismo, procurando a expansão da fé e da lei islâmica e instaurando através do terror uma ditadura islamita radical. O terrorismo praticado pelos movimentos muçulmanos assenta na doutrina islamita sendo definido nos Estados Unidos e Europa por fundamentalismo islamita ou mesmo jihadismo. Neste tipo de terrorismo há uma obediência rígida aos ensinamentos do Alcorão que contempla o dever do fiel muçulmano de combater através da violência todos os que não aceitam a palavra de Alá, limitam o poder, a difusão e a expansão do islamismo. Os praticantes deste tipo de terrorismo dividem-se em dois grupos: no primeiro, os cultos ou as seitas reclamantes de serem privilegiados de uma relação próxima de Deus que normalmente “não têm uma vinculação a religiões consagradas”; no segundo, estão os grupos ou seitas que protestam contra os princípios adotados em religiões consagradas (Vegar 2007: 165). Os terroristas realizam atentados em massa e contra vítimas indiscriminadamente, pois o importante não é a vida humana mas o símbolo que essa vida representa como foi o caso do atentado às torres gémeas em 2001 nos Estados Unidos que simbolizavam o poderio da economia americana. Os terroristas islamitas aproveitam as fragilidades e as facilidades do ocidente para se estabelecerem e retirarem vantagem no plano económico, operativo e tático devido há permeabilidade dos países ocidentais.

Para Pinto (2004:495) “esta animosidade contra o ocidente atinge o seu apogeu nos finais do século XIX por causa da imposição do domínio colonial e da presença imperial europeia”. A principal motivação dos radicais islamitas decorre do fato de carregarem um sentimento de humilhação consubstanciado na ameaça cultural e religiosa do ocidente laico e dominador. Uma das características mais espetaculares dos atentados jihadistas é o recurso aos bombistas suicidas. O terrorismo jihadista é pois “uma batalha ideológica a vencer pelo Ocidente”, tendo sempre presente o respeito pela fé islâmica. Embora nem todos os terroristas contemporâneos sejam muçulmanos e nem sequer a maioria dos muçulmanos apoia o extremismo (Clemente 2008: 99).

Carateriza-se o terrorismo religioso por objetivos transcendentais, utópicos ou religiosos em contraste com os objetivos mais pragmáticos e limitados politicamente do terrorismo secular. A meta dos terroristas islâmicos é “a união de todos os muçulmanos num Estado para dominar o mundo” (Cook 2003: 52). É sugerido que os ‘terroristas religiosos’ não estão interessados num mundo melhor ou numa reforma, mas na destruição do mundo como o meio para proporcionar o regresso de ‘Deus’, o Messias (Gunning e Jackson 2011: 371). O novo terrorismo é diferente em caráter, não definindo exigências políticas, mas pretendendo a destruição da sociedade e a eliminação de largas faixas da população (Laquer 1999: 81). Os objetivos que estão na génese do ‘terrorismo religioso’ são caracterizados pelo absolutismo, inflexibilidade, irrealidade, assentando no pragmatismo político e não suscetível de negociação. Estão imbuídos numa guerra contra o mal (Juergensmeyer 2003:146). Para Morgan (2004:30-31), “ hoje os terroristas não querem sentar-se à mesa, eles querem destruir

a mesa e todos os que se sentam nela”. O ‘terrorismo religioso’ está mais associado a atos de sacrifício simbólico ou devocional inspirado por Deus do que em atos cujo objetivo é enviar uma mensagem. Os grupos terroristas de cariz religioso são mais violentos do que os grupos seculares e têm maior probabilidade de usar armas de destruição massiva, pois têm a capacidade de evocar o total compromisso e fanatismo dos seus membros em contraposição com as atitudes mais ponderadas dos grupos seculares (Stern 2003: xxii). Muitos estudos sobre este tipo de terrorismo referem que o elemento religioso é a causa central da violência pois há uma assunção implícita de que as ideias religiosas têm o poder de a causar. Neste sentido a religião é vista como a causa do terrorismo contemporâneo. Como refere Sageman (2004:1) a propósito do Terrorismo islamita, “a ideologia Salafita⁵ determina a missão, marca os objetivos e determina as táticas”.

O terrorismo de cariz religioso não é pois menos violento pois visa a vingança e a própria violência em relação ao terrorismo político: “*For the religious terrorist, violence is a divine duty... executed in direct response to some theological demand... and justified by scripture*” (Hoffman, 1998 *apud* Morgan, 2004: 34). Para compreender os objetivos deste tipo de terrorismo é necessário distinguir os terroristas religiosos dos terroristas com objetivos principalmente políticos (Morgan, 2004: 32). Coloca-se a questão de saber se o radicalismo islâmico assume uma nova cultura terrorista.

Podemos caracterizar uma nova tendência terrorista contemporânea através da existência de atores não estatais e transnacionais, desenvolvidos em torno de uma visão religiosa localizada no Médio Oriente. O ‘11 de Setembro de 2001’ é o exemplo mais marcante e paradigmático do terrorismo contemporâneo e veio desencadear uma luta global contra o terrorismo e fez emergir para primeiro plano a questão da segurança regional e mundial.

Segundo Ramos (2012:70-71) ‘o terrorismo fundamentalista islâmico’ terá tido a sua génese na Irmandade Muçulmana, mas foi com a retirada soviética do Afeganistão que o fundamentalismo radical ganhou o espaço que Bin Laden aproveitou para estruturar a Al-Qaeda e criar uma rede de grupos islâmicos fundamentalistas radicais. Os grupos extremistas espalharam-se por vários pontos do globo, iniciando uma ação jihadista, inicialmente regional e voltando-se posteriormente contra o ocidente. Este terrorismo transnacional praticado pelos fundamentalistas islâmicos é uma preocupação principalmente para os países ocidentais. A Al-Qaeda otimizou o terrorismo islâmico, moldando-o com tecnologias de ponta através da utilização da internet e comunicação por satélite, internacionalizando-se, de forma a expulsar numa primeira fase os infiéis dos lugares santos do Islão e, numa segunda fase, restabelecer o Califado, mas não sem antes reconfigurar a *Umma* (comunidade islâmica) (Vegar 2010: 62). Os movimentos radicais consideram que só a violência possibilitará ao Islão libertar-se dos infiéis e recuperar o Califado. Por isso o terrorismo internacional não terá fim e prolongar-se-á pelo século XXI.

⁵ Movimento muçulmano sunita de carácter reformista (Dicionário Priberam da Língua Portuguesa (2013) Salafismo. Disponível em <http://www.priberam.pt/dlpo/salafismo> [07 Dezembro 2013])

A Al-Qaeda e o terrorismo internacional em geral, constituem uma rede que procura não manter ligações territoriais precisas e identificáveis e utiliza apenas como elo de ligação a religião islâmica.

Também ao nível da cultura muçulmana parece existir a ideia de que os valores e instituições ocidentais representam uma ameaça aos símbolos culturais, à ideologia e à linguagem do mundo muçulmano, o que poderá colocar as suas sociedades em perigo.

1.1.2 O ISLÃO

A cultura islâmica ao utilizar padrões de atuação diferentes dos ocidentais tem motivado o interesse e curiosidade do mundo ocidental. Os atentados terroristas ocorridos em 2001 nos Estados Unidos e posteriormente em Madrid e em Londres vieram fomentar o despertar para uma realidade até então adormecida. Nos países muçulmanos, onde o Islão é a religião predominante, não é possível aferir diferenças entre a esfera secular e religiosa o que em muitos casos tem evoluído para exemplos de fundamentalismo islâmico, não só baseados em princípios religiosos, mas consubstanciados em ideias políticas.

Segundo Benzine (2005:21-22), o Islão representa “um conjunto de valores e dogmas recolhidos no Corão, de fé e espiritualidades vividas em formas individuais e sociais onde a sua prática se foi desenvolvendo ao longo da história. Tem uma função de consolidador social dos seus seguidores”.

A compreensão do Islão conduz-nos ao profeta Maomé, um árabe pertencente à tribo Qoraish, do clã Hashim, que teve funções de chefe militar e legislador. A religião islâmica impôs-se pela força, tendo a tribo de Maomé subjugado as demais existentes, o que é revelador do permanente uso da força no Islão.

O Islão é uma religião monoteísta, surgida no século VII fundada pelo profeta Maomé que viveu entre 570 e 632 da nossa era. O Islão significa “submissão, sendo Maomé o último de uma série de profetas que recebeu a revelação diretamente do único e verdadeiro Deus através do arcanjo Gabriel e sem padecer dos erros e distorções que foram efetuados nas Escrituras judaicas e cristãs. Apesar do Islão ser a mais recente das religiões monoteístas porque se legitima e reconhece Abraão como profeta, considera-se então como a mais antiga e verdadeira religião” (Gonçalves 2011: XXVIII). O Islão proliferou ao longo dos séculos por todo o mundo, sendo atualmente a religião que mais cresce, tendo hoje cerca de 1,6 mil milhões de fiéis, o que representa cerca de 23% da população mundial, formando o segundo maior grupo religioso. Segundo o *Pew Research Religion & PublicLife Project* (2013) cerca de 16% residem na África subsariana e 20% no Médio Oriente e norte de África. O Islão não é só a segunda maior religião de África é também a que parece crescer mais depressa e que causa maior preocupação no ocidente. O Islão veio para África, sobretudo, por várias vias diferentes: pela conquista e expansão árabe e otomana; pela conquista dos territórios

adjacentes aos impérios muçulmanos na África ocidental; como acompanhante do comércio internacional; através dos trabalhadores da Índia e outros países asiáticos e posteriormente pela conversão ao Islão promovido pelas Irmandades Sufi.

Tendo como posição a resistência ao que é estrangeiro, em particular, ao que provém do Ocidente, o Islão apresenta-se como alternativa aos modelos capitalistas ocidentais. A sua estratégia de apoio aos mais pobres, a garantia de escolas, os incentivos económicos são regras de atuação seguidas pelas organizações islâmicas para atrair mais seguidores, nomeadamente as elites.

O termo 'Islão' assenta na submissão total a Deus, não sendo o seu seguidor "um guerreiro ou um fundamentalista" (Boff 2009: 24). O Islão tem uma natureza expansionista baseada nas crenças enunciadas no Alcorão que Maomé diz ter escrito com inspiração divina, uma vez que é obrigação de todos os fiéis submeterem os infiéis, persegui-los e fazer-lhes a guerra santa-*jihad*. No entanto, esta vontade de expansão islâmica foi contrariada entre os séculos XII e XIV com a reconquista cristã. Tendo nos séculos XV e XVI os muçulmanos esboçado ainda uma tentativa de reocupação dos territórios perdidos, foram definitivamente travados em Itália em 1571, com a intervenção do Império espanhol que contribuiu para a expulsão do avanço islâmico na Europa oriental. Nos séculos XIX e XX as potências coloniais europeias ocuparam territórios islâmicos em África e Oriente e só após a II Guerra Mundial os povos islâmicos deixaram de estar subjugados ao domínio e controlo europeu. Livres do poder colonial que sobre eles imperava os muçulmanos "julgaram estar-lhes reservado um lugar no mundo e decidem-se pela luta para o conquistar" (Bacelar 1987: 6).

Após a morte do profeta Maomé, colocou-se a questão da sua sucessão. A existência de dois candidatos que reuniam maior consenso (Abu Bakr e Ali) levou a que a *Umma* ficasse dividida. Esta divisão conduziria às duas principais ramificações do Islão: o sunismo e o xiismo.

Os Sunitas aceitam a tradição profética, a *Sunna*⁶ e a legitimidade de Abu Bakr, sogro do profeta. Representam uma facção muçulmana mais moderada à qual pertencem cerca de 85% dos muçulmanos, "evitando os excessos cometidos pelos extremistas de todas as tendências" (Silva 2011:23). Os sunitas procuram manter a unidade da *Umma* através do poder do Califa.

Por sua vez, o Xiismo acredita que o sucessor do profeta tem de ser nomeado por este e ser seu descendente. É nesta ótica que acreditam que a liderança da *Umma* pertence a Ali, primo e genro do Profeta. O caráter revolucionário dos Xiitas que ocupavam apenas algumas regiões dentro do império muçulmano conduziu a inúmeras subdivisões internas com as consequentes "manifestações de descontentamento social e político" (Idem 2011: 28). Recomendam como líder o *Imam*⁷ e não seguem estritamente a *Sunna*. Os Xiitas estão mais representados em países do Médio Oriente, em especial no Afeganistão, Irão, Iraque, Iémen e África Oriental, representando cerca de 15% da população Islâmica.

⁶ É tudo aquilo que procede de Maomé, conselhos e princípios morais, as suas ações e práticas quotidianas, os seus silêncios que tinham implícita a aprovação dos atos individuais que testemunhou ou que lhe foram contados. A *Sunna* é tudo o que o profeta disse, fez ou consentiu (Silva 2011:23)

⁷ Significa 'Homem Santo', o intermediário entre Allah e os crentes (Silva 2011:23)

O Islão assenta em cinco pilares. Estes são os principais orientadores da religião muçulmana que todos os muçulmanos devem cumprir até ao final da sua vida (Costa 2000: 70). Os cinco pilares do Islão são os seguintes:

- 1) A ‘Profissão de Fé’ (Shehada), é o princípio mais importante em que todos os muçulmanos testemunham a existência de um só Deus e Maomé é o seu profeta que materializam através da récita em cada oração (Silva 2011: 47).
- 2) Todo o muçulmano deve fazer a sua ‘Oração’ (Salat) que o profeta estabeleceu que seriam cinco orações diárias (Idem:48) e cujo horário foi estabelecido tendo em conta as necessidades espirituais e a nutrição dos fiéis de forma a ‘ combinar a paz de espírito com a descontração do corpo’ (Costa 2000:73). A oração tem lugar na mesquita em direção a Meca como forma de simbolizar a união que caracteriza a comunidade muçulmana.
- 3) A ‘Esmola Legal’ (Zakat) é ‘um dever que os ricos têm e um direito dos pobres’ (Silva 2011:50). Os ricos terão a recompensa divina concedida por Allah que valerá mais do que o que possam amealhar na sua vida na Terra (Idem: 51). Tem como objetivo purificar o que dá contribuindo dessa forma para uma sociedade mais justa (Costa 2000:73).
- 4) É obrigação dos muçulmanos praticar o ‘ Jejum’ (Swam) durante “o nono mês do calendário muçulmano: o Ramadão, mês em que o Alcorão foi revelado ao profeta Maomé” (Silva 2011: 51). O jejum destina-se à purificação corporal evitando-se a ingestão de alimentos e bebidas, de tabaco e de ter relações sexuais desde o nascer ao por do sol. Existem, claro, exceções a esta prática. O ramadão encerra com uma festa que comemora o fim do período em que o jejum teve lugar.
- 5) Todo o muçulmano deve fazer uma vez na vida a ‘ Peregrinação a Meca’ (Hajj) se for fisicamente e financeiramente possível. A deslocação a Meca tem lugar no décimo segundo mês do calendário islâmico, entre os dias 8 e 12 (Idem:53)

Alguns autores consideram ainda a ‘*Jihad*’ como outro pilar do Islão. Afigura-se necessário referir que o Islão representa normalmente a religião e cultura que é praticada pelos muçulmanos, que é diferente do Islão como política - o islamismo - que aponta para uma ideologia política (Tibi 2002: 19).

Como refere Gonçalves (2011:14), não se pode confundir o terrorismo jihadista com a religião islâmica, pois o “Islão é uma referência fundamental para a identidade e a organização daqueles que possuem uma visão moderada e ética da política”. Os radicais pretendem que não exista qualquer distinção entre o Islão e Islamismo, embora ela exista. A diferença tem lugar nos atos ligados à prática de uma religião e de uma ideologia política que procure

argumentos religiosos para serem usados com finalidade política o que representa um desvio da religião (Idem:15).

O termo 'Islamismo' fez a sua aparição no século XVIII com Voltaire e Tocqueville ao ser usado para denominar a religião ensinada pelo profeta Maomé (Idem: 22), ou seja, o Islão. Contudo, este termo não se baseia só numa ideologia vinda do passado mas procura também "ferramentas em ideologias modernas e totalitárias, permitindo distinguir o islamismo de outros movimentos radicais de outras religiões" (Idem:23).

Para Torres (2003:25) o 'islamismo político' é a versão radical do islão indevidamente politizado, ao serviço de uma determinada conceção do político. Este conceito distingue-se da religião e da cultura muçulmana. Segundo este autor o 'Islamismo' distingue-se de 'islâmico' ou 'muçulmano' em virtude de representar uma filosofia retrograda que recusa a modernidade, preconiza a indissociabilidade do político e do religioso como organização social, a reposição do sistema de Califado e a aplicação da Sharia entre outras características (idem). Torres acrescenta ainda que o 'Islamita' intitula-se muçulmano, mas a maioria dos muçulmanos não é islamita no sentido da radicalidade descrita. A distinção entre 'islamitas moderados' e 'islamitas radicais' pode não fazer sentido já que ambas defendem a mesma filosofia e aspetos sociais, diferenciando-se apenas na ação (idem).

Segundo Hoffman (1993:2), a violência para o terrorista religioso é um ato sacramental ou um dever divino levado a efeito em resposta a alguma exigência ou imperativo teológico.

O mundo tem testemunhado inúmeros atos de extrema violência perpetrados por novas forças que fizeram a sua entrada na ordem mundial, dando um caráter de atualidade ao terrorismo transnacional, caracterizados muitas vezes por uma motivação religiosa que os Estados não estavam preparados para enfrentar a seguir à Guerra-Fria. Mais de uma década depois do '11 de Setembro de 2001' é ainda difícil fazer frente a esta nova realidade. Como é óbvio o Islão não defende que a política internacional seja conduzida através da violência, no entanto, o ocidente terá de adotar medidas de segurança adequadas para lidar com este fenómeno que a globalização e o avanço tecnológico tem facilitado.

A ideologia islamita procura a criação de um Estado islâmico global, o Califado, que una os muçulmanos e seja governado pela lei islâmica. Os seus seguidores consideram que o Islão é um guia para a vida não devendo limitar-se à religião ou aceitar que a sua interpretação possa ser modificada por diferenças culturais ou regionais. As organizações islamitas querem substituir, por meios pacíficos, os sistemas legais ocidentais pela lei islâmica e apesar de se apresentarem como não violentos mantêm ligações a organizações jihadistas.

A Europa enfrenta vários desafios face ao aumento das minorias muçulmanas e tem de procurar respostas de como evitar a sua relação com os Islamitas que procuram substituir a civilização ocidental por um governo islâmico baseado na Sharia.

O terrorismo religioso praticado por grupos terroristas que dizem professar o Islão procura a mudança na ordem internacional pois vêem o ocidente como inimigo de *Allah* e para estes os infieis ou se convertem ao Islão ou morrem, fazendo com que o Islão seja um misto de religião

e violência. A violência política perpetuada por grupos terroristas sob a égide do Islão perseguem a implantação de Estados islâmicos puros, rejeitando por completo a cultura ocidental e adotando unicamente a muçulmana. Podemos estar perante um choque de civilizações⁸ como o proclamou Samuel Huntington devido à diversidade cultural e religiosa provocada depois da Guerra-Fria, em que os mais fortes vingarão sobre os mais fracos. O que muitos vêem como choque de civilizações é na realidade um choque de símbolos como a utilização do turbante ou o véu que para os ocidentais não é aceitável. Também dessa forma é vista a cultura ocidental pelos muçulmanos. Os dois mundos parecem estar a incompatibilizar-se definitivamente.

Apesar de não permitir o uso da força, o Islão não defende só o pacifismo. A teoria da *Jihad* proíbe a violência exceto quando a liberdade religiosa é ameaçada, quando a população é oprimida e subjugada e quando são expropriados das suas terras (Smock 2002a: 3). Contudo, há três aspetos a ter em conta: este conflito não se pode tornar um choque de civilizações entre o Islão e o ocidente, os extremistas não podem dominar o discurso do ocidente e mundo muçulmano e a procura de segurança e vingança não pode minar a moral nas nossas sociedades (Idem: 4). Afigura-se necessário a existência de um compromisso entre o ocidente e o mundo islâmico, conseguido através de diálogo, que permita entender e ultrapassar a oposição existente, nomeadamente através do uso de símbolos que não representam o antiocidente ou o extremismo irracional.

O fracasso da democracia em muitos países muçulmanos é evidente através da política, violação dos direitos humanos e abusos de poder público. São países disfuncionais, corruptos e repressivos. A grande ameaça aos direitos humanos no mundo muçulmano não vem do Islão, mas de forças económicas, políticas e educacionais. Por outro lado, a luta dos direitos humanos é perdida ou ganha a nível interno e não internacional e os países com frágeis estruturas civis e regimes autoritários são férteis para o terrorismo. Se os países do ocidente quiserem ultrapassar o terror têm de apoiar a sociedade civil e os movimentos que se levantam contra os sistemas políticos repressivos (Smock 2002b: 7).

As falhas políticas favorecem o crescimento do Islão político e nenhuma variante do Islão inspira ou deve servir de veículo para a atividade ou mobilização política. O Islão político em África manifestou-se no terrorismo da Al-Qaeda com os ataques às embaixadas dos Estados Unidos no Quênia e Tanzânia em 1998 (Dickson 2005: 3). Reclama-se democracia e direitos humanos, para além da modernidade, desenvolvimento, dignidade e uma melhor prática do Islão.

Neste sentido estão também os defensores do Islão liberal que prestam uma atenção especial ao fato de manter a religião separada da política, promovendo a democracia, o multipartidarismo, a tolerância cultural e religiosa, os direitos das mulheres, a liberdade de pensamento e expressão e a promoção dos direitos humanos. Para isto tem contribuído o

⁸ Choque de Civilizações é uma teoria que defende que as identidades culturais e religiosas dos povos serão a principal fonte de conflito mundial pós Guerra-Fria.

crescimento da educação secular, o uso dos meios de comunicação internacionais, a facilidade de viajar e a falha na interpretação do Islão. O futuro do Islão liberal dependerá do grau de pluralismo e diferenciação de si próprio e da política adotada pelos meios políticos internacionais em relação a ele (Aras 2004: 1034-1037).

As sociedades bafejadas pelos ensinamentos e práticas do Islão continuam tímidas e instáveis constituindo uma ameaça direta à segurança internacional. Assim sendo, os islamitas continuarão a ameaçar a segurança internacional ao exteriorizarem as crises internas vividas nas sociedades muçulmanas. A discussão entre islão e democracia vai continuar. Várias questões se podem colocar. Poderão os bons exemplos da governação ser aplicados em conjugação com as regras islâmicas? Será possível aplicar as regras da democratização ocidental nos Estados muçulmanos? A resposta a estas questões dependerá da capacidade da comunidade internacional em conseguir estabilizar alguns Estados muçulmanos no que diz respeito à suspeição que sobre eles recai.

1.1.3 O FUNDAMENTALISMO

O termo ‘fundamentalismo’ está atualmente em voga em todo o mundo. Admite várias conotações que não a exclusivamente religiosa, no entanto, é esta a que mais se associa ao pretender significar um conservadorismo religioso extremo.

O fundamentalismo é um movimento americano que defende ou rejeita as correntes liberais e do modernismo patentes no protestantismo americano no início do século XX. A palavra ‘fundamentalista’ foi utilizada pela primeira vez em 1920, por Curtis Lee Laws no jornal batista *Watchman-Examiner*, embora o conceito remonte a um conjunto de escritos ‘The Fundamentals. A Testimony to the thruth’ (1910-1915) (Rodrigues 1993: 80).

Depois da I Guerra Mundial, o fundamentalismo divulgou-se na Europa tendo originado vários conflitos e tendências anti-semitas e anticomunistas. Já após a II Guerra Mundial a intolerância provocada pela leitura fundamentalista da Bíblia aplicar-se-ia na esfera política. Como refere Rodrigues, o socialismo, o ateísmo, o espiritualismo, a teologia liberal, o pensamento evolucionista e a crítica bíblica (estudo científico da Bíblia) eram alvos do fundamentalismo (Idem:81).

O fundamentalismo não é só um movimento conservador e reacionário, é uma forma de aprender toda a realidade. Neste contexto, o fundamentalismo “vê a Bíblia como um normativo absoluto e infalível; é milenar ao aguardar o mundo que há-de vir como a terra prometida; é unívoco, pois a realidade não é análoga mas tem algo em comum; é dualista ao reger-se por antíteses absolutas (bem/mal; fé/razão) sendo estas verdades absolutas; e é radical ao defender uma ética rígida, não prosseguindo valores nem valorizando a iniciativa e a liberdade em detrimento da ordem e disciplina”. (Idem: 83-84).

O termo 'fundamentalista' sempre foi controverso. Mais recentemente, tem sido usado pela imprensa ocidental para se referir a alguns grupos muçulmanos e ao Islão como ameaça. A utilização deste termo pode revelar-se problemática e a sua utilização carece de alguns cuidados. Necessita-se um conhecimento aprofundado da génese de cada movimento a que chamamos 'fundamentalista'. É também conveniente verificar a capacidade destes grupos de se aliarem politicamente, até a nível internacional, e de como os seus interesses se conseguem encaixar. Também algumas religiões mais adeptas da violência e intolerância acabam por conduzir os seus apoiantes à prática dessas mesmas tendências fundamentalistas. Teremos de distinguir o que é próprio de cada religião e o que traduz o resultado de uma apropriação religiosa para benefício próprio.

Talvez seja importante ver o fenómeno do 'fundamentalismo' como uma escola de pensamento a que determinado grupo pertence. Muitas vezes, não podemos negar que muitos grupos fundamentalistas aparentemente movidos por motivos e símbolos religiosos vêm a revelar que esta imagem não é real. A sua atuação não tem a ver com a religião e surge de igual forma noutras formas de reivindicação como a étnica ou nacionalista. Os grupos fundamentalistas combatem utilizando os instrumentos que a modernidade lhe proporcionou para se imporem na ordem internacional onde vivem. As suas estratégias podem variar usando por vezes a violência ou podem prestar serviços à comunidade. Procuram construir uma visão do mundo baseada nas ameaças que afetam a pureza e integridade da sua comunidade, que ao ser reinventada permite que a outra (ocidente) seja demonizada. Atingimos aqui o 'choque de civilizações' preconizado por Samuel Huntington (Freedman 1996: 55-57).

O fundamentalismo religioso é global, contudo, ao nível do Islão, desenvolve um conceito de ordem universal dominada por este e com a qual pretende resolver os problemas da humanidade. Os fundamentalistas islâmicos pretendem impor à força, se for preciso, um sistema islâmico, que seja governado pela lei islâmica. O fundamentalismo apresenta-se como um fenómeno ameaçador da paz e liberdade ao defender o absolutismo ideológico caracterizado pela intolerância, opressão, desvios políticos e limitação dos direitos individuais (Rodrigues 1993: 98).

Como refere Sutti e Ricardo (2003:105) "os muçulmanos fundamentalistas são aqueles que concordam em matar os chamados infiéis, através da *jihad* e em nome da defesa dos princípios do Islão".

O fundamentalismo para os islamitas é uma forma de resposta islâmica à cultura ocidental. No entanto, a ascensão do fundamentalismo islâmico no século XX parece credibilizar a ideia da incompatibilidade do Islão com as democracias ocidentais. Ao rejeitarem a visão ocidental do mundo, os líderes islâmicos juravam fidelidade ao Islão e questionavam a validade de outras fontes de aprendizagem. Ao pretenderem criar um Estado moderno, criavam condições favoráveis para o crescimento do fundamentalismo islâmico, que ao ser confundido com medidas de transformação das instituições islâmicas e em nome do progresso das sociedades, vieram facilitar o seu próprio incremento como reação aos princípios do Estado moderno.

Para Bacelar (1987: 6) o Islão tinha como ideia fundamental “a unidade global e multifacetada de todos os muçulmanos numa sociedade que funcionaria segundo os princípios enunciados pelo profeta”. Alguns Estados muçulmanos movidos por ideais nacionalistas são defensores do fundamentalismo islâmico ao serem coniventes com a postura extremista e violenta dos seus crentes, procurando a unidade através da destruição do próprio Estado. Estas posições estaduais irão contribuir para o aumento do fundamentalismo surgindo a sua génese em movimentos político-religiosos que assentam no islamismo e procuram modificar a ordem política internacional segundo o estabelecido no Corão.

Acrescenta ainda Bacelar (Idem:9) que o ‘fundamentalismo’ “tem facetas marcadamente antiocidentais, não por razões inerentes à própria ideologia, mas principalmente, por este ser o modelo que se materializa em atrações ou em repulsa, por parte dos líderes dos Estados islâmicos”. O objetivo dos ‘fundamentalistas’ é alcançar o poder político e a implantação de um Estado de cariz islâmico, que em países menos desenvolvidos, é facilitado pelo fanatismo que lhe está associado e que serve de catalisador para a gestão e manipulação dos fiéis.

O fundamentalismo islâmico “é uma forte identidade que deseja que todos sigam à risca a vontade que está expressa no Corão” (Sutti, Ricardo 2003:105) pois este estabeleceria a orientação da prática religiosa que representa a palavra de Deus segundo a qual todos devem viver. É nesta perspetiva que teremos de compreender as ações violentas que temos testemunhado e nos permite falar de um novo neofundamentalismo fomentado pela globalização e novas tecnologias e que lhe permite reestruturar a religião, redefinir conceitos como a *Umma* (conceito de território) podendo desta forma perpetuar ataques mais sofisticados e mortíferos.

O fundamentalismo usa a religião para justificar posições políticas, procura conservar as tradições opondo-se à modernização. Mas como refere Sutti e Ricardo (idem) “embora todos os fundamentalistas sejam adeptos da sua religião, nem todos os religiosos ortodoxos são fundamentalistas. Os muçulmanos fundamentalistas são aqueles que concordam em matar os infiéis, usando a *jihad* em nome da defesa dos princípios do Islão”.

O termo islamismo significaria inicialmente Islão e passou a ser utilizado nos anos 80 para designar uma ideologia que procurou argumentos nas ideologias modernas e totalitárias ocidentais e não apenas a religião islâmica. Como refere Gonçalves (2011:23), “o Islamismo radical tem por objetivo a criação de um Estado Islâmico, totalitário, onde se aplica a Sharia, baseado no Corão e na *Sunna/Ahadith*. Assenta em princípios religiosos para alcançar fins políticos. Por isso, define como ‘Islamismo radical’, a ideologia política que tendo por base justificações religiosas como manifesto político e usando linguagem marxista procura implementar através da *Dawa* ou da *Jihad* um Estado islâmico, totalitário, mantendo o Islão como centro de poder e na qual a Sharia será aplicada”.

O islamismo fundamentalista é um fenómeno complexo que pode ser explicado por duas vertentes: uma refere que existe uma crise dentro do próprio Islão, face ao sentimento de humilhação por não ter sido possível instaurar uma grande civilização islâmica, negando tudo

o que é ocidental; outra posição refere que o fundamentalismo dá resposta a um problema laico e secular de perda de identidade.

Para Silva (2011:63) o surgimento do fundamentalismo islamita “deve-se ao insucesso dos sistemas políticos que o ocidente tentou implementar”. Na origem deste fenómeno poderá estar “uma reação contra o laicismo, contra a ocidentalização” (Lara 2004: 625) e o sentimento de humilhação face às restantes grandes potências.

O termo *jihad* significa “o esforço no caminho de Deus” (Costa 2003: 33). Mas para os fundamentalistas jihadistas esta significa a “Guerra santa contra os inúmeros inimigos da fé islâmica” (Idem 2003: 36). Pode inclusive ser visto como a guerra contra o ocidente por parte do Islão e por isso os fundamentalistas indicam a *jihad* como o sexto pilar do Islão (Silva 2011:47). Segundo o relatório do *International Crisis Group* (2005b) é possível identificar três formas de islamismo fundamentalista: a primeira, de caráter político, procura a reforma evitando sempre a violência; a segunda pressupõe missões islamitas de conversão destinadas a preservar a identidade da fé islâmica; a terceira é a *jihad* ou luta armada islamita.

A política fundamentalista islâmica atua agora de forma diferente, ao vislumbrar-se a sua reestruturação, em novos cenários e com novas formas de atuação socorrendo-se de ‘armas’ até então não utilizadas. A internet possibilita que determinadas organizações penetrem nos Estados e idealizem atentados revestidos de grande espetacularidade. Este é um dos efeitos da globalização a que nenhum país do mundo está imune. Como já foi referido, o fundamentalismo islâmico pretende dominar o Estado, com base na religião, como foi o caso da Revolução Iraniana de 1979. O ocidente que outrora ajudou na formação de grupos radicais para combater o comunismo nos países árabes torna-se agora o alvo desse mesmo fundamentalismo defendido por esses grupos que utilizam as novas tecnologias para passar a sua mensagem na procura de atingir uma *Umma* mais virtual. Esta nova possibilidade permite aos radicais religiosos viverem no ocidente pois têm como objetivo uma nova islamização da *Umma* e não a violência. Para eles o ocidente tem de ser conquistado pela *Dawah*⁹ e pela *Jihad* e não optar pela violência política.

O movimento jihadista apoia-se no Corão e adota o conceito da *jihad* adaptando-o de acordo com a necessidade de prossecução do seu objetivo de criação da *Umma*. Têm atualmente um número abrangente de elementos que podem recrutar face ao elevado número de muçulmanos que vivem no ocidente. E como refere Pinto “ a onda islamita atual definiu como prioridade a luta contra os Estados Unidos, Israel e a própria Europa. O movimento da *jihad* global deve-se também aos crescentes laços transnacionais que ligam as diferentes partes do mundo muçulmano e estes à Europa” (Pinto 2004: 493).

A capacidade de transnacionalização dos movimentos radicais advém do apoio do setor religioso que através da doutrina pregada nas madrassas¹⁰ e nas mesquitas ocidentais

⁹ Chamamento ao Islão, também designado como missionação (Gonçalves 2011:XXVI)

¹⁰ Um edifício ou grupo de edifícios usados para ensinar a teologia islâmica e a lei religiosa, incluindo uma mesquita. (The free dictionary (2013) Madrassa. Disponível em: <http://www.thefreedictionary.com/Madrassa> [26 Novembro 2013])

fomentam redes ativas islâmicas que põem em causa a segurança dos Estados e transformam a religião no principal elemento do século XXI.

Como refere Ferdows e Weber (1992: 178-192) o fundamentalismo religioso tem servido de veículo para a mudança social melhorando significativamente a qualidade de vida das populações. No entanto, tem sido também utilizado para apelar a princípios conservadores e possibilitar a restrição de direitos políticos. Pode ser eventualmente considerado também “um veículo de expressão popular para esperanças e ansiedades derivadas de fatores culturais” (Silva 2011: 67).

Face a um crescente sentimento de ameaça à identidade e integridade sociopolítica das sociedades muçulmanas por parte do ocidente ou Dar-al-Harb (Mundo da Guerra) os fundamentalistas têm incentivado ao restabelecimento da cultura e valores ancestrais. A prosperidade prometida pela secularização e ocidentalização não trouxe aos Estados muçulmanos uma vida melhor no século XX. Segundo Davidson (2003:11) “a influência do ocidente deu origem a governos seculares ditatoriais e opressivos em que a riqueza é distribuída apenas por uma elite, originando a degradação da cultura e tradição muçulmanas”.

Neste âmbito, o fundamentalismo islâmico surge como um verdadeiro modelo político não se limitando só à aplicação integral da religião. O totalitarismo e a aplicação da Sharia e a sua componente coerciva/repressiva são elementos que caracterizam o fundamentalismo que aproveita ainda a instrumentalização da religião.

As causas que levam ao desenvolvimento do fundamentalismo islâmico não são fáceis de identificar. Parecem ser uma reação contra o ocidente, a secularização, a corrupção e a injustiça. Surge em consequência dos modelos, alguns ocidentais, que foram implementados nas sociedades árabes e islâmicas que originaram a perda de identidade, a reação contra o que é estrangeiro, o sentimento de humilhação e a crise económica e social em que a pobreza vê apenas o Islão como única referência positiva. Este desânimo conduziu à procura de soluções na religião e na fé em que a violência surge como forma de afirmação desse fundamentalismo.

Como refere Silva (2011:66) “o fundamentalismo islâmico surgiu em reação à ameaça das culturas exteriores de mudança e foi ganhando terreno devido a uma crise de representação política no mundo muçulmano contemporâneo”. A opressão provocada pela colonização anterior ao século XX desenvolveu nos muçulmanos um sentido de humilhação e necessidade de inverter a situação. A tentativa de islamização da Europa destina-se a repor a situação anterior trazendo os cristãos para o caminho da fé. Já para o ocidente, isto não é mais do que um incremento ao radicalismo e terrorismo islâmico, o que na verdade já se traduziu em atentados em Madrid e Londres e em situações pontuais, em França, Holanda e Dinamarca levadas a efeito por muçulmanos ou europeus convertidos ao islamismo.

A aplicação da Sharia e a criação de uma verdadeira *Umma* levaria a que a Europa se subordinasse aos muçulmanos podendo ser preocupante para qualquer Estado ocidental que o

tentasse impedir de forma deliberada. Talvez sejam necessárias, em primeira mão, políticas de integração dos emigrantes muçulmanos ou europeus convertidos ao Islão para além de uma melhor compreensão das ideias, valores e costumes muçulmanos, pois nem todos os fundamentalistas são terroristas e dessa forma contribuir para que se evite a disseminação do terrorismo de cariz islâmico. Por conseguinte, não se deve confundir o Islão com o fundamentalismo islâmico, da mesma forma que não se pode confundir fundamentalismo com terrorismo.

1.1.4 O DESENVOLVIMENTO

A palavra ‘desenvolvimento’ significa normalmente progresso. É a tentativa de procura de uma vida melhor pelo qual todos os seres humanos lutam e pretendem atingir de qualquer maneira. A nível social representa uma “mudança social progressiva” positiva (Merryman 1977:463). O Estado tem o dever de proporcionar o desenvolvimento aos seus cidadãos e de acordo com Aristotle (1962:196) o objetivo deste “não é só proporcionar condições de vida mas fazer com que a vida seja boa”. Até ao fim da II Guerra Mundial, o papel do Estado no ‘desenvolvimento’ nem sempre esteve bem definido. Nas colónias, apesar da independência, o ‘desenvolvimento’ identificava-se com os países mais poderosos.

O conceito de ‘desenvolvimento’ tem vindo a ser construído com base em três visões paradigmáticas: o desenvolvimento como crescimento económico, o desenvolvimento como satisfação de necessidades básicas e o desenvolvimento como elemento de sustentabilidade socio ambiental.

Numa primeira abordagem, ficamos com a ideia que desenvolvimento pressupõe crescimento. Como refere Santos (2012: 46) o conceito surge na biologia “empregue no processo de evolução dos seres vivos para o alcance das suas potencialidades genéticas”. Ou seja, a palavra ‘desenvolvimento’ adquiriu o significado de transformação. No final do século XVII verificou-se que o ‘crescimento’ não era inerente a qualquer sociedade mas só era propriedade de algumas sociedades ocidentais que assim obtiveram o estatuto de desenvolvidas.

Para a economia, o ‘desenvolvimento’ centra-se na capacidade de transformar uma sociedade atrasada numa sociedade avançada. Incapaz de explicar o conceito só com princípios económicos, a economia não poderia ser vista dissociada do mundo da natureza, surgindo o conceito de ‘desenvolvimento’ sustentável. Passa desta forma, o conceito de desenvolvimento a incorporar, para além da preocupação com aspetos ambientais, a ideia de planeamento a longo prazo, para que a sociedade seja sustentável e de crescimento. Ou seja, verifica-se a necessidade de intensificar o desenvolvimento económico satisfazendo necessidades presentes sem comprometer a geração futura. Teremos de atender “às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das novas gerações atenderem às

suas próprias necessidades” (Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento 1991:46).

Implícito no termo ‘desenvolvimento’ está a noção de que alguns países e regiões do mundo são extremamente pobres, enquanto outras, que representam uma pequena fração da população são muito prósperas. A discussão do conceito de desenvolvimento gira em torno de algumas questões essenciais: Porque são alguns países pobres e outros ricos? Porque estão os países pobres atrás dos países ricos no ‘desenvolvimento’ do seu nível de vida? Neste sentido, uma parte importante do conceito de ‘desenvolvimento’ refere-se ao crescimento económico ou mais precisamente ao crescimento do rendimento nacional *per capita*.

O ‘desenvolvimento’ concebido como crescimento económico é um conceito quantitativo que atua numa esfera puramente económica enquanto o desenvolvimento económico é mais do que crescimento económico. O desenvolvimento económico refere-se ao crescimento acompanhado por mudanças qualitativas na estrutura de produção e emprego, o que implica que o crescimento económico pode ter lugar sem desenvolvimento económico.

Embora, os dois conceitos possam parecer semelhantes, o ‘desenvolvimento’ é mais abrangente do que crescimento económico e do que as mudanças nas estruturas económicas. Conjeturas sobre a ligação do conceito de ‘desenvolvimento’ ao decréscimo da pobreza e malnutrição, necessidade de diminuição da desigualdade e desemprego são também efetuadas com frequência.

A Organização das Nações Unidas tem desempenhado um papel importante no processo de desenvolvimento das nações ao promover o crescimento e melhorar a qualidade de vida; ao utilizar as instituições internacionais para a promoção do crescimento económico e social e ao resolver problemas humanitários e promover o respeito pelas liberdades fundamentais em todo o mundo sem diferenciação do sexo, raça ou cor. Para isso foram criados diversos programas e organismos especiais para ajudar os países a resolver problemas económicos e sociais. Destes destacam-se o Fundo Monetário Internacional, o Programa das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação, a Organização Mundial de Saúde e a Organização Internacional do Trabalho, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida das pessoas.

No entanto, a distinção entre o conceito de ‘desenvolvimento’ e crescimento económico ainda não se encontra bem definida, pois a palavra ‘desenvolvimento’ encerra em si um significado económico e social. Do ponto de vista económico, ‘desenvolvimento’ é o “incremento na qualidade de bens e serviços por unidade de tempo à disposição de determinada coletividade” (Furtado 1961:115-116). Para Sandroni (1994:169) o desenvolvimento económico diz respeito ao crescimento económico (aumento positivo do produto) acompanhado por melhorias do nível de vida dos cidadãos e por alterações estruturais na economia, dependendo o desenvolvimento das características de cada país ou região. Assim, o ‘desenvolvimento’ é um processo complexo de mudanças económicas, políticas, humanas e sociais que se destinam a satisfazer as necessidades do ser humano tais como saúde, educação, habitação, alimentação, etc.

O ‘desenvolvimento’ entendido como desenvolvimento económico era medido pelo crescimento do PIB e PIB *per capita*. Altos valores representavam uma boa economia. A Nigéria parece ter sido influenciada por esta tendência, ao introduzir quatro planos de desenvolvimento nacionais entre 1962 e 1985 cujo objetivo era melhorar a qualidade de vida das pessoas pois o crescimento económico era visto como um meio para o desenvolvimento humano. Também o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional definiram programas de ajustamento estrutural para alguns países como uma estratégia de abordagem para uma menor interferência do Estado nos mercados.

No entanto, as economias dos Estados em desenvolvimento estavam desreguladas e os programas de ajustamento estrutural apenas foram “ aumentar o poder dos empresários e investidores e reduzir o papel do Estado na economia” (Rapley 2002:66), o que fez com que na Nigéria não tivesse o desempenho esperado (Rapley 2002:73). O conceito de ‘desenvolvimento’ para Escobar (1995:44-45) é um “discurso historicamente produzido” que serve propósitos hegemónicos. Encara o desenvolvimento como “*a response to the problematization of poverty that took place in the years following World War II and not a natural process of knowledge that gradually uncovered problems and dealt with them; as such, it must be seen as a historical construct that provides a space in which poor countries are known, specified, and intervened upon*”.

Definir ‘desenvolvimento’ nunca se afigurou fácil. Em 1990 o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas introduziu o conceito de ‘desenvolvimento humano’. Também em 1990 o Relatório de Desenvolvimento Humano introduziu uma ferramenta de medição: o Índice de Desenvolvimento Humano que permitia medir o progresso no desenvolvimento e efetuar comparações entre Estados.

O conceito de ‘desenvolvimento humano’ vai além do conceito de ‘desenvolvimento’ porque aponta para a formação das capacidades humanas como a melhoria da saúde ou aumento do conhecimento e também para a utilização que as pessoas dão, no trabalho ou em lazer, a essas capacidades (UNDP 1990:11). Neste sentido, o rendimento é um meio e não um fim para o desenvolvimento pelo que são necessários instrumentos de medida que sirvam de indicadores que permitam a comparação entre países e que mantenham os decisores políticos centrados no aumento do desenvolvimento.

Nos países ditos desenvolvidos, a difusão das novas tecnologias e os avanços da ciência têm aumentado o bem-estar da população, contudo, no resto do mundo, a realidade é diferente, pois milhões de pessoas vivem com menos de um dólar por dia e não têm condições sanitárias adequadas ou acesso a água potável (UNDP 2000:4).

A complexidade do conceito de ‘desenvolvimento’ exige mudanças profundas na sociedade, através da alteração de mentalidades, de culturas e instituições pelo que tem de ser analisado numa perspetiva de longo prazo. O ‘desenvolvimento’ concentra em si um aspeto político já que depende da responsabilização e concentração de esforços da comunidade

internacional, principalmente dos países ricos, pois está relacionado com o desempenho do Estado e com a 'boa governação'.

Atualmente, o conceito de 'desenvolvimento' afigura-se de difícil análise no que se refere à sua medição. Por isso, o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (UNDP) elabora o 'índice de desenvolvimento humano' que pretende representar uma medida do grau de desenvolvimento dos países assentando no rendimento, educação e esperança média de vida. E apesar do conceito de desenvolvimento integrar a procura de crescimento económico, nem sempre existe uma relação entre os dois. Assim, há países com forte crescimento económico e fraco impacto no desenvolvimento humano e outros com um crescimento moderado mas com efeitos visíveis sobre o desenvolvimento. Mas 'desenvolvimento' sem crescimento económico é muito difícil ou até impossível de atingir.

Após a independência, na maioria dos países africanos, o Estado representava um dos elementos centrais da estratégia de desenvolvimento. Contudo, o nível de crescimento não era suficiente para atingir o grau de desenvolvimento desejado pois eram necessários gastos avultados para modernizar a indústria e a agricultura, a saúde, a educação, levando necessariamente ao aumento das importações e consequente aumento da despesa pública. As atividades económicas estiveram dependentes do Estado através da atribuição de subsídios ou crédito a baixo preço. A População reivindicava o aumento das infraestruturas económicas e sociais tendo contribuído para a despesa pública. Com o aumento do deficit externo e o desequilíbrio das finanças públicas devido à oscilação do preço do petróleo, mais não restou aos países africanos que aderir aos programas de Ajustamento Estrutural que impunham medidas drásticas, inclusive, para o próprio Estado, que gastava mais do que lhe era permitido.

Contudo, os Estados africanos pós-independência caracterizam-se por falhas democráticas e de desenvolvimento sendo ainda caracterizados pelo subdesenvolvimento, visível através de indicadores sociais e económicos. África tem sido marcada pelo domínio do setor primário (agricultura, petróleo e minerais), baixa formação de capital nacional e declínio do investimento direto estrangeiro; dependência da ajuda exterior; endividamento elevado e altas taxas de desemprego.

Na maioria dos países africanos faltam infraestruturas básicas, não tendo as pessoas acesso a água potável, eletricidade, condições sanitárias ou cuidados de saúde. O estado de subdesenvolvimento é reforçado pelo autoritarismo, instabilidade política, conflitos étnicos e religiosos e guerras civis. As crises políticas manifestam-se através da emergência de 'Estados falhados' devido à má governação derivada da autocracia partidária, governação militar, etc. A deficiente governação é marcada pela exclusão das pessoas da governação, não responsabilização dos funcionários públicos, falta de transparência na tomada de decisão e de personalização do Estado e recursos naturais pelas elites políticas. Por conseguinte, o desenvolvimento de um Estado tem de ser guiado por objetivos de governação coerente, responsabilização, inclusão, estabilidade e capacidade de gerar consenso e participação

popular. Tem necessariamente de ter capacidade para promover desenvolvimento e crescimento.

A Nigéria é um país com enorme potencial, com uma vasta população, capital e tecnologia, terra fértil, recursos minerais e uma localização geográfica favorável. Algumas melhorias nas políticas de gestão do desenvolvimento contribuíram para uma melhoria das perspectivas económicas, a que se aliaram as reformas nos setores da banca, portos e telecomunicações, crescendo o investimento direto estrangeiro e a confiança entre os investidores domésticos. A nível político aumentou a estabilidade e liberdades básicas desde que foi implantado um regime democrático em 1999. Refletindo esta mudança, a Nigéria atingiu e ultrapassou os objetivos económicos (UNDAF 2008:7). Apesar destes sinais de progresso a dependência da Nigéria relativamente ao petróleo e gás têm contribuído para as distorções económicas e deficiente governação que têm conduzido a resultados menores, relativos ao desenvolvimento, comparativamente a outros países com idênticos recursos naturais. O desenvolvimento da Nigéria constata-se nos baixos rendimentos, indicadores sociais fracos, e disparidades significativas relativas ao rendimento e igualdade de género.

Este fraco ‘desenvolvimento’ deve-se sobretudo a três causas: atrofia devido à dependência quase exclusiva do petróleo; deficiente capacidade do Estado para proporcionar serviços sociais básicos e a insegurança e o conflito (UNDAF 2008:8). Estas causas conduzem a problemas estruturais como seja a fraca governação devido à competição das elites relativamente ao controlo das receitas do petróleo e gás.

Como refere Kabou na sua obra ‘E se África recusasse o desenvolvimento?’, ao abordar as sociedades e mentalidades africanas arrisca uma hipótese: “e se a recusa do desenvolvimento fosse ainda hoje a ideologia mais bem partilhada na África negra?”. Inicialmente as causas do subdesenvolvimento do continente teriam geralmente pouco a ver com as mentalidades africanas (Kabou 1991:13). E, neste contexto, África seria uma vítima do tráfico negreiro, da colonização, do apartheid e da dívida que têm as suas responsabilidades fora de África.

Segundo a autora, inerente ao subdesenvolvimento de África está intrínseca a recusa do próprio desenvolvimento, nem sempre visível. A aparente vontade africana de desenvolvimento serve apenas para desculpar a classe política por qualquer incompetência e dar-lhe mais razões para permanecer no poder; concentrar os africanos em partidos únicos e conseguir imensas missões e investigação cuja inutilidade agravada pelo subdesenvolvimento, nem é discutida. Ou seja, quanto menos África se desenvolver, maior será o desejo de progresso. Se África declarasse que não está interessada no desenvolvimento, as Relações Internacionais seriam prejudicadas. Para África o ‘desenvolvimento’ é visto como um objetivo inatingível por si ou impedido por forças superiores aos africanos.

Para Kabou (Idem:24), o subdesenvolvimento de África não resulta da falta de capital, pois mesmo se tivesse milhões de dólares, o ‘desenvolvimento’ não teria lugar, muito pelo contrário. Muitos africanos rejeitam o método, a organização, desperdiçam os recursos, detestam a transparência e o rigor e privilegiam o improvisado. Em caso de calamidade não há

nada previsto, esperando-se a intervenção estrangeira. Por isso, se mantém a assistência alimentar e financeira não sendo o dinheiro africano aplicado no desenvolvimento do continente. Ou seja, dinheiro não é sinónimo de ‘desenvolvimento’, pois determinadas funções de governação não são verdadeiramente desempenhadas ao não conseguirem satisfazer necessidades fundamentais. Assim, África está longe de atingir a via do ‘desenvolvimento’.

África está subdesenvolvida porque rejeita o desenvolvimento ao não se dedicar à melhoria das condições de vida das populações e não tendo nenhuma estratégia de desenvolvimento. De acordo com Kabou, (Idem: 27) a ‘recusa do desenvolvimento’ é, por isso, “o objetivo mais bem partilhado de África”. A introdução da ajuda externa de nada servirá se não se mudarem mentalidades e apurarem responsabilidades, preparando os africanos para a mudança. O ‘desenvolvimento’ parece estar dependente dos seus políticos e estes do financiamento estrangeiro, pelo que será difícil prever se a África do século XXI será objeto de estagnação ou desenvolvimento.

1.2 A PROLIFERAÇÃO DO FUNDAMENTALISMO EM ÁFRICA

Segundo Armstrong (2000: 164-165), a comunicação social ocidental cria a imagem que “a aguerrida e ocasional forma violenta de religiosidade conhecida como fundamentalismo” é um fenómeno puramente islâmico, o que não é verdade. O fundamentalismo tem surgido como resposta a problemas e às crises de modernidade. Embora cada tipo de fundamentalismo se desenvolva independentemente, com os seus próprios símbolos e entusiasmos todos parecem pertencer à mesma família. Os movimentos fundamentalistas não são reações irrefletidas que surgem logo que a modernidade é introduzida numa sociedade pois há inicialmente uma tentativa dos religiosos reformarem as suas tradições e se reconciliarem com esta. Quando tal não é possível, recorrem a métodos extremos.

Os movimentos fundamentalistas têm características comuns. Todos estão desapontados com a forma como a modernidade fez a sua entrada na sociedade, não aparentando ter trazido nada do prometido e aumentando o seu receio que o Estado secular os elimine. A globalização explica também o surgimento do fundamentalismo ao tornar os Estados regidos por normas e valores ocidentalizados que são exportados para as culturas não ocidentais. Juntamente com a ameaça à língua, cultura e tradições locais junta-se a censura às próprias práticas religiosas estabelecidas.

Os movimentos fundamentalistas são radicais na interpretação da religião principalmente quando ameaçados pela modernidade, fazendo com que o seu comportamento seja mais extremo consoante o grau de ameaça.

O ‘fundamentalismo’ surge como um confronto entre os liberais ou seculares e os fundamentalistas no seu próprio Estado ao pretenderem criar ‘um enclave de fé pura’ na

tentativa de que os fiéis retornem ao caminho certo. Todos os fundamentalistas sentem a necessidade de combater o que o secularismo lhes trouxe levando a que alguns recorram a práticas terroristas. Normalmente, estes movimentos incluem também uma componente política ao combaterem o Estado secular, como criação do ocidente, e cujo objetivo é a sua eliminação pelos fundamentalistas.

Os fundamentalistas têm sido audazes ao fazer da religião uma área central dos assuntos internacionais. No entanto, “o seu medo e desespero têm distorcido a tradição, a religião e salientado os seus aspetos mais violentos” (Idem:167). Estes movimentos são capazes de criar a desordem nos seus países e regiões através da prática de atividades terroristas o que é suficiente para criar o caos a nível regional e mundial.

A civilização islâmica que durante muito tempo tinha sido dominante e poderosa tornou-se objeto dos desafios económicos e militares do ocidente tendo culminado na colonização do mundo do Islão. A colonização levou à exploração económica e só, parcialmente, a educação e a modernização, segundo os modelos ocidentais teve lugar, embora não conseguindo atingir a maioria da população. Os muçulmanos assistiram ao longo do tempo ao declínio do Islão.

No entanto, a adoção, pós-independência das ideologias seculares e nacionalistas não trouxeram o desenvolvimento, tendo apenas resultado num aumento de autoritarismo, incompetência e corrupção por parte dos regimes instituídos. Estas práticas trouxeram elevadas taxas de pobreza e fragilidade política aos países islâmicos ao corroerem o sistema tradicional do Islão e conduziram a uma crise de identidade. Em resposta, os movimentos islâmicos emergiram após um período de adormecimento. Aumentou o interesse no Islão como sistema político e os líderes políticos começaram a difundir o uso de símbolos e valores islâmicos para ganhar popularidade. Os fundamentalistas islâmicos veem o Islão como incorruptível face ao nacionalismo e ao Estado secular. Defendem os cinco pilares do Islão e a *ijthihad*¹¹, têm ideias particulares sobre a liderança do Estado islâmico e acreditam na *jihad* contra os que se opõem ao Islão (Funke 2004:130-131).

No início do século XX a evolução do fenómeno islâmico aumentou. A criação da Irmandade Muçulmana no Egito em 1928, de orientação sunita, reivindicou a implementação de um regime islâmico inspirado no Alcorão, ajustando a política e a religião à Sharia, o que lhe permitiu conquistar um espaço relevante nos países árabes do Médio Oriente. Como já foi referido, o aumento do terrorismo internacional tem sido sustentado, também, pelo radicalismo religioso, o que demonstra o crescente incremento do integrismo muçulmano, em especial, na Ásia e no Norte de África, devido ao aumento significativo de seguidores, em que a Sharia procura dirigir toda a vida social, política, cultural e afetiva (Ventura 1996:95). As precárias condições de vida da maior parte dos países árabes tem favorecido, juntamente com a ineficácia dos governos, a atuação dos movimentos islâmicos mais radicais que justificam a necessidade de mudança para implementar os seus ideais políticos e religiosos.

¹¹ Interpretação da lei islâmica feita pelo intérprete (Gonçalves 2011: XXVII).

Segundo Ventura, nos países do norte de África, o extremismo islâmico tem aumentado de forma consistente, salientando-se o Egito que é considerado como “o berço do terrorismo religioso” (Idem:103), e apresenta ainda uma situação pouco clara fruto dos confrontos que há pouco tiveram lugar em que os elementos mais radicais e provenientes da Irmandade Muçulmana foram depostos. Outro exemplo recente da importância crescente do extremismo islâmico é a Argélia, em que os movimentos armados tiveram também um impacto significativo ao perpetuarem diversos atentados sempre em defesa de Deus e do Alcorão. Esta tentativa de incremento do fundamentalismo foi também acompanhada pelo Islão que foi sendo disseminado em vários países africanos levando à criação de movimentos radicais islâmicos no Burkina Faso, Níger, Mali e Senegal (Idem:108). Por isso, pode-se referir que o Islão e o fundamentalismo islâmico envolvem “o desejo de expansão e conquista” (Idem:109), variando, contudo, a forma de o conseguir. O terrorismo de cariz islâmico representa uma séria ameaça à segurança internacional favorecida hoje pela globalização. Como refere Ventura (Idem:112) “ para travar a escalada integrista e enfrentar os respetivos perigos e excessos, a repressão em massa não será a melhor estratégia (...). É necessário democratizar e investir no desenvolvimento da qualidade de vida das populações”.

O Século XX testemunhou um avanço islâmico sob a forma de um regime teocrático no Irão, autoritário no Paquistão e Sudão, enquanto no Afeganistão, se caracteriza por ser um regime fundamentalista, e que se tem estendido do Magrebe à Ásia passando pelo coração de África. Com este aumento de importância, o Islão político tem crescido como resposta ao descontentamento social, económico e político pois os muçulmanos moderados consideram que as instituições ocidentais são apenas racionais na defesa dos direitos fundamentais.

A tradição islâmica ao sentir-se ameaçada pelo ocidente, procura reafirmar a sua independência através de movimentos nacionais criando organizações como a Irmandade Muçulmana ou o Hamas que procuram defender a fé realizando ataques terroristas muitas vezes contra inocentes. A tentativa do Estado para impor uma versão diferente do Islão através de reformas legais ou através da educação religiosa deram lugar a reações por parte dos muçulmanos e alguns países islâmicos e populações são hoje caracterizados pelo crescimento de um forte nacionalismo muçulmano enquanto outros defendem a adoção de um Islão mais moderado.

A cultura islâmica tem estado em conflito consigo própria e com a cultura ocidental. Pretende transformar-se em poder e quando não o consegue e se vê subjugada ao ocidente, origina-se uma revolta islâmica fomentada pelos movimentos fundamentalistas. Segundo Stone vários fatores contribuem para a fragmentação da sociedade muçulmana destacando o Islão radical, a presença do nacionalismo e a globalização. Os políticos têm de eliminar estas ameaças e restaurar a confiança num projeto nacional defendendo os valores humanos (tolerância e consenso) embora do ponto de vista muçulmano estes representem um acordo com o modernismo (Stone 2002:130).

África é um continente bastante diversificado a nível cultural, religioso e politicamente complexo. A ânsia pela reforma e democratização disseminou-se e o resultado foi a junção de problemas políticos e económicos locais com problemas internacionais. A reforma do Estado e das instituições era necessária para correção de disfuncionalidades antigas.

Muitas das transições democráticas africanas começaram pela agitação popular contra os líderes não eleitos democraticamente e gradualmente se transformaram em exigências de eleições multipartidárias e governos democráticos. Muitos destes protestos e ações reformistas são liderados por líderes religiosos Cristãos ou Muçulmanos.

Como refere Haynes (2004:86-87) “ os líderes religiosos têm relações próximas com o Estado que tendem a torná-los ambivalentes relativamente ao conceito de mudança da política fundamental”. Acrescenta ainda que “ a trajetória de democratização de África tem sido dececionante. E no contexto desfavorável de fatores políticos e económicos, os atores religiosos não têm sido capazes de ajudar a avançar a democracia para além de um patamar caracterizado por mudanças aparentes em vez de mudanças substanciais”.

Em África há várias versões do Islão. Muitos africanos pertencem à Irmandade Sufista¹² em virtude de muitos grupos étnicos do leste e ocidente de África se terem convertido ao Islão e aderiram a esta irmandade.

Há áreas geográficas em que a Irmandade Sufista predomina, como sejam o oeste e este de África, especialmente no Senegal, Gâmbia, Nigéria, Mali, Guiné, Quénia e Tanzânia. Em alguns Estados africanos os muçulmanos estão fragmentados por problemas étnicos e regionais sendo politicamente marginalizados como uma minoria, como é o caso do Gana, Togo, Benim e Costa do Marfim. O Islão fundamentalista não é desconhecido na África Subsariana pois o Islão Sufista é um objetivo para os fundamentalistas, visto como uma forma primitiva do Islão que tem de ser purificado. Estas interpretações ‘fundamentalistas’ do Islão são politicamente importantes no Sudão e no norte da Nigéria onde os conflitos inter-religiosos entre Cristãos e Muçulmanos são importantes problemas políticos.

Os movimentos políticos islâmicos do norte de África não condenam a democracia como anti-islâmica ou contrapõem com a ideia de um Estado islâmico para os Estados existentes. Apenas rejeitam ideias teocráticas e apelam à necessidade de justiça e de uma aplicação justa da constituição. Não pretendem um Estado supranacional islâmico em vez do Estado nação mas anseiam por aplicar a Sharia para fazer face às realidades sociais contemporâneas. Por isso, nem sempre é fácil caracterizar estes movimentos como fundamentalistas ou totalmente conservadores.

Os movimentos religiosos islâmicos quanto à violência dividem-se em movimentos Salafitas (atualmente fundamentalista e muito conservador), próximo da tradição Wahabi da Arábia Saudita e numa corrente distinta inspirada num pensador islâmico egípcio Sayyid Qutb

¹² O Sufismo designa a tradição mística do Islão através da qual se procura alcançar um maior aprofundamento da fé islâmica (Gonçalves 2011:XXX)

¹³(1906-1966), os Qutbistas. O ativismo islâmico no norte de África não é um movimento unificado. Apesar de todos rejeitarem o secularismo eles diferem em numerosos aspetos.

Os movimentos religiosos islâmicos que chegaram aos Estados do norte de África foram orientados segundo esta última doutrina, sendo que as escolhas políticas para esta região têm contribuído para o crescimento de tendências anti ocidente assentes no terrorismo de ativismo islamita, ou seja, nacionalista e autoritário, contra a democracia e a liberdade comercial e económica.

Em termos cronológicos, o ativismo islâmico no norte de Africa começou a ter expressão no final da década de 60 do século passado, tendo tido causas complexas. Foi estimulado pela derrota militar do Pan-arabismo em 1967 com Israel, encorajado pela Arábia Saudita e a aproximação com a Irmandade Muçulmana foi o despoletar de alguns acontecimentos.

Neste contexto teve também especial influência os grupos de combatentes vindos do Afeganistão que influenciados pelo Salafismo e comprometidos com a *Jihad* procuram adotar os ideais Qutbistas.

O desenvolvimento destes movimentos islâmicos beneficiou da globalização e das implicações políticas, sociais e económicas dos programas de ajustamento estrutural que se procuraram implementar. Por conseguinte, a tendência Salafita era a melhor forma de ultrapassar o sentimento de falta de identidade dos muçulmanos. Para Rogeiro (2011: 150-151), o Salafismo é “um movimento de retorno às raízes, aos fundamentos e à pureza da fé islâmica” ao defenderem a aplicação exata dos preceitos do Corão e a destruição dos regimes que renegaram o Islão.

Como refere a Organização Não Governamental, *International Crisis Group* (2004) o facto de não se distinguirem as diferentes correntes do ativismo islâmico no norte de África não irá comprometer a promoção da reforma democrática e a prossecução da guerra contra o terrorismo se confiarmos no apoio forte dos movimentos seculares. No entanto, aos ocidentais começam a surgir as várias vertentes da luta islâmica que começam a ser consideradas como necessárias para se atingir o objetivo da democratização. A presença de movimentos islâmicos no norte de África deu motivo aos governos para adiarem as reformas políticas que os governos ocidentais propuseram, contribuindo eles próprios para um impasse. Para o ocidente, o terrorismo e a falta de democracia nos países muçulmanos vem encorajar a suspeição que o ocidente tem deles. Uma das consequências negativas da política ocidental tem sido a forma como a sua influência modera e restringe a tradição nacionalista dos movimentos islâmicos nos países do norte de África enfraquecidos pela pressão externa. A democracia e a tolerância religiosa têm sido comprometidas pelo enfraquecimento da tradição nacionalista nos Estados do norte de África.

¹³ O pensamento de Qutb é considerado por muitos historiadores como uma das principais influências formadoras da Al-Qaeda. Qutb foi um dos teóricos fundamentais do islamismo e o ideólogo da Irmandade Muçulmana. O seu pensamento fundamenta-se na ideia de que os homens devem ser governados pelas leis extraídas do Corão (a Sharia), que provêm de Deus e não pelas próprias leis. A autoridade política, segundo essa concepção integrista, deve ser exercida por conselhos de doutores na Sharia. (Loboda, L. (2004))

Para Obi (2006: 99-100), a África ocidental está a ser cada vez mais integrada nas ameaças ao sistema global de segurança moldado por um mundo unipolar pós Guerra Fria com implicações para as populações locais. Os Estados ocidentais africanos optaram por um discurso contra o terrorismo o que levou à cooperação militar entre a região e o ocidente nesta matéria. Na realidade, as raízes do terror globalizado estão fora de África. A transição do Islão político para o terrorismo tem as suas ligações com a estratégia da Guerra-fria no tempo do comunismo no Afeganistão, América central e África do Sul.

Ainda segundo o mesmo autor (Idem 99-100), a vulnerabilidade ao terrorismo da África ocidental centra-se no fato das soluções serem conduzidas globalmente, podendo não conseguir resolver assimetrias de poder assim como as causas históricas, políticas e socioeconómicas dos conflitos violentos na região. Esta falha pode aumentar a possibilidade de terrorismo pondo em causa a segurança do Estado. A África ocidental tem uma população muçulmana substancial cujas ligações à Al-Qaeda, ao radicalismo do Islão político e o forte sentimento antiocidente “pode fazer desta zona uma zona privilegiada para terroristas”.

A África Subsariana tem sido assolada por um conjunto de fatores endógenos que condicionam o desenvolvimento e a segurança da região. Nesta zona do continente concentram-se vários Estados ditos ‘falhados’¹⁴ de que a Somália, Líbia, Serra Leoa e República Democrática do Congo, são exemplos. A África Subsariana tem sido caracterizado por uma instabilidade política que gerou desequilíbrios sociais e tensões em sociedades onde as questões religiosas também predominam. A fraqueza dos Estados agudizada por problemas sociais pode levar a um efeito de contágio em toda a região pelo que a tendência para a conflitualidade poderá aumentar uma vez que os radicais islâmicos adotam estratégias políticas, económicas e culturais procurando influenciar a agenda dos Estados.

Como refere Lima (2006: 95-96), a situação na costa ocidental africana tem-se deteriorado fruto da fragilidade dos Estados. Problemas de autonomização da esfera política, corrupção e ausência de democracia manifestam-se incapazes de satisfazer as exigências das populações. Agravando esta situação o Islão tem adquirido mais extremistas beneficiando as redes terroristas que encontraram nos recursos naturais uma forma de financiamento. A fraqueza evidenciada pelo Estado permite que as aspirações islâmicas comecem a ganhar forma numa sociedade maioritariamente muçulmana. A África ocidental e o Sahel¹⁵ em particular ganham

¹⁴ Um estado soberano que não é capaz de se manter com uma unidade política e econômica viável. É um estado que se tornou ingovernável e carece de legitimidade aos olhos da comunidade internacional. (Griffiths, M, Callaghan, T. (2010))

¹⁵ É uma zona de transição entre o deserto do Sara e as zonas mais húmidas do sul. Estende-se desde o Oceano Atlântico para leste, desde o Senegal, sul da Mauritânia, Mali, Burkina Faso, Níger, nordeste da Nigéria, Chade, e Sudão. (Encyclopaedia Britannica (2013) Sahel. Disponível em: <http://www.britannica.com/EBchecked/topic/516438/Sahel> [25 Janeiro 2014])

importância estratégica por razões económicas e democráticas e também por poder ameaçar a segurança regional e internacional.

O trabalho de Thompson (2007:42-43) sobre os fundamentalistas religiosos, os territórios e a globalização refere que é plenamente reconhecido que os não fundamentalistas e as tradições dominantes em cada caso, não compartilham necessariamente dos sentimentos comunicados ou perseguidos pelos correligionários fundamentalistas. No entanto, são as variantes fundamentalistas do Islão que têm um grande impacto na situação internacional.

Este autor conclui que os “fundamentalistas religiosos têm valor político”. Apesar da sua posição padrão estar associada aos textos sagrados, o Islão está moldado por questões políticas contemporâneas, sendo uma resposta à modernidade e às suas vicissitudes. São parte do liberalismo e da globalização e ao mesmo tempo uma crítica a estes.

Os movimentos islamitas têm sido influenciados por vários contextos espaciais e temporais. A colonização, pós-colonização e apelos à democracia têm proporcionado o terreno para o seu início. No norte de África, o Islão foi usado como uma ideologia de libertação nacional durante a colonização e os movimentos sociais reclamam a independência e retorno às origens do Islão em detrimento da cultura e valores ocidentais.

Os islamitas moderados que aceitam o valor moral da democracia e salientam a sua compatibilidade com a Sharia ao verem o Islão associado ao terrorismo procuram distanciar-se dos jihadistas, salafitas e outros defensores da violência setária, pois creem poder moldar o terreno político do mundo muçulmano promovendo um Islão pluralista e tolerante. No entanto, isto parece tardar em acontecer, pois os moderados não combatem as causas e os movimentos islâmicos rejeitam a absoluta submissão ao ocidente, reformulando os seus programas e lutando em resposta à nova ordem mundial para proteger os valores islâmicos.

África já não está imune ao terrorismo. A combinação de ‘Estados fracos’, a diversidade étnica e religiosa, a pobreza e zonas de difícil controlo dão a África uma grande suscetibilidade para o crescimento dos movimentos radicais que usam o terrorismo.

Contudo, o norte de África está muito mais integrado na atividade radical islâmica do que a África Subsariana, apesar de esta também não lhe passar ao lado pois a atividade terrorista desenvolve-se com muito mais facilidade em ‘Estados fracos’, ao explorar as fraquezas ao nível da capacidade securitária e da marginalização da sua população. O desafio para combater o terrorismo em África consiste em conseguir equilibrar um programa legítimo de melhoria da segurança com o contínuo ataque à fraca governação, pobreza e desrespeito pelos direitos humanos.

Em final de 2003, um grupo ligado à Al-Qaeda instalou-se no norte do Mali. A ligação oficial a esta organização teve lugar em 2006 quando esta foi oficialmente reconhecida. Estava criada a Al-Qaeda do Magrebe Islâmico (AQMI). Este movimento foi inicialmente conhecido como Grupo Salafita para a Pregação e Combate (GSPC) que derivava dos Grupos Islâmicos Armados (GIA) que tinham desempenhado um papel relevante na guerra civil argelina. Estes grupos dispersaram-se deslocando-se para o Sahel empurrados pela Argélia que nada fez para lutar

contra o terrorismo ao ter a intenção de os utilizar para controlar indiretamente a região. Este fato levou a que o terrorismo do Sahel se agravasse. A guerra na Líbia levou que grandes quantidades de armas chegassem ao Mali não tendo Argélia feito nada para o impedir, pelo que a AQMI aumentou a sua capacidade, militar e de mobilidade. A AQMI beneficiou também da rebelião tuaregue que proclamou uma região independente no norte de nome Azawad. Em 2012 verificou-se, no norte do Mali, uma disputa pelo território entre os tuaregues e a AQMI ao pretenderem ali instalar um emirado islamita radical. Constatou-se um aumento do terrorismo no Sahel e o GSPC procura reagrupar os movimentos islamitas que atuavam na Líbia ou como o Boko Haram no norte da Nigéria para controlar zonas mais a sul. O Sahel estava prestes a ser o ponto de partida para uma nova ofensiva da AQMI e de outros grupos islâmicos. Mas a consequência mais gravosa desta destabilização tem como alvo a Nigéria que fruto dos seus recursos petrolíferos, pode ter impacto internacional.

Nos países muçulmanos, os movimentos islâmicos foram financiados pelos árabes em nome dos antigos valores islâmicos. Era necessário ensinar um 'Islão capaz' (Salafismo) que destruísse o Islão Sufista ensinado pelo profeta. A AQMI e outros grupos islâmicos têm como objetivo a implantação de um Estado islâmico por isso procuraram afastar os tuaregues para a Mauritânia e o Níger. Apesar da chegada da ajuda francesa ao Mali, isso não significa a erradicação da ameaça extremista até porque a pobreza e a ignorância são os seus aliados.

A primavera árabe derrubou alguns ditadores do norte de África e provocou alterações políticas, económicas e sociais em países como a Mauritânia, Sudão, Senegal, Nigéria, Mali, Chade e República Centro Africana. A zona do Sahel é agora uma zona que os respetivos governos têm dificuldades em controlar e onde a disputa se distribui entre os tuaregues e os grupos islamitas radicais associados a Al-Qaeda. No entanto, a verdadeira batalha deve ser travada contra a falta de condições socioeconómicas de que os fanáticos beneficiam. Só resolvendo o problema dos recursos se pode aspirar à paz na região.

Como refere Malka e Lawrence (2013:1-2) as revoltas populares no norte de África levaram a uma nova onda de Salafismo jihadista cada vez mais popular ao apelar a uma nova geração de ativistas. Este novo extremismo serve-se do ativismo social para ameaçar e minar governos frágeis e radicalizar públicos em sociedades divididas. Apesar das respostas governamentais à Al-Qaeda se centrarem em medidas contraterroristas para combater este extremismo teremos que atender a problemas sociais, políticos, económicos e religiosos. O Salafismo jihadista é menos democrático do que a versão defendida pela Al-Qaeda e por isso terá um impacto maior sobre o futuro da região.

A Al-Qaeda do norte de África combate o ocidente e reclamam ser Salafitas levando a efeito uma guerra santa ou *jihad* em nome do Islão, mas as suas táticas e ideologias são diferentes dos Salafitas ortodoxos tradicionais que têm por base os objetivos da Al-Qaeda apesar de serem mais seletivos no uso da violência. Não procuram os ataques espetaculares, mas realizam um esforço estratégico para islamizar a sociedade, usando ocasionalmente a ação direta, a violência, para promover as suas metas.

O estudo de Haynes (2005: 1336-1337) sobre a militância islâmica na África Oriental e em particular o Quênia, Tanzânia e Uganda, refere que após o '11 de Setembro' as redes islâmicas trabalharam para melhorar o baixo estatuto político e económico dos muçulmanos nestes países. No entanto, o significado político da militância islâmica é baixo. No Quênia, os islamitas querem expandir a lei islâmica, incluir sentenças de amputação em certos crimes, apedrejamento em caso de adultério, práticas já em uso na Nigéria. A Tanzânia tem vivenciado o mesmo incentivo pela lei islâmica. No entanto, a perspectiva de alguns destes países se tornar bastião do Islão radical é uma remota possibilidade porque a influência de radicais é pequena devido ao fato de muitos muçulmanos serem apolíticos, moderados e tolerantes na sua orientação. Mesmo os grupos mais islâmicos prosseguem os seus objetivos através da discussão e negociação, não havendo sinal de que os muçulmanos destes países queiram pegar em armas contra o ocidente. Isto não invalida que não haja atentados terroristas na África Oriental, podendo estes ter lugar devido a problemas fronteiriços da região, relacionados com a ineficácia das forças de segurança, e não com o apoio local ao extremismo islâmico transnacional.

O trabalho de Kfir (2008:829) sobre o radicalismo islâmico na África oriental refere que as evidências sugerem que, embora, o radicalismo islâmico não tenha entrado substancialmente na região, pode vir a acontecer, em virtude desta zona sofrer de problemas socioeconómicos e repressão política. A África oriental é predominantemente muçulmana, incluindo países como o Djibouti, Somália, Sudão, Etiópia e Eritreia, divididos em cristãos e muçulmanos. O Quênia e a Tanzânia têm minorias muçulmanas.

O Islão Sufista sempre existiu na África oriental mas tem desempenhado um papel limitado nos sistemas políticos dos países da região. Acrescenta ainda que, a militância islâmica e o radicalismo na África oriental assentam em três razões essenciais: a primeira, em problemas internos de cada país (económicos e políticos). A pobreza, desigualdade social, corrupção, investimento deficiente são endémicas na região. Estes fatores são a essência para o recrutamento pelos islamitas radicais. A segunda, a militância islâmica atrai a instabilidade regional no seu processo de islamização, como se os regimes vissem a sua sobrevivência dependente da fraqueza dos vizinhos. A terceira, centra-se na falta de vontade da comunidade internacional em adotar medidas sancionatórias efetivas contra os regimes que cometem graves violações dos direitos humanos. A comunidade internacional ao falhar a ligação com estes regimes permite que os radicais islâmicos sedimentem os seus movimentos, pelo que tem de alterar a sua relação com a África oriental já que condenar só o comportamento de um regime é insuficiente e apenas um efetivo e unido movimento regional e internacional podem derrotar o radicalismo islâmico. A África oriental é, por natureza, uma área de grande importância na guerra contra o radicalismo islâmico e os radicais estão cientes desse potencial (Idem: 845-846).

O Islão africano tem dimensões locais e globais já que localmente, os muçulmanos operam com considerável autonomia e não existe uma organização internacional que regule as suas

práticas religiosas. Por sua vez a nível global, pertencem à *Umma* e acompanham os problemas globais e eventos atuais que afetam o mundo muçulmano.

Na maioria, os muçulmanos africanos são sunitas e a complexidade do Islão revela-se nas várias escolas de pensamento, tradições e vozes que procuram o domínio em vários países. O Sufismo seja sunita ou xiita centra-se nos elementos místicos do Islão, tendo várias ordens e seguidores na África ocidental e Sudão. A influência política sentida nos Estados muçulmanos Subsarianos têm estado no centro da disputa entre o Irão de cariz Xiita e os conservadores Sunitas dos países do Golfo.

Como refere Hassan (2008:5), esta competição pela influência tem resultado na prática de um Islão inspirado no Sufismo levando a uma grande diversidade religiosa entre os Muçulmanos africanos. Embora o Islão africano permaneça Sunita o Islão Xiita tem sido capaz de se introduzir em países subsarianos como a Nigéria. E agora, também os fundamentalistas inspirados pelo Wahhabismo Saudita são agora parte integral da paisagem religiosa.

Conforme refere o relatório da *Rand Corporation* (2009: xi-xii) sobre o Islão radical na África oriental, a maior ameaça para os Estados Unidos e aliados é a atividade da Al-Qaeda na região e o aumento do nível de radicalização entre a população muçulmana. A África oriental tem sido propícia para operações terroristas islamitas desde o início dos anos noventa e continua uma área prioritária na estratégia global da Al-Qaeda. A fraqueza dos governos africanos e as disputas internas e corrupção destes regimes facilita a movimentação de organizações terroristas. No entanto, há vários grupos indígenas radicais islamitas na África oriental com diferentes graus de afinidade com a Al-Qaeda. Grupos de missionários estão a propagar uma forma radical, fundamentalista e interpretação Salafita do Islão que, embora não violento, funciona como porta de entrada para o terrorismo.

A proximidade geográfica, social, cultural e religiosa entre a África oriental e a Península arábica torna esta zona suscetível à infiltração de ideologias e de ativistas radicais do Médio Oriente. O Salafismo inseriu-se na educação das elites e, embora, as práticas Sufistas continuem a predominar entre a população muçulmana são necessárias soluções a longo prazo para combater as condições que fazem com que a região seja hospitaleira ao extremismo e a elementos terroristas.

A presença de extremistas islâmicos é pois consequência de várias características existentes na África oriental como sejam a governação e Estados fracos, centros de poder alternativos, a prevalência de economias informais, fronteiras permeáveis, acesso indiscriminado a armas ilegais, proximidade com a península arábica e acesso operacional a locais de ataque (Idem 2009:7).

A proliferação de grupos fundamentalistas islâmicos em África representa a última interação com o terrorismo.

Os principais grupos terroristas existentes no norte de África e África Subsariana são a Al-Qaeda do Magrebe Islâmico centrada na Argélia e Sahel. Trata-se de um grupo sunita responsável pela insurgência islâmica no norte de África. Ficou conhecido primeiro como o

Grupo Salafita para a Pregação e Combate (GSPC) e o seu objetivo é derrubar o governo argelino e estabelecer um Estado islâmico. Internacionalizou-se ao juntar-se à Al-Qaeda e leva a efeito ações na Mauritânia, Mali, Níger e Chade tendo sido responsável por raptos de estrangeiros no norte de África; outro grupo é o Boko Haram. Este é considerado a maior ameaça de segurança na Nigéria. Defende uma agenda anti secular e antiocidental. Rejeita a ciência moderna que é contraditória ao ensino islâmico. É um dos três maiores grupos de militantes em África a atingir ocidentais; temos ainda o grupo Al-Shabab que atua na Somália e ‘corno de África’. Este é também uma facção da Al-Qaeda naquela região africana que atualmente controla grande parte do território da Somália representando uma ameaça à estabilidade negocial na África Oriental. Tem como inimigos os Estados Unidos, a União Africana e o Quênia; por sua vez, o grupo Ansar Dine age no Mali. Este é o mais recente de todos os grupos e controla o norte do país. O grupo pretende implementar a Sharia nas regiões sob o seu domínio. Tem discutido com o *National Movement for the Liberation of Azawad* (MLNA) a disputa pelos territórios no norte do Mali. O Ansar-Dine pretende estabelecer um Estado islâmico e, por sua vez, o MLNA quer um Estado independente para os tuaregues em Azawad. Esta disputa culminou numa batalha que levou à destruição pelo Ansar-Dine dos santuários islâmicos na cidade de Tombuctu, no Mali.

O Islão radical não parece dar sinais de contenção e o ocidente parece ter dificuldade em assimilar esta nova ameaça e muitas vezes crê estar perante alguns extremistas isolados. No entanto, é necessário perceber que o islamismo é um fenómeno em crescimento apoiado por muitos muçulmanos e pelos recursos políticos e financeiros de alguns Estados. Este confronto de ideias entre radicais e não radicais não poderá ter lugar somente no terreno mas tem de ser combatida de forma ideológica, atuando ao nível das suas fraquezas, e persuadindo os seus apoiantes que esta forma de Islão não é boa para eles e para a fé que defendem.

Sobre África têm sido proferidas algumas declarações otimista muitas vezes referindo que o que é necessário é uma melhor governação, mercados livres, o fim da corrupção e outras reformas mais fáceis de mencionar do que de implementar. A verdade é que algumas partes de África podem nunca atingir a paz pois conflitos, doenças, concorrência para a diminuição dos recursos e decisões impostas pela força são problemas que persistem sem esperança de serem resolvidos e que alimentam o crescimento dos movimentos extremistas e fomentando o terrorismo africano.

Para Feldman (2009: 370-371) não há muitos cenários otimistas para África. A pobreza, injustiça, guerra, crime, saturação de armas, ódio étnico, diminuição de recursos, doença e sobrepopulação são inúmeros problemas que continuam a assolar o continente, o que resulta que muitos jovens à procura de dignidade e de uma forma de sair da miséria se filiem em organizações terroristas para ultrapassar a situação. O mundo desenvolvido só se for afetado expressa alguma preocupação e algo fará para combater as causas do terrorismo. Assistência humanitária e militar, a condenação da corrupção e intervenção militar em grande escala são a reação do ocidente ao crescente terrorista em África. Adotando esta medida em zonas onde

o terrorismo ainda não existe, pode-se evitar a sua instalação ao mesmo tempo que pode ser reduzido ou erradicado onde já está implantado.

O único local onde se podem resolver as causas do terrorismo de África é em África. Apesar da ajuda internacional, os líderes africanos têm de fazer um esforço para eliminar a corrupção, a pobreza, a doença e os obstáculos à democracia, as grandes disparidades de rendimento, a degradação ambiental, a injustiça social, barreiras à liberdade de imprensa e ao planeamento familiar pois só assim há esperança de evitar que o continente seja um terreno fértil para os terroristas.

O terrorismo assenta na falta de perspectivas económicas, privações sociais, perda de identidade cultural, repressão política e de um Estado disfuncional. É necessário distinguir a dispersão do Islão na zona do Sahel ocidental, na zona tropical do Golfo da Guiné, na região do Nilo Sudanês, Etiópia, na costa este de África e na zona habitada pelos Somalis pois este difere consoante a importância da religião no contexto histórico e social.

Estas áreas têm duas características comuns. Na África ocidental os líderes islâmicos têm um papel central no exercício do poder político e a radicalização teve lugar com a introdução da Sharia em muitos Estados Nigerianos, na Somália e África do Sul. Na Nigéria, o trabalho missionário levado a efeito no norte pelos Wahabis Sauditas teve também um papel decisivo no incremento do conflito entre cristãos e muçulmanos.

Na África ocidental a democratização tirou os líderes muçulmanos do poder e este fator é fundamental para que surja o conflito baseado nesse mesmo poder. O conflito social desenvolve-se entre o norte e o sul baseado na divisão entre muçulmanos e cristãos o que é perceptível na Nigéria, Gana e Costa do Marfim.

Mas como refere Mair (2003: 108) “os muçulmanos extremistas na África Subsariana são parte essencial da rede da Al-Qaeda”. A importância da África no terrorismo internacional centra-se no fato dos ‘Estados fracos’ de África serem um paraíso para a lavagem de dinheiro e são um ambiente extraordinário para levar a efeito ataques terroristas. Acrescenta que “ a principal ameaça terrorista em África vem da incapacidade dos Estados africanos em controlar o seu território e proteger os alvos dos atentados terroristas” (Idem 2003:110).

No entanto, Mesoy (2013:1), em pesquisas anteriores, refere que não havia qualquer ligação entre radicalização e pobreza. Argumenta que, uma atenção insuficiente tem sido dada à forma como o terrorismo tem mudado nos últimos anos e como é um fenómeno que ocorre frequentemente em ‘Estados fracos’ e conflituosos. Nestes Estados, a pobreza parece desempenhar um papel especial com vista à motivação dos bombistas suicidas, pois os grupos de militantes procuram recrutar jovens que têm poucas opções de vida.

Como causas da proliferação do ‘fundamentalismo’ poderemos apontar a corrupção, tribalismo, o favorecimento pessoal, o enriquecimento ilícito, tráfico de influências, evasão fiscal e prémios ilegítimos, desvio de fundos que representam uma incompatibilidade entre os princípios do Islão e também a falta de liberdades civis. Há também que salientar o distanciamento das camadas jovens em relação às instituições dominantes com os problemas

que lhe estão associados: desemprego, discriminação, repressão, censura, a pobreza, a má distribuição de riqueza, a estagnação económica, a dependência dos recursos.

Acrescente-se ainda as práticas repressivas do Estado ou autoridades locais. Muitas vezes esta repressão condicionou muitos movimentos a radicalizarem-se e armarem-se passando outros à clandestinidade. Os regimes muitas vezes usaram a religião como forma de controlo desses movimentos o que fez com que se integrassem em movimentos religiosos extremistas que consideravam não comprometidos com o regime vigente. A longevidade dos regimes, sem qualquer reforma favorece a criação de movimentos alternativos assim como a promessa de reformas ou mudanças não cumpridas é também uma das causas possíveis.

Também a colonização e a descolonização são uma causa, a que se juntam as divisões fronteiriças, os recursos naturais, o uso da terra, as tribos, para além do desequilíbrio quantitativo entre sunitas e xiitas. A falta de solução para algumas das causas mencionadas poderá conduzir à secessão, regionalismo e separatismo com as consequentes disputas relativamente ao controlo do território o que poderá ameaçar o equilíbrio estratégico da região justificando a intervenção internacional.

Segundo o relatório do *International Crisis Group* (2005a), os países do Sahel enfrentam grandes desafios ao seu desenvolvimento e estão entre os mais pobres do mundo, com estruturas institucionais fracas e populações islâmicas que têm laços religiosos naturais ao Médio Oriente. Sendo os ‘Estados fracos’ atrativos para os terroristas e organizações criminosas, revestem-se de alguma preocupação no sentido de conseguirem controlar o seu território e garantir alguma qualidade de vida aos seus habitantes fornecendo serviços básicos, principalmente nas regiões desérticas. O Islão no Sahel tem sido, tolerante e pacífico, muitas vezes misturando práticas religiosas pré-islâmicas africanas com a doutrina muçulmana. No entanto, o Islão no Sahel é uma religião viva em constante mudança e evolução e a disseminação da antipatia por políticas dos Estados Unidos relativamente ao Médio Oriente abriu a porta a doutrinas extremistas para cativar audiências. Apesar da população muçulmana manifestar oposição ao ocidente, não se deve sobrestimar este fato pois o Islão fundamentalista tem estado presente no Sahel há mais de sessenta anos sem estar ligado à violência antiocidente.

Como refere Batley (2003:15) a “ globalização e os seus efeitos minam a capacidade do mundo islâmico para formar uma abordagem unida a problemas como a modernização e a reforma. Concordam na necessidade de defender a sua fé e prevenir a opressão, a injustiça e a corrupção justificando para eles a ação armada. O Islão do século XXI continuará a ter indivíduos moderados, tradicionalistas e radicais que procurarão manipular conceitos como a jihad, guerra e revolução e o Islão estará à mercê dos seus seguidores”.

Durante o período da Guerra-Fria o continente africano serviu como um campo de batalha entre o ocidente e o leste, especialmente da zona sul e oriental de África o que pode voltar a acontecer, dependendo apenas como os africanos são atraídos para a guerra contra o terrorismo e, em que medida, as formas do Islão radical moldam as agendas políticas no

continente. A religião tem sido usada como um recurso para mobilizar os pobres contra o governo, como é o caso do Boko Haram na Nigéria. O perigo em África é que a religião seja também usada para mobilizar populações, indiscriminadamente, contra a globalização e a ocidentalização. A forma como a religião molda a política africana e como os africanos permitem aos países desenvolvidos combater o terrorismo internacional em África pode ter implicações a longo prazo na estabilidade futura do continente.

1.3 O CONSTRUTIVISMO

No campo das Relações Internacionais, definiu-se um novo cenário com o fim da Guerra Fria, a unificação alemã, o repensar da Organização do Tratado do Atlântico Norte e o surgimento de vários conflitos étnicos. O aparecimento de valores relacionados com a construção de uma identidade cultural e religiosa, os movimentos ambientalistas e de direitos humanos proliferaram neste período. A afirmação das etnias e tradições culturais e religiosas reforçam a temática da identidade e do nacionalismo.

Assim, no período pós Guerra-Fria o relacionamento entre Estados não assenta só em relações de poder. É necessário analisar os agentes que transformam a ordem natural, analisando o impacto da globalização relativamente à culturalidade, singularidade e diversidade étnica e religiosa para explicar o comportamento político das comunidades em que se localizam e quais as consequências para a política internacional.

Neste contexto, desenvolve-se durante a década de 1990 a teoria construtivista que se propagou com o artigo 'Anarchy is what make of it' de Alexander Wendt. No entanto, o Construtivismo faz a sua aparição no ano de 1989 quando Nicholas Onuf publica o livro 'World of our Making- Rules and Rule in Social Theory and International Relations', precisamente quando se procurava definir as relações entre os atores no sistema internacional.

Para Onuf, o mundo é uma construção social e as Relações Internacionais são eventos sociais que obedecem às mesmas regras dos outros eventos sociais. Para este autor, tudo está em evolução e a mudança é possível. A anarquia é também uma construção social que pode ser mudada e transformada em processos de interação entre agentes e estrutura (Nogueira e Messari 2005: 172).

Alexander Wendt criticou as teorias tradicionais das Relações Internacionais, questionou o conceito de anarquia e apresentou uma nova perspetiva destas. A principal inovação reside no facto da anarquia não ter uma lógica única de conflito e competição, mas poder também apresentar uma lógica de conflito e cooperação, dependendo dos Estados. Segundo o autor, as identidades são o produto de processos relacionais, sujeitas a mudanças. Assim, os processos relacionais conduzem a mudanças nas identidades coletivas que podem modificar a lógica de funcionamento da anarquia. Wendt defende a existência de três culturas de anarquia: a Hobbesiana, a Lockeana e a Kantiana. A anarquia Hobbesiana é caracterizada pela

inimizade (competição e desconfiança permanente embora prevaleça a autoajuda); a cultura Lockean assenta na rivalidade em que os Estados competem uns com os outros sobre recursos e poder, assentando na supremacia da soberania; a cultura Kantiana é uma cultura de amizade em que os Estados são positivos em relação aos outros. Wendt e Onuf concordam na co-constituição de agentes e estrutura, denotando a influência da teoria social (Idem:176-181).

O Construtivismo centra-se, assim, na construção social da política internacional. A sua questão principal reside em saber como são formados os interesses dos Estados. Esta teoria defende que a convivência social modifica os agentes, ou seja, os Estados não podem ser considerados como verdades exógenas ao passo que nos Estados analisados sob uma perspectiva tradicional, a vida em sociedade não modifica as pessoas e esses mesmos Estados. Para os construtivistas, as ideias e as normas têm um papel fundamental na construção dos agentes e da realidade e na definição de identidades e interesses. O Estado é para o construtivismo a única unidade na estrutura política internacional, motivo pelo qual lhe são atribuídos identidades e interesses, sendo as mudanças da responsabilidade daqueles, apesar do surgimento de atores não estatais. Os construtivistas vêem o Estado como uma verdade histórica podendo acontecer que não o seja no futuro. A forma como um Estado define os seus interesses depende de como se posicionam em relação aos outros Estados. No construtivismo, as variáveis que podem ter interesse para os académicos, como o poder militar, as relações comerciais ou as instituições internacionais não são importantes porque estes são fatos objetivos. O que tem significado social é o que é construído a partir de uma complexa mistura de ideias, normas, história e crenças que é necessário perceber se se quer explicar o comportamento do Estado.

O construtivismo tem como premissa básica o fato de vivermos num mundo que construímos e em que somos protagonistas e em que este é o produto das nossas escolhas. O mundo é construído pelos agentes e não é imposto ou imutável e, por isso, se diz que é socialmente construído. Outra característica associada ao construtivismo é o fato de se centrar no debate entre os agentes e a estrutura, para ver quem limita as opções do outro (quem surge primeiro, os agentes ou a estrutura). Embora, como refere Nogueira e Messari, “ os construtivistas neguem a antecedência ontológica tanto aos agentes como à estrutura e afirmam que ambos são co-construídos” (Idem: 163).

Para o construtivismo, a estrutura social não se resume apenas às ideias, havendo interação entre atores e identidades. Os fenómenos internacionais são também explicados pelo fato de existirem problemas materiais de interesses e poder. Wendt defende que o poder é constituído por ideias e contextos culturais. Para ele as ameaças sociais são construídas. Pelo que “a anarquia é o que os Estados fazem dela” e dessa forma construída socialmente. A anarquia é, neste contexto, o resultado de um processo que constrói as regras ou normas que governam a interação entre Estados. Hoje a ajuda entre Estados no meio da anarquia é o resultado de um processo em que foram construídos os Estados e o sistema de Estados. Não é

um processo inerente às relações entre Estados. O Construtivismo defende que “é possível mudar a natureza anárquica do sistema de Estados” (Idem:176).

A anarquia é permanente e as suas estruturas são compostas por ideias e conhecimentos. Para Wendt as forças materiais são independentes no sistema, mas interagem com as ideias o que realça a importância do conhecimento que depende da estrutura social dominante. Por isso, se afirma que o mundo é socialmente construído. Para este autor, a realidade é socialmente construída e as estruturas e ideias são definidas e partilhadas. O Estado tem o papel principal interagindo socialmente com outros Estados no sistema anárquico. Assim, se a anarquia é socialmente construída, o sistema internacional é ao mesmo tempo um espaço de conflito e cooperação, consoante se os interesses e identidades levam à competição ou à cooperação.

Assim, muitos autores defendem que o construtivismo se situa entre o liberalismo, que defende que as instituições é que definem os interesses dos atores, ou seja, a sua identidade, e o realismo que aponta o Estado como a principal figura do sistema.

Para o construtivismo é a identidade que estabelece o interesse e que provoca a aceitação ou não pelo outro ator. No entanto, os interesses podem preceder a identidade e assim percebemos como se dá a sua construção. A identidade está ligada aos interesses e às estruturas que por sua vez definem as identidades dos atores. A percepção de amigos ou inimigos, justiça ou injustiça são determinantes do comportamento do Estado. O conceito de identidade é essencial para compreender como são constituídos os interesses, já que as ideias são a base destes. A identidade assume-se como um vínculo entre as estruturas e os interesses.

Como refere Barnett (2001:259) “ a construção social da realidade diz respeito não somente como nós vemos o mundo mas também como nós nos vemos, definimos os nossos interesses e determina o que constituem ações aceitáveis”. Os Estados necessitam de identidades estáveis de forma a permitir estabelecer padrões de comportamento entre eles, o que nem sempre é possível devido à identidade de cada um.

Como aponta Hopf (1998:175), as identidades têm a função de, na sociedade “ dizer aos outros quem nós somos e vice-versa. Ao dizer quem nós somos, as identidades implicam interesses ou preferências particulares relativamente a escolhas em domínios particulares e atores particulares”. As identidades ao identificarem o ator podem revelar se é possível haver cooperação entre os Estados ou não. Por isso, para o autor a “abordagem construtivista pode começar a investigar como os Estados entendem os seus interesses em determinada área problemática. A distribuição de identidade e interesses dos Estados ajudará a verificar se a cooperação é possível” (Idem: 189).

As identidades permitem construir socialmente aquilo que o ator vê. Wendt providencia instrumentos analíticos endógenos para explicar a construção das identidades e não as considera como pré-determinadas. As identidades podem transformar-se e adaptar-se às necessidades da política internacional uma vez que são anteriores aos interesses e formam-se em processos relacionais entre a identidade e a diferença.

O construtivismo surge quando estava em desenvolvimento um aceso debate de ideias nas Ciências Sociais sobre o papel das ideias e dos valores na análise dos eventos sociais.

Friedrich Von Kratochwil e Thomas Risse-Kappen, (apud Nogueira e Messari 2005: 166-167) apontam pelo menos três premissas base do construtivismo: a primeira, que o mundo não é predeterminado mas construído conforme os atores agem, por isso é uma construção social. É a interação entre os agentes, ou seja, os processos de comunicação entre os agentes que constrói as preferências destes; a segunda premissa assenta na negação de qualquer antecedência ontológica aos agentes e à estrutura, ou seja, neste caso os construtivistas negam que os agentes precedam a estrutura e a moldem para servir os seus interesses e preferências e que a estrutura possa limitar as ações dos agentes. Os agentes e a estrutura não se precedem um ao outro no tempo e não têm capacidade de influenciar. A terceira premissa tem a ver com a relação entre materialismo e idealismo. Não descuram as causas materiais e consideram que as ideias e valores que regulam a relação do agente com o mundo material têm uma função importante na formulação do conhecimento sobre este mesmo mundo. Para alguns construtivistas existem ainda mais duas premissas: a) a negociação da anarquia como estrutura que define a disciplina de Relações Internacionais; e b) a anarquia internacional socialmente construída e por isso o sistema internacional pode oscilar entre o conflito e a cooperação.

Onuf (1989) no seu livro 'World of our making', defende que muitas entidades, assim como os fatos sociais são construídos pela ação humana. Por sua vez, os 'fatos brutos' não fazem depender a sua existência da ação humana mas são fenómenos da condição humana. Para os argumentos construtivistas são essenciais conceitos como 'discurso', 'normas', 'identidade' e 'socialização' que são utilizados nas discussões contemporâneas.

O construtivismo é uma teoria social da política internacional que enfatiza a construção social dos assuntos mundiais em oposição aos neorealistas. O ponto principal do construtivismo é que o sistema internacional é socialmente construído relativamente à forma como os seres humanos pensam e interagem uns com os outros. Consideram a política internacional como uma esfera de interação moldada pelas identidades dos atores e influenciado pela constante mudança normativa institucional das estruturas. Isto leva a que os objetivos dos Estados, tais como a segurança, desenvolvimento económico e reconhecimento internacional sejam gerados pela sua identidade corporativa social ou como eles se vêm em relação a outros atores na comunidade internacional.

Para o construtivismo as relações humanas são guiadas mais por ideias do que por coisas materiais. Para eles o sistema internacional foi construído por alguém em primeira mão e continua a ser construído, modificado e reconstruído. As identidades e interesses dos Estados estão em constante mudança. O que não quer dizer que um sistema internacional não exista mas este é o que os seres humanos fazem dele.

O conceito de anarquia é mais flexível do que os realistas pensam. A sociedade internacional pode ser organizada numa base cooperativa mais do que numa base competitiva.

Como refere Holsti (2006:326), “ o ênfase dos construtivistas centra-se na construção social da realidade”. Para Rens-Smit (2005:197-198), “ as questões identitárias dos indivíduos e dos grupos são determinantes, pois as identidades condicionam os interesses e a ação”. Os construtivistas tratam os atores como sendo altamente sociais; os interesses dos atores são endógenos à interação social e são consequência da aquisição de identidade, aprendida através da comunicação, experiência e do desempenho do papel; a sociedade para os construtivistas é um reino constitutivo, um local que cria atores enquanto agentes sociais e políticos reconhecíveis (Idem: 199).

O conceito de poder é também importante no construtivismo uma vez que os atores têm um papel relevante e este conceito pode explicar os fenômenos de interação entre eles. Para Wendt o poder significa partilha de ideias e culturas. A cultura no sistema internacional é formada por ideias que por sua vez formam as normas. Os atores são identificados pelas suas relações, interesses e forças materiais enquanto atores no sistema internacional o que conduz à construção do poder de cada um.

Para os construtivistas a existência de um sistema conflituoso ou pacífico não está dependente do poder ou da anarquia, mas de uma cultura partilhada advinda de práticas sociais discursivas. Por isso Copeland (2006:2) refere que “ os Estados não se devem preocupar com o seu poder devido à situação anárquica. Eles podem alternar a cultura intersubjetiva que constitui o sistema, consolidando as ideias não egoístas imprescindíveis a uma paz prolongada”. Os comportamentos dos Estados são determinados pelas identidades e interesses pelo que a paz é também por eles condicionada. O Estado é ao mesmo tempo provedor e controlador da paz. Desta forma, Ruggie (1995:69) atribui ao Estado a tarefa de desenvolver a sua política, bem como o seu conceito de paz. São estas as ideias que determinam a ação dos Estados.

Segundo os construtivistas, os regimes internacionais não se desenvolvem num vácuo social, mas têm lugar na sociedade de Estados que tem efeitos constitutivos sobre papéis, identidades e interesses dos atores. As instituições internacionais têm efeito na formação dos papéis, identidades e interesses dos seus membros ao mesmo tempo que o contrário também se verifica. Há pois uma influência entre agente e estrutura.

Devido ao interesse dos construtivistas nas crenças e ideologias, estes realçam o papel dos atores não estatais e das instituições internacionais como atores de direito. O papel dos atores transnacionais como as Organizações Não Governamentais ou entidades transnacionais, na alteração das crenças do Estado, são determinantes do problema. Para eles, as burocracias internacionais podem perseguir os seus interesses contra os interesses dos Estados que os criaram.

O foco do construtivismo, como já foi referido, está na construção social da política internacional. A realidade é ‘socialmente construída’, as estruturas são definidas por ideias compartilhadas e não apenas por forças materiais e as identidades e os interesses dos atores são construídos por aquelas ideias compartilhadas (Wendt 1999:1). As ideias e as normas têm

um papel fundamental na constituição da realidade e dos agentes bem como na definição de identidades e interesses. Os atores estão integrados numa estrutura social que os constitui e que é constituída por esses atores no processo de interação.

As questões materiais, como o poder ou os interesses surgem em função das ideias que por sua vez são a base material do sistema. Mas apesar das ideias terem um papel fundamental na política internacional não leva a que as questões de poder e interesses nacionais sejam irrelevantes. Por isso, Wendt realça a importância do poder e dos interesses para explicar o fenómeno internacional, o que não invalida que os significados atribuídos pelos atores a essas forças sejam relevantes. Os interesses são também constituídos por ideias. O conceito de identidade é essencial para entender a forma como são constituídos os interesses. O construtivismo procura, assim, entender como os atores são socialmente construídos e ao considerar o Estado como um verdadeiro ator é possível atribuir-lhe identidade e interesses (Idem 1999:7, 10).

Para Wendt (idem:20) a estrutura é caracterizada como ‘distribuição de conhecimento’ ou de ideias que orientam as ações dos agentes. É, por isso, um fenómeno social e não só material. É na interação entre os agentes que surge a distribuição de conhecimento. O comportamento dos Estados está regido por duas regras: a de não-violência e a de ajuda mútua (Idem: 298-299). É através dessas regras ou ideias que se constituem os papéis através dos quais os Estados interagem. Os Estados cumprem com as normas porque as consideram legítimas e porque se identificam com elas.

Neste sentido, a estrutura do sistema internacional é formada por ideias ou conhecimento coletivo. As ideias são essenciais para perceber a relação entre identidades e interesses, os quais interagem quando os agentes atuam. Wendt refere que os “interesses dos Estados podem ser objetivos ou subjetivos”. Os objetivos referem-se às necessidades que visam à reprodução de uma determinada identidade. Esses interesses existem independentemente da vontade do ator. Se não são realizados, as identidades destes não sobrevivem. O interesse nacional é objetivo pois diz respeito ao requisito de segurança dos Estados (Idem: 231-234). Por sua vez, os interesses subjetivos dizem respeito a crenças sobre como atender às necessidades de identidade. Para a formação de identidade coletiva contribui o comportamento cooperativo, já que ao optar pela cooperação, os Estados reproduzem uma identidade social que leva em consideração o ‘outro’.

A estrutura foi entendida como um fenómeno social ou cultural que distribui os diferentes papéis do ‘eu’ e do ‘outro’ e que podem ser assumidos no sistema internacional. Afeta as identidades e os interesses, já que os papéis que desempenham são uma função estrutural. Os Estados são os agentes da estrutura que interagem no sistema internacional. Ao considerar o Estado como agente é possível analisá-lo como ator que tem identidade e interesses. As identidades e interesses são definidos em função da estrutura.

Reportando ao nosso objeto de estudo, a Nigéria apesar de ser o maior produtor de petróleo de África continua a padecer de problemas estruturais que impedem o país de se desenvolver

e empurram cada vez mais a sua população para a pobreza. Dificuldades de afirmação das instituições democráticas, a corrupção, divergências étnicas e religiosas e falta de fornecimento de serviços básicos contribuem para o agravar das más condições de vida da população.

Enfrenta graves problemas de segurança, em especial, nos Estados do norte, face à cada vez mais preocupante atuação do grupo Boko Haram, que reivindica a instauração de um Estado Islâmico governado pela Sharia, a lei islâmica.

Por conseguinte, a Nigéria tem agora um novo desafio pós independência ao nível da sua segurança interna, em que os objetivos dos fundamentalistas, a concretizarem-se, poderiam alterar de forma significativa o seu espetro político, social e religioso. Neste contexto, a teoria Construtivista defendida por Wendt e Onuf vê aqui preconizadas as suas premissas essenciais. Este agudizar e incremento de fundamentalismo islâmico no norte da Nigéria mostra-nos que a realidade nigeriana não está ainda definida, mas é construída socialmente face à interação de diversos atores estatais e não estatais que dessa forma mostram os seus interesses e identidades que podem ser variáveis de acordo com as suas ideias do momento.

Embora o Estado seja para os Construtivistas uma entidade intocável, não é aceitável que os agentes tenham precedido a estrutura ou vice-versa. As causas materiais são também determinantes para as relações que se estabelecem entre os agentes e o mundo permitindo a aquisição de conhecimentos sobre esse mesmo mundo. A interação entre o governo nigeriano e o Boko Haram traduz estas premissas pois não é fácil identificar como e porque se deu início a este conflito no norte da Nigéria. Por outro lado, as causas materiais, motivadas pela divergência norte-sul entre muçulmanos e cristãos, e também devido à posse ou não de recursos naturais têm contribuído para agudizar este problema. Ou seja, a realidade nigeriana continua em constante mudança guiada por ideias construtivistas como a anarquia que abre espaço ao conflito ou à cooperação consoante os interesses e identidades dos atores.

O Boko Haram representa um ator não estatal cujas ideologias procuram alterar as crenças do Estado, neste caso, através da utilização de métodos não recomendáveis. Os seus interesses são incompatíveis com os do Estado onde se insere, embora, eventualmente, a mudança que se procura operar se deva ao Estado face à sua incapacidade de dar resposta a necessidades prementes do povo nigeriano.

Afigura-se possível que a Nigéria possa alterar a sua realidade num futuro próximo devido às ideias, interesses e identidades dos intervenientes estatais e, dessa forma, construir socialmente o campo político, social, económico e religioso nacional com a consequente influência na política internacional possibilitando um convívio pacífico entre os diversos atores.

CAPITULO 2 - CARACTERIZAÇÃO GEOPOLÍTICA DA NIGÉRIA

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

“The only thing we have learnt from experience is that we learn nothing from experience.”

Chinua Achebe

Com a abolição do comércio de escravos em 1807 ocorreram transformações económicas, principalmente no sul da Nigéria. A economia colonial de cariz extrativo tinha por objetivo delapidar os recursos da Nigéria e exporta-los para proveito do governo colonial e do comércio europeu. Construir infraestruturas que servissem os propósitos da economia extrativa, foi uma meta importante do colonialismo na Nigéria. Foram dragados portos, melhorados os leitos dos rios, construídos muitos quilómetros de caminho-de-ferro e estradas para que os produtos chegassem mais rapidamente à costa para serem exportados. A partir de 1960, a economia da Nigéria inicia um período de grande instabilidade, tendo altos e baixos devido à dependência das receitas do petróleo, quase exclusivas daquele recurso.

A Nigéria é uma junção de “antigos reinos, califados, impérios e cidades-estado com uma larga história de sociedades organizadas. As suas fronteiras foram determinadas em resultado do comércio de escravos, pimenta ou marfim e ambições territoriais ocidentais no século XIX. O nome Nigéria foi adotado em 1898 para designar o protetorado britânico no rio Níger” (Total 2013).

Pouco se sabe acerca da história inicial da Nigéria. Por volta de 2000 aC a maior parte do país era habitado por pessoas com conhecimentos rudimentares de como cultivar plantas e gado.

Entre 800 e o ano 200 aC a cultura Nok floresceu no Planalto de Jos. Os Nok faziam esculturas de terracotas e sabiam como trabalhar o ferro e o estanho. O Estado mais importante era o de Kane-Bornu, provavelmente fundado no século VIII e que se situava fora da atual Nigéria. No século XI os seus responsáveis converteram-se ao Islão e este Estado expandiu-se para sul, para a atual Nigéria tendo a capital sido para ali deslocada no século XV.

No século XV os navegadores Portugueses foram os primeiros europeus a visitar a Nigéria. Dedicaram-se à compra de escravos e de produtos agrícolas. Aos Portugueses sucederam-se os comerciantes ingleses, franceses e holandeses.

Até ao século XVI a sociedade nigeriana estava organizada em Estados descentralizados, organizados politicamente à volta de chefes e conselhos nas aldeias e Estados centralizados em que as cidades eram o ponto central e a base da autoridade política e centro de comércio. Na savana (zona fértil situada a norte) e nos Estados do Sahel o incremento do islão e o comércio transariano, principal fator de ligação entre os grupos, ajudou o crescimento dos

Estados centralizados e contribuiu para o acumular de riqueza nestas áreas. Os Estados eram politicamente autónomos mas economicamente e socialmente interdependentes devido às ligações sociais, familiares, comerciais, espirituais e diplomáticas (Falola e Heaton 2008: 37). A partir dos meados do século XVI e até ao século XIX o comércio transatlântico de escravos teve um impacto significativo na constituição e na economia dos Estados (Idem: 38). Na tentativa de satisfazer as rotas comerciais atlânticas, grandes quantidades de escravos foram integrados nos sistemas económicos (agricultura, serviço doméstico) das sociedades onde se encontravam, o que originou que em 1800 muitos Estados nigerianos estivessem dependentes do comércio da escravatura para que tivessem estabilidade política e crescimento económico (Idem: 60).

No século XIX iniciou-se uma guerra santa para a reforma na prática do Islão no norte. Em 1817 foi criado o Califado de Sokoto que controlava a maior parte do norte da Nigéria, ao englobar vários Estados sob um único governo baseado na lei islâmica, o que permitiu que a cultura muçulmana florescesse. O Califado iria permitir iniciar o processo de transformação social e cultural das comunidades da savana numa primeira identificação com o Islão. No sul, a existência de alguma instabilidade e a existência de novos poderes conduziram a grandes vagas de refugiados que se deslocaram para várias regiões colocando em causa a autoridade local. Também a nível económico uma transição ocorreu no sul quando em 1807 a Grã-Bretanha abandonou o tráfico de escravos e começou a dedicar-se ao comércio, principalmente de óleo de palma, tendo começado por controlar Lagos em 1861. Os interesses comerciais britânicos estavam diretamente ligados à necessidade da existência de estabilidade política na região. A instabilidade existente ainda a sul preocupava os britânicos o que conduziu à tomada dos territórios ainda pertencentes ao Califado de Sokoto dando origem à criação de protetorados mais tarde integrados na unidade administrativa colonial da Nigéria (Idem: 84).

Em 1850 as transformações económicas e políticas começaram a alterar a fisionomia dos Estados nigerianos. Enquanto a savana foi reconfigurada como um império islâmico centrado em Sokoto, os Estados Yoruba lutavam entre si. No Delta do Níger o comércio de escravos começou a dar origem à exportação do óleo de palma. Os processos económicos, políticos e sociais foram afetados pelos missionários cristãos britânicos (Idem: 85).

A colonização da Nigéria foi um processo longo levando mais de 40 anos a completar-se. Alguns Estados embora ligados comercial e até culturalmente em alguns aspetos, nunca tinham experimentado a unificação política. O processo de governação de vários Estados, que se tornaram numa pequena Nigéria, depressa provocou transformações nas pessoas e nas instituições na primeira metade do século XX (Idem: 109).

Em 1866, a Nigéria passa a ser colónia inglesa vindo a assumir o estatuto de Colónia e Protetorado da Nigéria em 1914. Em 1879 os ingleses ficaram com o controlo das firmas comerciais no Níger o que levou a que em 1884 a Grã-Bretanha reclamasse o sul da Nigéria na

Conferência de Berlim. Nos anos seguintes, estabeleceu a ordem no sudoeste da Nigéria, assinando tratados e fazendo uso da força.

No início do século XX, mais precisamente em 1906 os Britânicos controlavam a Nigéria que estava dividida em Colônia (Lagos) e Protetorado do Sul e do Norte da Nigéria. Em 1914 as duas regiões estavam estabelecidas. A Grã-Bretanha governava de forma indireta através das instituições políticas existentes em vez de estabelecer uma nova rede política. No sudeste os africanos representantes dos britânicos apenas conseguiram governar em virtude de serem apoiados por estes pois não foram aceites pelo povo. As decisões importantes eram tomadas pelo governador britânico tendo os africanos perdido a sua autoridade nacional, o que levou à existência de focos de descontentamento com o colonialismo existente. Os britânicos adaptaram as instituições políticas às suas necessidades. Sob domínio britânico, o país desenvolveu-se com a construção de estradas, linhas de caminho-de-ferro e produção de culturas. Em 1922 os representantes africanos foram eleitos para o Conselho Legislativo do sul da Nigéria não tendo tido, contudo, nenhum papel de relevo no governo. Pretendia-se que os chefes locais mantivessem a sua autoridade enquanto eram submetidos à administração colonial britânica. Isto fez com que centenas de grupos independentes ficassem sob um único poder administrativo resultando numa mudança de poderes dos líderes políticos tradicionais. Face a esta mudança, os britânicos tinham consciência de que os líderes locais se estivessem descontentes não serviam os seus interesses, pelo que optaram por educar uma pequena elite de forma ocidental em Lagos e no sul da Nigéria.

O federalismo Nigeriano teve origem no ano de 1939 quando foram criadas as regiões administrativas ocidental e oriental, tendo em 1954 sido criada a região do norte.

Em 1947 a Grã-Bretanha promulga uma constituição onde deu maior participação às autoridades tradicionais nos assuntos nacionais tendo, no entanto, as elites sido excluídas. Para colmatar esta omissão, em 1951 surge uma nova constituição que prevê a representação com base regional. Nesta altura, surgiram três partidos políticos e, em 1952, a Constituição revelou-se desajustada, pelo que, em 1954 entrou em vigor uma nova, mais adequada à realidade, e que veio dividir a Nigéria em três regiões (Este, oeste e Norte), para além do território federal de Lagos. Em 1956 as regiões orientais e ocidentais tornaram-se autónomas e o norte alcançou esse estatuto em 1959.

Com a independência prevista para 1960, realizaram-se eleições em 1959. Nos dez anos anteriores à declaração de independência houve várias iniciativas constitucionais subordinadas à autonomia nigeriana com objetivos independentistas. Em 1963, a Nigéria tornou-se uma república tendo Azikiwe sido eleito Presidente. Os primeiros anos de independência foram caracterizados por conflitos entre regiões. Sucederam-se oito regimes militares até 1999, quando o Presidente foi democraticamente eleito. Em 1966 oficiais do exército Igbo (sul) encetaram um golpe militar que permitiu que um elemento dessa etnia se tornasse chefe do governo militar. A suspensão das constituições nacionais e regionais levou a reações violentas no norte. Ainda em 1966, um golpe militar levado a efeito por oficiais do

exército de etnia Hausa depuseram o anterior chefe militar. Em setembro desse ano muitos Igbo residentes no norte foram massacrados. O novo chefe militar procurou restabelecer a ordem, mas encontrou resistência por parte dos Igbo. Em 1967 o parlamento do leste permitiu tornar a região independente, o que levou à declaração do 'estado de emergência'. Como gesto de boa vontade para os Igbo a Nigéria foi dividida em 12 Estados (incluindo um que compreendia a etnia Igbo). Nesse mesmo ano foi proclamada a república independente do Biafra pelo líder da região oriental, o que deu origem a violentos combates entre a Nigéria e o Biafra. Em 1970 terminou a secessão tendo-se dado início à reconstrução das áreas do antigo Biafra fazendo a integração gradual dos Igbo na vida nacional e estabelecendo-se de forma lenta a lei civil. Desde 1996 a Nigéria encontra-se dividida em 36 Estados, mas as crescentes reivindicações das minorias étnicas pode indiciar a criação de novos Estados.

A economia nigeriana graças ao petróleo recuperou rapidamente da guerra civil. No entanto, as taxas de inflação e de desemprego elevadas, corrupção e distribuição desigual da riqueza não permitiu à Nigéria reorganizar-se. Em 1970 começou a diligenciar-se para que a capital passasse a ser Abuja. Até 1999 foram-se sucedendo os respectivos Presidentes que governaram a Nigéria com ditaduras militares.

Em 1985, o Presidente Babangida devido à crise económica em que o país se encontrava anunciou corte nos salários para militares, polícias e funcionários civis, e cortes semelhantes no setor privado. Procurou apelar à participação pública no processo decisório do governo, restaurar a liberdade de imprensa e libertar os presos políticos sem acusação. Em 1993 Babangida entrega o poder a um governo interino tendo assumido os destinos do país o Presidente Abacha que dissolveu todas as instituições democráticas e substituiu os governadores eleitos por militares. Enfrentou várias contestações e greves nacionais, tendo anunciado em 1995 o prazo de 3 anos para a transição para um regime civil. Em julho de 1998 é substituído pelo Presidente Abubakar. Com a presidência de Abubakar, verificou-se uma diminuição das violações de direitos humanos (violação à liberdade de expressão, discriminação da mulher e mutilação genital feminina), aumentando os direitos dos trabalhadores, de liberdade de associação para os sindicatos e aumento salarial para combater a corrupção.

Em 1999, o novo Presidente Obasanjo terminou com 16 anos de regime militar consecutivo e prometeu combater a corrupção e desenvolver a área empobrecida do Delta do Níger. No entanto, a corrupção política continuou a ser um problema ao mesmo tempo que aumentou a tensão étnica e religiosa, esta última devido à implantação da lei islâmica nos Estados do norte da Nigéria. O Presidente Obasanjo herda um país com as instituições democráticas deterioradas e estagnado economicamente. Retirou os oficiais que ocupavam cargos políticos, ordenou a investigação da violação de direitos humanos e a libertação de pessoas detidas sem acusação, e procurou recuperar milhões de dólares que se encontravam no estrangeiro ali colocados por funcionários corruptos, em especial, pelo ditador Abacha. O fortalecimento do

federalismo torna-se mais visível ao proporcionar o aumento de visibilidade dos governadores estaduais, apesar de terem de enfrentar problemas sucessivos de violência em vários Estados. Em 2003 têm início os ataques das milícias contra as instalações de petróleo do Delta do Níger face ao conluio económico que diziam existir entre o governo e as empresas petrolíferas o que conduziu à paragem da produção e à necessidade de intervenção do governo. Em 2004 continuaram as tensões entre cristãos e muçulmanos com ataques violentos nos Estados de Kebbi, Kano e Plateau. Em 2005 o mandato de Obasanjo continua a luta contra corrupção tendo demitido vários ministros. A partir de 2006 a área do Delta do Níger vê-se confrontada com um aumento de sequestros de trabalhadores das empresas petrolíferas e ataques às operações realizadas.

Já em 2007, ocorrem eleições presidenciais, tendo vencido Yar'Adua. Para credibilizar as instituições e desencorajar a corrupção publicita a sua declaração de rendimentos.

Em 2009 o exército levou a efeito uma ofensiva no Delta do Níger para colocar um fim aos ataques às instalações petrolíferas especialmente gasodutos. Em Julho desse ano, o Boko Haram, uma seita islâmica lançou ataques contra o governo no nordeste da Nigéria. Estes ataques continuaram em 2010 tornando-se mais mortíferos nos anos seguintes. Em abril de 2011 o Presidente Jonathan ganhou as eleições obtendo a maioria em vários Estados do sul da Nigéria o que fez levantar suspeitas de fraude eleitoral. A partir de 2012 a violenta ação do grupo islâmico Boko Haram tem alimentando as tensões setárias e agravando a situação económica no norte da Nigéria, levando a despesas governamentais em segurança em detrimento de outras áreas.

Já antes as tensões étnicas na Nigéria levaram a uma guerra entre 1967 e 1970. A violência étnica e religiosa é recorrente e não mostra sinais de abrandamento. O governo pouco tem feito para controlar a tensão étnica e religiosa e é ele a sua causa. A corrupção governamental, o uso de fundos públicos para uso exclusivo do seu poder nas suas comunidades levam ao controlo governamental. Só os que têm influência no governo têm acesso aos fundos para assim aumentar o seu poder de influência.

É neste contexto político que se realizam as eleições marcadas pela violência, intimidação e manipulação eleitoral, estando longe de serem eleições democráticas. A falha das administrações civis abriu as portas aos militares que supostamente deveriam ter acabado com a corrupção, promover a estabilidade e preparar a transição para o poder civil mas na verdade foram tão irresponsáveis quanto as administrações civis. Para Falola e Heaton (Idem: 9) “os regimes militares foram só responsáveis para eles próprios” pois usaram a violência para calar a crítica e foram tão corruptos como os civis.

Nos anos pós independência, “a massiva receita de verbas provenientes do petróleo facilitou a corrupção e a gestão irresponsável dos fundos públicos que caracterizaram os governos civis e militares” (Idem: 6).

Em Janeiro de 2010 um tribunal federal concedeu poder ao Presidente Goodluck Jonathan, vice-presidente para tratar dos assuntos de Estado, enquanto o Presidente Yar'Adua estava

em tratamento fora da Nigéria. Após a morte de Yar'Adua, Jonathan toma posse como Presidente em Maio de 2010. Este aponta a corrupção, o poder e a reforma eleitoral como os principais focos da sua administração (Total 2013). Mas, como refere Campbell (2010:2) *“Nevertheless, with civil war and repeated military dictatorships, an ethnically and religiously divided population, and a state identity created by the former colonial power, Nigeria has danced on the brink from its very beginning”*.

2.2 A POBREZA NA NIGÉRIA

“Poverty is the worst form of violence”

Mahatma Gandhi

A pobreza é uma das mais deploráveis incapacidades que pode afetar uma pessoa ou um país. Infelizmente a pobreza parece estar a aumentar nos países em desenvolvimento, especialmente nos da África Subsariana. Este problema tem preocupado a humanidade, pelo que foi definido pelas Nações Unidas como uma das metas do milénio para o desenvolvimento a atingir até 2015 (UNDP 2013b: 125).

Para Gusau (2005:123), “a definição de pobreza não é consensual por todos aqueles que até parecem perceber o que significa”. Refere que, segundo a UNDP, a pobreza “é um estado de privação ou negação das hipóteses básicas e oportunidades necessárias para disfrutar de um padrão de vida longa, saudável e construtiva e para participar no emprego e na vida social, política e cultural da comunidade”. No entanto, como o autor refere (Idem), esta “é uma definição que não considera a pobreza em termos de rendimento obtido, mas apenas em termos de consumo, escondendo outros componentes como a elevação moral e espiritual da pessoa e da sociedade”.

O problema da pobreza é, talvez, um dos maiores desafios que a Nigéria enfrenta no seu processo de democratização e desenvolvimento. Omotola (2008:499) salienta que a pobreza “está conotada com a condição de privação ou negação humana respeitante às necessidades básicas da vida - comida, abrigo e roupas”. Acrescenta que, “juntamente com o baixo rendimento, esta reflete-se na malnutrição, saúde deficiente, nível baixo de literacia, vestuário inadequado, abrigo e condições de vida”.

Deve incluir-se na definição de pobreza “a falta de acesso a necessidades ou bens básicos ou impedimento para o acesso a recursos produtivos, como resultado de um uso ineficiente dos recursos comuns e de mecanismos de exclusão” (Ajakaiye e Adeyeye 2001: 14).

Embora não seja uma questão pacífica, são vários os modelos equacionados para medir a pobreza. Para Omotola (Omotola 2008: 500) “tomou-se como regra medir a pobreza através do que é considerado a “linha de pobreza”, ou seja, um padrão de vida abaixo da linha de pobreza classifica o indivíduo como pobre”.

No entanto, Wondon (1997: 66) salienta que “embora a linha de pobreza tenha sido fixada em 1\$ por dia, o consumo de calorias alimentares e a lista de necessidades básicas são os dois métodos principais usados para calcular a linha de pobreza nos países em desenvolvimento”. Contudo, é importante notar que “a pobreza é o resultado de muitos fatores, incluindo a falta ou o acesso limitado a infraestruturas básicas e serviços, tecnologia e instituições e a outros recursos produtivos necessários para assegurar uma vivência sustentável” (Hamdok 1999: 66). Neste contexto, “na Nigéria a pobreza representa a perversão destas estruturas devido, principalmente, ao oportunismo das elites políticas e burocráticas para satisfação dos seus interesses e dos interesses dos seus “comparsas” à custa do interesse geral das pessoas” (Mbaku 2004: 206-207).

A este propósito, Lawan (2008: 54-55) acrescenta que “a palavra ‘pobreza’ é um termo multifacetado e multidimensional. Representa uma situação em que o padrão de vida é inadequado; o rendimento é insuficiente para providenciar as necessidades básicas de vida como a comida, abrigo, saúde e educação”.

Já para Onuoha (2010:95), a pobreza é definida como uma “situação de privação em que um indivíduo ou grupo de indivíduos numa sociedade não têm os recursos necessários, oportunidades ou meios de subsistência para ter uma vida longa, saudável e satisfatória por ser incapaz de prover suas necessidades básicas da vida, tais como água, comida, moradia, vestuário, higiene e um nível mínimo de medicação”.

Pode fazer-se a distinção entre “três graus de pobreza: uma pobreza extrema ou absoluta, pobreza moderada e pobreza relativa. A pobreza extrema significa que o lar não possui as condições básicas para sobreviver, não há comida, medicamentos, água potável e saneamento, educação para os filhos, falta de condições de habitabilidade, roupas e sapatos. A pobreza moderada refere-se às condições de vida em que as necessidades básicas de vida não são satisfeitas. A pobreza relativa surge quando o rendimento familiar está abaixo do nível médio do rendimento nacional” (Sachs 2005: 20).

Segundo Uniamikogbo (1997:19), para um determinado país, em determinadas circunstâncias, a pobreza tem de ser concebida, definida e medida em termos quantitativos absolutos que são relevantes e válidos para a análise e elaboração de políticas atuais.

Mas, apesar de esta situação caracterizar perfeitamente o que se verifica na Nigéria, o PIB *per capita* no país tem aumentado desde 1995, como se pode ver no Gráfico 1, o que reflete um aumento do rendimento disponível da população.



Gráfico 1 - PIB PER CAPITA NA NIGÉRIA ENTRE 1995 E 2008

Fonte: NBS, National Accounts, 1981-2008 in UNDP (2008) (Human Development Report, Nigeria 2008-2009)

Já no que respeita aos Estados, aqueles que se situam no sul do país são os mais favorecidos. Como é visível na figura 1, o PIB *per capita* nos Estados do Sul do país localizados no Delta do Níger é superior aos da zona norte, principalmente os situados no nordeste da Nigéria. É pois possível comprovar que a população estabelecida na zona sul tem um rendimento superior à zona norte, o que é explicado pela exploração petrolífera ali concentrada.

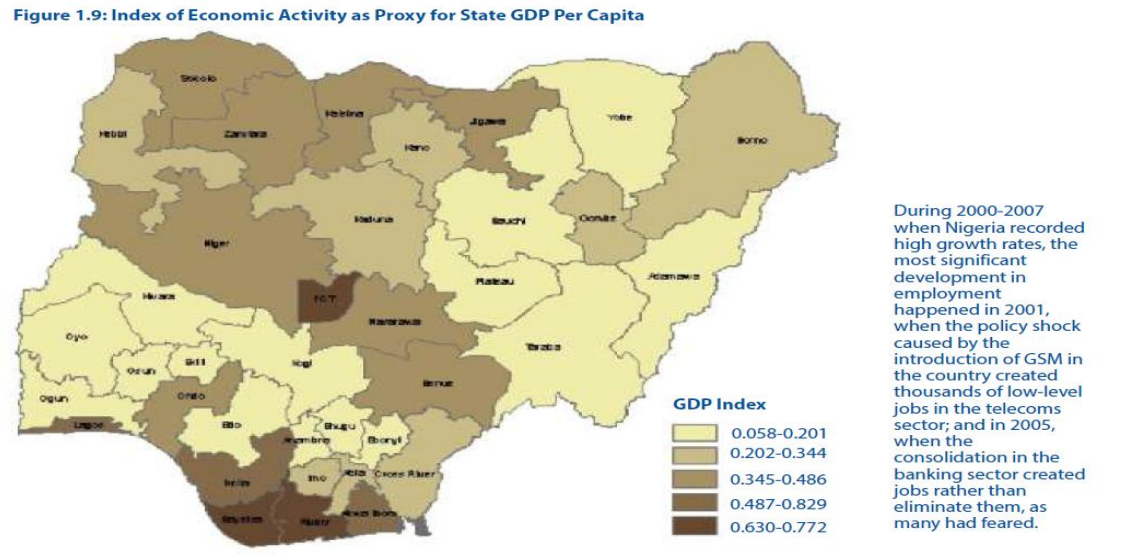


Figura 1 - PIB PER CAPITA POR ESTADO

Fonte: NBS, Human Development Indicators, 2008 in UNDP (2008) (Human Development Report, Nigeria 2008-2009)

O crescimento da economia do petróleo tem sido uma bênção e uma maldição para a Nigéria. O petróleo traz receitas, fazendo da Nigéria um país rico e dando-lhe potencial para o crescimento económico mas na verdade só algumas pessoas beneficiam da riqueza do petróleo. A maioria da população continua pobre. Em 1970 as receitas do petróleo serviam para custear os grandes projetos públicos e lustrar a glória e o poder dos regimes militares. A corrupção disparou e os políticos e funcionários públicos usaram o dinheiro para proveito próprio. O dinheiro é proveniente das companhias petrolíferas que pagam ao governo para perfurarem na Nigéria mas coloca a economia nigeriana instável fazendo com que os produtos básicos ou serviços subam de preço e fiquem inacessíveis à maioria dos nigerianos que vivem com menos de um dólar por dia. A eletricidade, água, cuidados médicos e educação foram descurados. As estradas e veículos estão em mau estado. A insegurança é permanente, os funcionários públicos nem sempre são pagos e a pobreza grassa na população resultando no aumento do crime, tráfico de pessoas, roubos, etc. A partir de 1999, o país deixou os regimes militares e foram efetuadas algumas melhorias económicas. A Nigéria pagou quase toda a dívida externa e algumas indústrias prosperaram. No entanto, como refere Falola e Heaton (2008:12) “para a maior parte dos Nigerianos cada dia representa uma luta pela sobrevivência”.

A capital da Nigéria é Abuja (Infopédia 2013). É o país mais populoso de África com cerca de 162 470 737 habitantes em 2011 (World Bank 2013), o que constitui o seu principal recurso: a mão-de-obra. A instabilidade e o subdesenvolvimento que têm caracterizado a economia nigeriana desde a independência conduziram a elevados níveis de desemprego o que torna a Nigéria incapaz de utilizar toda a mão-de-obra existente.

A população da Nigéria é composta por mais de 200 grupos étnicos, 500 línguas indígenas (Idem) e duas religiões maioritárias: o islão e o cristianismo. Cerca de 50% da população Nigeriana é muçulmana sunita, estando mais concentrada nas savanas a norte onde o Islão apareceu entre os séculos XI e XIV. Os cristãos representam 40% da população e estão mais concentrados no sul e no centro do país (Falola e Heaton 2008: 4). Os maiores grupos étnicos são os Hausa-Fulani no norte, os Igbo a sudeste e os Yoruba a sudoeste. Há ainda a considerar os Ijaw na região do Delta do Níger. Esta dispersão étnica pode ser visualizada na Figura 2.

A divisão geográfica, étnica e cultural da Nigéria é equilibrada pela sua estrutura federalista e no empenho do governo federal em representar seis zonas geopolíticas e diferentes identidades étnicas e culturais. Culturalmente, a Nigéria é influenciada pelas suas tradições indígenas e pelos novos valores e estilos de vida vindos do ocidente (Idem: 6).



Figura 2 - DISPERSÃO DE GRUPOS ÉTNICOS NA ATUAL NIGÉRIA

Fonte: Falola, T. e Heaton, M. (2008)

Segundo Gusau (2005: 134), 1960 é considerada uma data importante para iniciar a discussão da pobreza na Nigéria pois foi quando o país se tornou independente. Este autor salienta a pressão governamental que foi exercida para reduzir a agricultura e aumentar a atividade industrial. A promoção da produção de bens para exportação foi o início do aparecimento de agricultores pobres. A corrupção era baixa o que possibilitou o emprego dos recursos públicos em prol do uso comum. Por outro lado, os fundos destinados à agricultura foram canalizados para dinamizar a indústria o que, se tivesse acontecido por muitos anos, a Nigéria teria vivido um período de prosperidade e reduzido a pobreza. Em 1975, a Nigéria experimentou o “boom” do petróleo o que levou o então Chefe de Estado, General Yakubu Gowon (1967-1976) a declarar que o “problema da Nigéria não era dinheiro, mas como o gastar”. Este transformou-se no problema, pois o consumo desmedido, a execução de projetos questionáveis, a corrupção, o desvio de fundos públicos tornou-se comum entre os altos funcionários do Estado. A agricultura que era a ocupação de 67% dos nigerianos foi relegada para segundo plano e toda a atenção foi centrada no setor do petróleo, o qual se traduziu, em grande medida, no desvio de fundos decorrentes deste, para o enriquecimento de bolsos privados e contas bancárias no exterior principalmente durante os regimes militares. Por isso os Nigerianos aceitaram a corrupção como um modo de vida e a pobreza como um fator comum a todos.

Todos os indicadores de pobreza, como a mortalidade infantil e maternal, malnutrição, acesso a água e saneamento e esperança média de vida mostram um sinal de deterioração

entre 1992 e 1996 (Obadan 1996:95). Também os problemas ambientais são graves, particularmente na região do Delta do Níger onde as atividades de exploração de petróleo, extração e afins levaram a danos ambientais e ao comprometimento dos meios de subsistência das pessoas (Onwuka 2005: 655-656).

A Nigéria é, pois um exemplo paradigmático da fraca capacidade de interação entre pessoas, o desenvolvimento económico e o ambiente. As alterações climáticas, bem como as cheias e secas levam os agricultores a fazer as suas culturas em terrenos de fraca produtividade porque não existem solos férteis no país. A poluição marinha surge em zonas onde existe exploração de petróleo, agravado pela urbanização desregrada devido à imigração e organização social (Idem).

Segundo este mesmo autor (Idem:660), “a população residente no Delta do Níger tornou-se pobre e ao mesmo tempo têm de suportar todos estes custos ambientais recebendo em troca poucos benefícios económicos da exploração do petróleo que é responsável por toda a sua fraca qualidade de vida. O governo nigeriano não pode continuar a ignorar o controlo de recursos comprometendo os valores ambientais da região e o bem-estar das populações. A equidade e a justiça têm de prevalecer”.

O Relatório da UNDP (2006: 35) sobre o desenvolvimento humano no Delta do Níger refere que *“a critical issue in the delta is not only the increasing incidence of poverty, but also the intense feeling among people that they ought to do far better given the enormous resources flowing from their region”*. Segundo esta organização (Idem: 36-37):

“poverty has become a way of life due to economic stagnation, unemployment, poor quality of life due to shortages of essential goods and facilities, an unhealthy environment and government insensitivity.... Poverty in the Niger Delta region encompasses the issues of discrimination, neglect and the lack of a voice. Oil wealth enriches Nigeria as a country, but it has not alleviated the grinding poverty, neglect and deprivation in the region that produces it”.

Neste relatório, a UNDP (Idem: 38), afirma que a *“bad governance and corruption have played essential roles in perpetuating low levels of human development”*.

Um dos desafios mais difíceis que a Nigéria enfrenta no seu processo de democratização e desenvolvimento é o problema da pobreza (Omotola 2008: 497). Acrescenta ainda que *“o impacto da pobreza no desenvolvimento humano é manifestamente devastador”* (Idem:498).

O nível de pobreza na Nigéria tem aumentado desde 1980, facto que tem sido largamente atribuído ao Programa de Ajustamento Estrutural (SAP) (Ajakaiye e Odusola 2004: 175).

As zonas rurais têm sido as mais fustigadas, pois o nível de pobreza de quem trabalha na agricultura, florestas e transportes é maior do que na administração, indústria e processamento e ocupações técnicas. A distribuição geográfica da pobreza mostra que a zona nordeste e noroeste, predominantemente rurais têm mais de 34% da população categorizada como pobre comparada com a pobreza urbana. A situação tem-se agudizado devido ao excesso de dívida que não pode ser separada da total dependência do país em relação ao

petróleo. A este facto junta-se a oscilações internacionais no preço do petróleo, agitações civis das comunidades locais onde se produz petróleo, a cultura de corrupção e a impunidade tendo reflexos visíveis no desenvolvimento humano (Omotola 2008: 496-517).

Como refere Soludo e Muhtar (2004:505) cerca de 70% dos 140 milhões de nigerianos vivem em absoluta pobreza com um dólar por dia ou menos. Como se pode ver no gráfico 2, é nas zonas rurais que o índice de pobreza é superior.

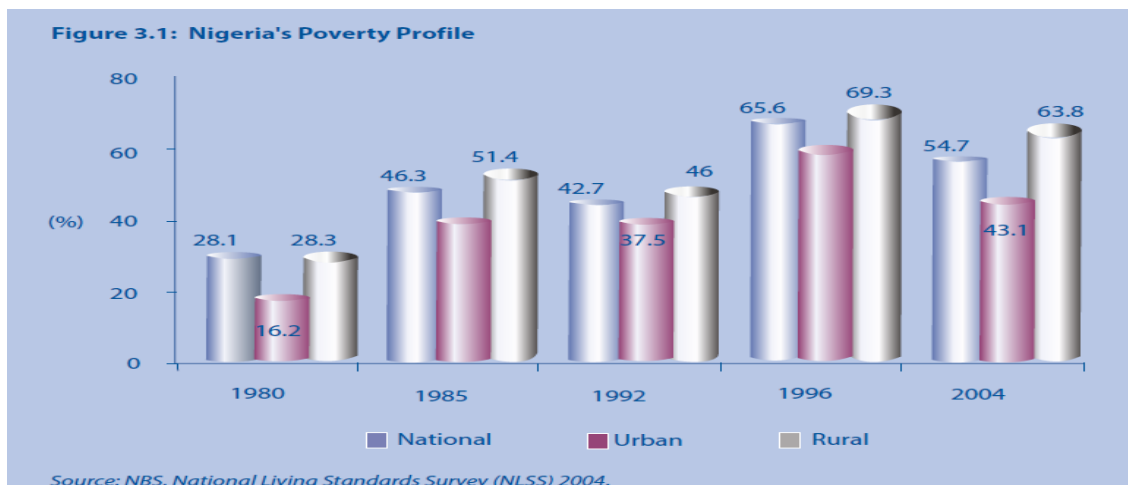


Gráfico 2 - NÍVEL DE POBREZA NA NIGÉRIA

Fonte: NBS, 2004 in UNDP (2008) (Human Development Report, Nigeria 2008-2009)

Através da Tabela 1, verifica-se que a zona norte do país apresenta-se como aquela que maior incidência tem ao nível da pobreza quando comparada com a zona sul.

Tabela 1 - INCIDÊNCIA DA POBREZA POR SETOR E ZONAS

Table 3.1: Incidence of Poverty by Sector and Zones, 2004

		1980	1985	1992	1996	2004
National	Total poor	28.1	46.3	42.7	65.6	54.4
	Core poor	6.2	12.1	13.9	29.3	22.0
Urban	Total Poor	17.2	37.8	37.5	58.2	43.2
	Core Poor	3.0	7.5	10.7	25.2	15.7
Rural	Total Poor	28.3	51.4	66.0	69.3	63.3
	Core Poor	6.5	14.8	15.8	31.6	27.1
South South	Total Poor	13.2	45.7	40.8	58.2	35.1
	Core Poor	3.3	9.3	13.0	23.4	17.0
South East	Total Poor	12.9	30.4	41.0	53.5	26.7
	Core Poor	2.4	9.0	15.7	18.2	7.8
South west	Total Poor	13.4	38.6	43.1	60.9	43.0
	Core Poor	2.1	9.0	15.7	27.5	18.9
North Central	Total Poor	32.2	50.8	46.0	64.7	67.0
	Core Poor	5.7	16.4	14.8	28.0	29.8
North East	Total Poor	35.6	54.9	54.0	70.1	71.2
	Core Poor	11.8	16.4	18.5	34.4	27.9
North West	Total Poor	37.7	52.1	36.5	77.2	71.2
	Core Poor	8.3	14.2	9.0	37.3	26.8
Population in Poverty (million)		17.7	34.7	39.2	67.1	68.7

Source: NBS, 2005. Poverty Profile for Nigeria, 1980-2004

Fonte: NBS, 2005 in UNDP (2008) (Human Development Report, Nigeria 2008-2009)

As políticas de redução da pobreza na Nigéria são, por isso, preferencialmente direcionadas às áreas rurais. No entanto, muitos programas não tiveram os resultados desejados. Os seus objetivos eram pouco ambiciosos, não havia o envolvimento dos visados (pobres) e os programas eram politicamente motivados. Nos anos 80 os Programas de Ajustamento Estrutural (SAP) estavam associados aos países desenvolvidos, no entanto, foram também aplicados pelos países em desenvolvimento como um meio para assegurar que os desequilíbrios de recursos fossem corrigidos e também ajustar as mudanças estruturais sobre as condições de aquisição e as despesas relativamente a divisas estrangeiras. Estes programas para os países em desenvolvimento foram ocasionados pelo desejo de combater a deterioração das condições económicas juntamente com as crises sociopolíticas da época. Na Nigéria o Programa de Ajustamento Estrutural foi introduzido com os seguintes objetivos: reduzir a preponderância dos investimentos improdutivos no setor público; alcançar o equilíbrio da balança de pagamentos; reduzir a dependência do petróleo e das importações através da reestruturação e diversificação da economia (Nwagbara 2011: 32). Embora com objetivos moderadamente ambiciosos, nomeadamente ao nível dos indicadores económicos, a implementação do Programa de Ajustamento Estrutural pouco ajudou, tendo, em alguns casos, contribuído para reforçar a diminuição do padrão de vida e exacerba a pobreza. Por isso, Oluwatoyin e Osinubi (2005:32-33) sugerem que a reestruturação do programa de redução da pobreza se deve centrar na aproximação das necessidades básicas, pois nenhuma sociedade pode florescer e desenvolver-se económica, social e culturalmente quando a maior parte da sua população é pobre e miserável.

A Nigéria enfrenta uma crise crescente de desemprego que não dá tréguas desde 1999. O desemprego jovem cresceu igualmente pois a performance de crescimento da Nigéria não respondeu às aspirações da população.

O sucesso da redução da pobreza rural no país dependerá da combinação de uma política forte e sustentável e uma liderança operacional, recursos técnicos e financeiros adequados e uma participação ativa dos cidadãos. A existência de Governos locais fortes, pela sua proximidade às populações, constitui uma condição essencial para melhorar os serviços, assegurar a governança económica e abordar preocupações relacionadas com a pobreza, como a iliteracia, crime, decadência rural e urbana, delinquência juvenil, sem abrigo. Neste sentido, não obstante a redução da pobreza ser uma preocupação nacional, os governos locais devem ser autorizados a ter um papel ativo na construção, implementação e monitorização de programas para a redução da pobreza (Aderonmu 2010: 200-208). As causas da pobreza rural ficam a dever-se à dimensão da família; falta de acesso a bens físicos (terra e capital); falta de empenho do governo para a gestão de recursos naturais; instabilidade política e violência étnico-religiosa; políticas económicas discriminatórias que acentuam a pobreza; desastres naturais; discriminação com base no género, etnia e religião; falta de oportunidade e emprego; impossibilidade de participação em programas de desenvolvimento; corrupção e burocracias que conduzem à má governação (Idem: 203).

Segundo Aderonmu (Idem: 205) afigura-se necessário tomar algumas medidas para ajudar os pobres que residem nas áreas rurais. Aponta como exemplos de medidas, o envolvimento direto na identificação, desenho e implementação dos programas que os afetam; o desenvolvimento das infraestruturas rurais (estradas, comunicações, irrigação, água, saneamento); a recolha de informação acerca dos problemas particulares; o direito à terra; a abolição de normas discriminatórias contra as mulheres; o esforço para a coexistência pacífica entre grupos étnico-religiosos diferentes; a instituição de um Estado de direito e a mudança de atitude relativamente aos pobres.

A guerra contra a pobreza deve começar nestas áreas onde se crê que vivem pelo menos 60% dos Nigerianos. O que garante a igualdade na distribuição de rendimento é a existência de infraestruturas sociais e económicas (eletricidade, estradas, centros de saúde, escolas). Acredita-se que o segundo passo para a redução da pobreza é através da agricultura (Adawo 2011:18). Como se pode ver no gráfico 3, a Nigéria tem mostrado uma melhoria interna no Índice de Desenvolvimento Humano desde 1990.

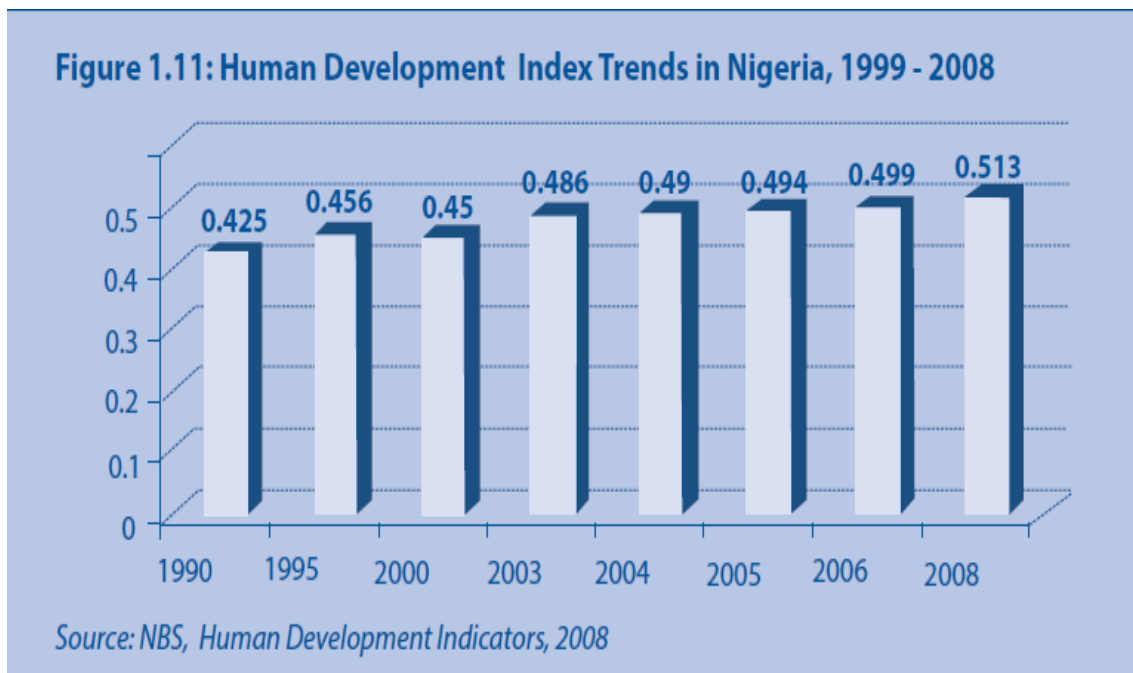


Gráfico 3 - INDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NA NIGÉRIA 1999-2008

Fonte: NBS, Human Development Indicators 2008 in UNDP (2008) (Human Development Report, Nigeria 2008-2009)

Contudo, verificamos também, através da Tabela 2, que é nos Estados do Norte onde este valor é mais baixo.

Tabela 2 - INDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO POR ZONAS

Table 5.2: Human Development Summary Statistics, by Zones					
Zones	Human Development Index (HDI) Value	Human Poverty Index (HPI)	Gender Development Measure (GDM)	Gender Empowerment Measure (GEM)	Inequality Measure (INQ)
North Central	0.490	34.65	0.478	0.244	0.49
North West	0.420	44.15	0.376	0.117	0.44
North East	0.332	48.90	0.250	0.118	0.42
South West	0.523	21.50	0.507	0.285	0.48
South East	0.471	26.07	0.455	0.315	0.38
South South	0.573	26.61	0.575	0.251	0.41

Source: NHDR Team 2008-2009

Fonte: NHDR Team 2008-2009 in UNDP (2008) Human Development Report, Nigeria 2008-2009

A Nigéria tem um dos maiores potenciais de desenvolvimento em África devido à vastidão dos seus recursos e, sobretudo, aos recursos humanos. Mas, apesar disso situa-se entre os países mais pobres do mundo.

O Relatório da UNDP (2013a:1) sobre a “redução da pobreza” refere que há mais de um bilião de pessoas a viver em extrema pobreza. Apesar da globalização, do progresso e desenvolvimento, as privações humanas ainda estão amplamente disseminadas.

Na Nigéria, as causas da pobreza devem ser procuradas, principalmente, junto das instituições governamentais e das políticas públicas por elas escolhidas pois só a existência de problemas graves de gestão podem justificar que um país rico em recursos tenha a população a viver na pobreza.

As explicações para a pobreza dadas pelos académicos Nigerianos são várias (Gusau 2005: 134). A este propósito, Agbu atribui a pobreza na Nigéria à deficiente tecnologia existente e, até que esta esteja coordenada com as estratégias qualquer redução da pobreza vai continuar a ser uma ilusão (Idem). Por sua vez, para Aigbkhan a pobreza deve-se ao corte efetuado pelo governo na educação, à redução de funcionários públicos e à rápida desvalorização da moeda (Idem). No entanto, a corrupção, a injustiça, os 'pecados', a desvantagem da localização, o rápido e descontrolado crescimento da população explicam as causas da pobreza de modo mais eficiente. Pode-se concluir que a pobreza na Nigéria é causada por uma grande variedade de fatores em que os sociopolíticos parecem ser mais decisivos do que os convencionais (Idem: 134-139).

Há vários fatos relacionados com a pobreza, tais como: a falta de modernização, limitações físicas, problemas burocráticos, dependência dos países do terceiro mundo e exploração pelas

elites locais. Outros fatores são a seca, inundações, infertilidade dos solos, iliteracia, malnutrição, falta de saneamento, mercados pobres, aumento da população, fome, gestão deficiente, falta de crédito, baixa produtividade, corrupção, superstição, desemprego, falta de indústria e cooperação (Adawo 2011: 15).

A falta de alguns programas e estratégias deve-se por sua vez: à falta de mecanismos direcionados para os pobres; instabilidade política resultante de mudanças frequentes de políticas e implementação inconsistente; coordenação deficiente dos programas; problemas de orçamento, gestão e governação; falta de responsabilidade e transparência; dispersão de atividades de várias instituições levando à dispersão de recursos e falta de mecanismos de sustentabilidade dos programas (Omotola 2008: 508).

Como refere o estudo da UNDP (2008:101)

“Nigeria’s governance has been a composite of political and economic elements featuring democratic-market and dictatorship-market systems with differing economic management strategies across ideological leanings.

...two sobering conclusions emerge from the analysis: first, the quality and effectiveness of governance is a major obstacle to development in Nigeria; and, second, only a developmental path that combines higher growth with worsening governance - as seems to be the case based on existing evidence - is not compatible with a serious effort to reduce poverty and inequality in Nigeria”(Idem 2008:102) ...” as a result, any successful effort to combat poverty and inequality in Nigeria will require a high degree of cooperation between the three tiers of government to an extent of which has not been achieved to date” (Idem:104).

Para Campbell (2010:12):

“the concentration of Nigeria’s vast oil wealth in the hands of a small group of wealthy Nigerians has made income distribution among the most unequal in the world....Inequality between the rich and poor has increased significantly because of uneven access to oil wealth, exacerbated by a decline in agricultural productivity in the countryside. The decay of the city’s industrial base has, at the same time, exacerbated urban unemployment and made it much more difficult to absorb rural poor” (Idem: 14).

O trabalho de Grafaar (2005: 16-23) refere que as políticas de redução da pobreza na Nigéria deram lugar a cinco planos anuais de desenvolvimento. O primeiro entre 1962 e 1968 destinava-se a desenvolver a saúde, a educação, o emprego e a melhorar o acesso a oportunidades. O segundo plano, entre 1970 e 1974, destinava-se à mudança do setor rural. O terceiro e quarto plano entre 1975 e 1985 destinavam-se a possibilitarem o subsídio de introdução na agricultura de fertilizantes, químicos e sementes. O quinto, ‘First National Rolling Plan’ (plano orçamental revisto anualmente), foi abandonado e substituído pelo Programa de Ajustamento Estrutural. O governo procurou acelerar o desenvolvimento agrícola criando a Direção de alimentos, estudos e infraestruturas rurais. Foi criado também o ‘The

Better Life Programme' destinado à redução da pobreza. Em 1997 foi introduzido o 'The Family Economic Advancement Programme' destinado aos pobres e necessitados. Direccionado à criação de emprego, estabeleceu-se em 1987 a 'National Directorate of Employment'. Para os pobres terem acesso ao crédito criou-se o "The Peoples Bank" para o setor privado. Em 1994 foi instituído o 'Petroleum Trust Fund' para utilização dos ganhos decorrentes do petróleo. Em 1998 foi criado o 'The Urban Mass Transit Programme' para facilitar o trânsito de "massas" urbanas no país. Mais recentemente outras políticas foram introduzidas como o 'Minimum Wage' o 'Poverty Alleviation Programme' (PAP) e o 'National Eradication Programme' (NAPEP) que infelizmente foram politizados.

Para além destas políticas/programas apontam-se as seguintes ações que concorrem para a redução da pobreza: a reintrodução do saber islâmico que no passado já foi bem-sucedido nos programas de governo contra a pobreza; o combate à corrupção; a reforma das políticas agrícolas; a promoção do crescimento económico; as reformas da política de trabalho; a implementação da "Zakah" (esquema redistributivo islâmico. Os muçulmanos que têm recursos em excesso, serão distribuídos pelos que são pobres e precisam); melhorar o acesso ao crédito para o setor privado; aplicação estrita do sistema islâmico de herança; reordenação de prioridades ao nível da educação, saúde e defesa; criação de programas específicos para as mulheres; renascimento dos meios tradicionais nigerianos de ajudar os pobres; manter-se próximo dos familiares; responsabilização do governo para garantir a subsistência aos pobres e o importante papel do voluntariado (Gusau 2005:140).

Verifica-se pois uma necessidade de diversificar a economia, melhorar o processo de democratização, tornando-o transparente com uma governação participativa; rever o papel do Estado no processo de desenvolvimento; encorajar as instituições rurais e apoiar projetos comunitários e acelerar o crescimento económico (Omotola 2008: 514).

O estudo da UNDP (2008: 117-119) refere acerca da pobreza que:

"although poverty has declined in the country, it still remains considerably high, doubling its level two decades ago. Child poverty has now been officially recognized as a phenomenon to be targeted specially with appropriate strategies...to become one of the 20 largest economies by the year 2020, Nigeria requires overall growth of above 10 per cent on a consistent basis. Moreover, growth must become increasingly pro-poor going forward, and renewed efforts should be made to create an environment for high levels of investment....to implement an inclusive and pro-poor growth model, government needs to promote human capital development, provide social services, increase public spending, enhance access to education, provide safety nets for the vulnerable groups and step up investment in the rural areas".

Neste sentido vai o estudo de Okosun (2012:12) que refere que "a pobreza pode ser crónica ou transitória, dependendo do contexto em que as abordagens de redução da pobreza devem ser aplicadas (meio rural ou urbano, regiões do país). Refere ainda que é necessário identificar os pobres e as suas necessidades básicas e só depois definir as abordagens".

As instituições económicas e políticas parecem ter uma influência decisiva no crescimento económico uma vez que têm o poder de criar condições que promovam o investimento em tecnologias, o desenvolvimento de competências, a equidade e proteção dos direitos de propriedade. As que assim não procedem, permitem o desvio de recursos não proporcionando crescimento económico nem incentivos. A instabilidade política provocada pelo fato dos lugares de poder serem extremamente cobiçados, fenómeno que afeta todas as sociedades, das mais evoluídas às mais atrasadas, tem afetado de forma constante a Nigéria, que padece ainda hoje desta situação, provocada pela existência de inúmeras etnias a que os sucessivos regimes militares não foram alheios. Ou seja, para que haja desenvolvimento e crescimento económico que beneficie todos os nigerianos, terá de existir uma mudança institucional efetiva com a adoção de políticas que favoreçam a população e não apenas uma elite política que vai alternando no poder.

2.3 A ‘MALDIÇÃO’ DOS RECURSOS: O PETRÓLEO

“Oil wealth has been a curse on us, made us weak and docile”

Abu Bakar Bashir

A ‘maldição’ dos recursos (Investopedia 2012a) pode ser definida como uma situação paradoxal em que países com abundância de recursos naturais não renováveis vivem um período de contração ou estagnação económica. A ‘resource curse’ pode ocorrer se um país centra a sua atenção na exploração de um ou vários recursos naturais e negligência outros sectores económicos importantes. Em resultado, o país torna-se dependente do preço das matérias-primas e o desempenho do produto interno bruto torna-se muito volátil. Acrescente-se ainda, o facto deste tipo de modelo económico ser muito permissível ao fenómeno da corrupção governamental, o qual surge quando os direitos sobre os recursos e a inexistência de ferramentas de distribuição de rendimentos não estão definidos na sociedade, resultando numa regulação injusta da indústria. A ‘maldição dos recursos’ surge muitas vezes em mercados emergentes após grandes descobertas de recursos naturais.

Um exemplo da ‘maldição dos recursos’ é a ‘Dutch disease’ (Investopedia 2012b), que ilustra uma situação que ocorreu na Holanda após a descoberta de jazidas de gás natural. As etapas da ‘Dutch disease’ podem ser definidas da seguinte forma: i) um país encontra grandes reservas de recursos naturais; ii) a economia foca-se no desenvolvimento desta indústria de alto rendimento; iii) trabalhadores especializados de outros sectores transferem-se para este novo sector; iv) salários elevados tornam a moeda nacional menos competitiva; v) noutros sectores económicos o fabrico começa a decrescer.

Grande parte dos países africanos são vítimas deste ‘Dutch disease’, daí os constantes apelos para a necessidade de diversificarem as suas economias, afim de se livrarem da ‘maldição dos

recursos'. No caso da Nigéria as exportações de petróleo estão a dispersar outras oportunidades de negócio. Serão os recursos naturais uma bênção ou uma maldição? África continua a não usar convenientemente os seus recursos naturais para financiar o desenvolvimento e o crescimento a longo prazo. O excesso de confiança na indústria extrativa, o favorecimento pessoal, a corrupção entre os políticos e a falta de transparência têm fomentado a 'maldição dos recursos'.

Os rendimentos avultados para os países ricos em recursos naturais causaram uma desproporcionada confiança nos petrodólares. Os países continuam muito dependentes de alguns sectores económicos e na exportação de produtos primários, tornando-os altamente vulneráveis aos choques externos como o preço das matérias-primas, flutuações das taxas de câmbio e procura externa. Também as deficiências nas infraestruturas são um entrave à competitividade e ao desenvolvimento do sector privado. A Nigéria tem somente 2,9% de reservas de petróleo e gás mundial mas é responsável por mais de 90% das suas receitas de exportação (Ramdoo 2012: 6). Isto é a prova de que os recursos naturais afastam todos os outros sectores. Será pois necessário assegurar um sistema fiscal adequado, evitar a fuga de capitais e aproveitar as receitas dos recursos para o desenvolvimento. Fundos de poupança, investimentos que diversifiquem a economia e maior transparência por parte dos governos, incluindo a publicação de dados sobre receitas e despesas também são recomendados.

Algumas razões teóricas e provas estatísticas sugerem que a posse de recursos naturais pode conferir efeitos negativos e positivos a um país. Este trabalho identificou seis canais em que os recursos naturais podem ter efeitos negativos sobre o desempenho económico. O primeiro, a hipótese de uma tendência negativa de longo prazo nos preços das matérias-primas é contrabalançada por argumentos teóricos para uma tendência positiva e os resultados empíricos mostram que não há uma tendência consistente de qualquer maneira. Os outros são: a grande volatilidade do preço das matérias-primas com riscos e custos de transação; especialização nos recursos naturais em detrimento de outros sectores; recursos minerais podem conduzir a guerras civis o que representa um obstáculo ao desenvolvimento; doações de matérias-primas podem levar à corrupção, desigualdade, lutas de poder, inibição da democracia. O problema da 'maldição dos recursos' reside nas políticas que são adotadas para o país prosperar (Frankel 2010: 1-48).

O estudo de Onyeukwu (2007:1-47) sobre a perceção e desafios dos recursos naturais na Nigéria mostra que este país enfrenta, sem dúvida, um 'resource curse', facto admitido por todos os seus parceiros embora esteja a dar passos para melhorar a situação. Os Nigerianos têm que assegurar a consolidação das políticas, reforma das instituições e a sua avaliação. Afiguram-se necessárias intervenções nas políticas em especial nas seguintes áreas: consolidação das reformas políticas em curso (processos de concurso público; regime da responsabilidade fiscal; transparência nas indústrias extrativas; informação de contas; melhoria dos processos anticorrupção); reforma dos sistemas de governação; revisão do processo eleitoral; institucionalização do processo de participação política; transparência e

prestação de contas (melhorar a contribuição do sector não petrolífero). O apoio institucional é indispensável para evitar a corrupção, promover a responsabilidade e transparência na gestão de recursos do petróleo na Nigéria. Tem de melhorar o sistema de governação, incrementar a participação dos cidadãos no sistema de governação, aprovar um código de ética e integridade; eleições livres e justas; liberdade na economia; respeito pela lei, direitos humanos; erradicação da pobreza e a diminuição da distância entre pobres e ricos.

Como se chega à ‘maldição’? Países pequenos e pobres são pouco competitivos na banca. Só têm vantagem no comércio dos recursos naturais. Mas os países só são ricos se tiverem bons serviços públicos e infraestruturas, mas falharam na criação deste ambiente. Países que confiam nos seus recursos naturais estão amaldiçoados pela pobre qualidade governamental e ambiente institucional que descurou o crescimento dos serviços e indústria. São necessárias melhores instituições, mais transparência e fiscalização. Embora, a Nigéria tenha na sua agenda chegar a 2020 como um dos países mais industrializados de África, os seus esforços de desenvolvimento são prejudicados pelas deficientes infraestruturas, inadequadas capacidades humanas, corrupção, instituições fracas, eleições fraudulentas e liderança não democrática.

Os diversos estudos referidos apontam para os efeitos pouco positivos dos recursos naturais quando os países que os possuem têm problemas intrínsecos de difícil resolução ao nível da sua economia e da governança, em que a corrupção desempenha um papel fundamental.

O Relatório da Organização Não Governamental *Human Rights Watch* (2012:3) refere que o governo pouco se empenhou na resolução dos problemas ambientais originados pela poluição provocada pela exploração do petróleo (décadas de derramamento de petróleo devido às operações das companhias petrolíferas, sabotagem de pipelines, furto de crude e queima de gás generalizada deixaram o Delta do Níger muito poluído), corrupção estatal e local, o patrocínio político de grupos armados que conduzem à violência e pobreza na região do petróleo.

Os problemas gerados pelos direitos ao petróleo das minorias residentes no Delta do Níger e as agitações ali existentes são tão antigas como o Estado nigeriano. Os descontentamentos gerados pela degradação crescente das condições sociais, políticas e económicas, agitações, violência e luta armada têm ameaçado a estabilidade e o progresso do país não havendo sinais de melhoria. O conflito continua devido há incapacidade de resolução por parte do governo federal e estadual (Adeyeri 2012: 97-103).

O Delta do Níger alberga cerca de 140 grupos étnicos. Esta diversidade étnica causa uma grande competição pelos recursos como a terra, benefícios socioeconómicos e poder político (Asuni 2009: 5). A este problema étnico acrescenta-se outro de carácter geopolítico motivado pela construção de infraestruturas económicas, militares, educacionais e administrativas nos territórios destas etnias. A exploração do petróleo resultou na degradação ambiental, contaminação dos solos e águas, poluição, perda da vida marinha e bio diversidade. Isto conduziu ao aparecimento de milícias que lutam pela emancipação e desenvolvimento da região transformando-a numa zona de intensa criminalidade (Okumagba 2011: 56).

Consequentemente, as minorias continuam a viver na pobreza no meio da riqueza abundante do petróleo.

Todas as administrações nigerianas procuraram controlar os desafios ao desenvolvimento da região, mas sem sucesso. No entanto, a administração do Presidente Yar'Adua concedeu uma amnistia aos militantes dando-lhes oportunidade de educação, formação e reabilitação geral (Aghalino 2012: 144). Mas, como refere Adeyeri (2012:102), “o melhor mecanismo para a paz, estabilidade e progresso no Delta do Níger é a aplicação de medidas institucionais para a redução da pobreza e medidas que assegurem a igualdade para que todos os nigerianos tenham progresso e felicidade no seu grupo étnico e religião”.

As lições retiradas na Nigéria relativamente à gestão dos recursos do petróleo e gás e a sua ligação ao quadro regulatório legal, o desenvolvimento das áreas de produção de petróleo, a responsabilidade social corporativa, a gestão das receitas do petróleo e a ligação entre o petróleo a sociedade civil são importantes para o desenvolvimento futuro (Okpanachi e Andrews 2012: 430).

É evidente a existência de uma associação inversa nos países entre a abundância de recursos naturais e o crescimento económico no período de 1970 a 1990. A ‘maldição dos recursos’ tem um impacto negativo nas instituições e na governação (Sachs e Warner 1999: 46).

Também Ross (2001:33) concorda que o petróleo afeta a democracia, principalmente nos Estados pobres. No entanto, contraria a posição de Sachs e Warner, de que as instituições não são importantes para perceber a natureza do crescimento nos países dependentes de recursos. A ‘maldição’ é uma contingência do quadro institucional existente, e sugere que as instituições são fulcrais para explicar a maldição dos recursos (Karl 1997: 6).

Os países ricos em recursos são ambos ganhadores ou perdedores relativo ao crescimento. E a razão para isso é a diferença no quadro institucional e a qualidade das instituições (Mehlum, Moene e Torvik 2008: 246).

Quando a Nigéria surgiu como economia petrolífera procurou políticas de centralização fiscal. A aproximação aos “hábitos nigerianos do pessoal estrangeiro das companhias petrolíferas a operar na Nigéria e a participação acionaria do Estado nigeriano numa ‘*joint venture*’ comercial para a produção de petróleo (alguns 60%) veio acentuar e institucionalizar a corrupção e expandir o mecenato”. As receitas da venda do petróleo e gás, as rendas, royalties e taxas constituem 90% do orçamento nacional e 80% da receita cambial. O petróleo transformou a Nigéria num Estado não produtivo onde o rendimento deriva de fundos estrangeiros e não da taxa local (Omeje 2006: 48).

O trabalho de Luqman (2011:91), estudante de doutoramento na Northern University of Malaysia aponta várias recomendações como indispensáveis: a necessidade de atuação do governo federal para evitar o aumento de apoio dos grupos de milícias às comunidades locais e piorar a segurança na região; a implementação de medidas que promovam o desenvolvimento integrado da região do delta; a implementação de medidas que criem confiança em todos os parceiros, nomeadamente Estado e companhias de petróleo com vista

a criar ligação entre os jovens, sociedade civil e comunidades petrolíferas; necessidade de vontade política do Estado para assegurar que os Estados do norte se esforçam para que haja desenvolvimento no interesse nacional, paz e estabilidade. Para além disto é necessária uma grande transparência e responsabilidade na distribuição de recursos aos Estados.

Numa região que, em teoria, deveria prosperar, há um outro problema: o desemprego jovem. As atenções têm-se centrado na região do Delta do Níger devido há inquietação da juventude e à militância causada pela interrupção das atividades das companhias petrolíferas, e sequestros de estrangeiros e nigerianos. A educação é a única possibilidade dos jovens poderem competir por postos de trabalho dentro e fora do país nas companhias de petróleo (Abraham 2011:442).

Como é referido por Abudu e Garuba (2011:7), a ‘Extractive Industries Transparency Initiative (EITI)’ surge para promover a transparência e responsabilidade nos pagamentos do petróleo, gaz e minerais nos países em desenvolvimento. Apesar das expectativas criadas a EITI não teve a capacidade de efetuar as esperadas mudanças. O processo EITI nigeriano baseou-se na agenda anticorrupção da administração de Obasanjo. A necessidade urgente da EITI foi influenciada pelo estudo do Banco Mundial que revelou “um declínio preocupante na produção de petróleo e na venda, discrepâncias na entrada e saída de fundos, fracas capacidades institucionais e ineficaz gestão das receitas das indústrias extrativas” (Garuba e Ikubaje 2010: 142).

O desenvolvimento do país é prejudicado por infraestruturas fracas, inadequada capacidade humana, corrupção, instituições fracas, falhas nas eleições e liderança irresponsável. Muito há ainda a fazer para superar os desafios da Nigéria especialmente na governação do setor do petróleo e no processo político. Tem sido difícil implementar as auditorias da ‘Nigerian Extractive Industries Transparency Initiative’ (NEITI) que tem revelado fragilidades na junção das receitas da indústria do petróleo. No conflito no Delta do Níger, as atividades criminais e o furto de petróleo continuam a resistir a todas as intervenções militares, amnistias e reabilitações. Eventuais reformas efetuadas a nível federal - gestão de despesa pública, luta contra a corrupção, a atuação da NEITI, responsabilidade fiscal e legislação sobre contratos, podem melhorar a economia política da Nigéria e prospetivar o seu desenvolvimento. (Gboyega et al 2011:41-42).

Para combater a crise do Delta do Níger, o governo local democraticamente eleito tem de satisfazer as necessidades locais. No entanto, este facto não afasta a necessidade de um grande controlo dos recursos. Apenas complementa a necessidade de um verdadeiro federalismo centrado numa governação próxima das comunidades em vez de centralizar a riqueza e não aplicar as receitas dos recursos onde eles são produzidos (Ebobrah 2011: 1-32). A resposta do governo federal à agitação no Delta do Níger pelo controlo de recursos tem sido escassa para satisfazer as exigências da maioria dos grupos que se situam nesta região empobrecida (Obi 2008: 417-434).

As pessoas residentes no Delta do Níger pretendem ser envolvidas no processo de controlo dos recursos, ter representação política e participação. É necessário criar emprego para os jovens graduados e para os desempregados. A região do Delta do Níger merece atenção urgente do governo para uma rápida transformação física da região que deveria ser dotada de infraestruturas sociais de longa duração e outras comodidades porque as pessoas têm sofrido com a exploração do gaz e do petróleo (Ojo 2011:476). O governo tem de evitar mais crises na região e reduzir a insegurança face aos contínuos raptos e atos terroristas que se estão a espalhar por outras partes do país (idem:485-486).

O maior problema do continente africano e do Golfo da Guiné em particular reside na falta de governança - política, económica, social e cultural- para gerir os recursos e uma atitude passiva na sua gestão (Ezirim 2011:69). No entanto, para Mokhawa (2005:21), o Botswana, a Namíbia e África do Sul são dependentes de minerais e não sofrem deste sintoma.

A posse de recursos petrolíferos e as receitas que vão para os governos provenientes da exploração têm um impacto decisivo na segurança e estabilidade de cada país africano que tem grandes quantidades (Volman 2003: 1).

Os países com abundância de riquezas de recursos têm problemas de políticas fiscais e pequenas quantidades de poupanças e as rendas dos recursos são gastas para financiar despesas governamentais ordinárias (Postali 2009:208). A inabilidade do governo da Nigéria mostra-se quando este não sabe quanto petróleo ou gaz é produzido pois depende das companhias petrolíferas para lhe dizer quanto é exportado e não tem capacidade para assegurar que os recursos são usados no bem-estar da população (Ezirim 2011:61).

O Estado tem o privilégio de se apropriar das receitas do petróleo é o responsável pela persistência dos conflitos no Delta do Níger. Devem ser concedidos aos Estados direitos de mineração e a corrupção investigada; as receitas do petróleo devem ser partilhadas com as comunidades; democratização do processo de paz através da consulta pública, persuasão, discussão e consenso para a resolução do conflito com participação das milícias e outros parceiros; democratização do processo de produção, distribuição e consumo das explorações minerais (Eze 2011:157).

A ‘maldição dos recursos’ muda com a assunção de que a abundância de recursos naturais é uma vantagem para o crescimento económico e surge como um conceito que representa a estranha incapacidade dos países ricos em recursos transformarem com sucesso esses recursos em crescimento económico e prosperidade (Uzoigwe 2011:14).

A ‘ maldição dos recursos’ pode ser evitada com boas instituições, melhorando a qualidade da governação (Collier e Goderis 2008:29). Mas há um grande consenso de que a existência de recursos naturais não explica a má performance económica da maior parte dos países ricos em recursos.

Para Campbell (2010: 17)

“whether under the military or the civilians, the fundamental issue is bad governance. The federal government’s economic policies reflect the special interests of those who

control it. This results in underinvestment in agriculture and the infrastructure to move agricultural products to the market, an overvalued currency, a dearth of energy production for domestic consumption, and often irrational and inconsistent trade and investment policies; in short, bad governance, crony capitalism, and spectacular levels of corruption impoverish the country”.

A repressão e corrupção dos sucessivos governos tem beneficiado as multinacionais ocidentais que exploraram o petróleo nigeriano, o que se traduz numa imensa pobreza e destruição ambiental na região do Delta do Níger. Os recursos agrícolas, piscícolas e água potável foram afetados. A economia local e a sociedade sofreram transformações como sejam o aumento de inflação, prostituição e a falta de responsabilização perante a expropriação de terrenos. A repressão militar é uma constante e serve para neutralizar os protestos das comunidades locais que acusam o governo de estar ao serviço das petrolíferas multinacionais.

Face aos estudos apresentados mantém-se a questão inicial de saber se a posse de recursos naturais é uma maldição ou uma bênção. No entanto, apontam-se alguns efeitos pouco positivos dos recursos naturais quando os países que os possuem têm problemas intrínsecos de difícil resolução ao nível da sua economia e da governação onde a corrupção desempenha um papel fundamental no processo de má gestão.

2.4 PROBLEMA ESTRUTURAL: A CORRUPÇÃO

“Power does not corrupt men; fools, however, if they get into a position of power, corrupt power.”

George Bernard Shaw

A corrupção é a principal causa da pobreza no mundo, afetando principalmente os países mais pobres, prejudicando o desenvolvimento político, económico, a democracia, o ambiente, a saúde e educação. É, contudo, difícil medir ou comparar o impacto da corrupção na pobreza. A problemática da corrupção é de importância capital em todos os sistemas políticos, em particular, em países em desenvolvimento detentores de recursos naturais. No mundo ocidental, a corrupção é vista como uma prática contrária à ética que deve caracterizar os mais altos representantes do Estado e da administração central em geral. É um sintoma das numerosas dificuldades surgidas nas sociedades contemporâneas. O tão desejado desenvolvimento social e económico só será atingível se qualquer Estado conseguir combater de forma eficaz as práticas ligadas à corrupção que nele se poderão instalar.

O fenómeno da corrupção é considerado tão velho como a sociedade humana. Por isso, as definições de corrupção são inúmeras e têm sido objeto de grande atenção ao longo dos anos. Diferentes teóricos das ciências sociais, psicologia, ciência política e religião, têm procurado promover uma definição de corrupção. Contudo todas elas estão interligadas. Para alguns autores, a corrupção é um crime económico sendo o seu combate uma tarefa Herculeana

devido à natureza clandestina das atividades corruptas e à grande disparidade das tarefas reguladoras exigidas (Rider 2007:5; Salifu 2008: 273-283). Este facto é particularmente evidente na corrupção verificada no sector público.

Para Bayle, a corrupção pode ser definida como o uso indevido de autoridade que tem como resultado um ganho pessoal que pode não ser monetário (Bayle1966: 720). Já Nye (1967: 419) define corrupção como “o comportamento que provoca desvios no exercício de funções públicas, devido a relações privadas, para obtenção de ganhos pecuniários ou *status* ou que viola regras contra a existência de certo tipo de influências nas relações privadas”.

A corrupção apresenta-se, assim, como “um comportamento social imoral, desonesto e sem escrúpulos. É um crime cometido na sociedade, um desvio face às normas aceites pela sociedade. É um fator social desintegrativo que muitas vezes impede o desenvolvimento social, político e económico de um país, da mesma forma que a pobreza funciona como elemento ameaçador da democracia duradoura” (Edewor 2011: 80).

Como é perceptível não existe uma definição única ou universal de corrupção no direito internacional (UNODC 2003: 23). No entanto, o World Bank (1997: 8) e a Organização Não Governamental *Transparency International* definem geralmente a corrupção como “o abuso de cargo público para benefício privado”. Nesta definição, o World Bank inclui ainda situações em que “os funcionários públicos aceitam, solicitam ou extorquem subornos ou quando particulares subornam funcionários públicos para obtenção de qualquer vantagem ou proveito”, e o “o roubo de ativos do Estado, a repartição ilegal de receitas estatais, assim como, o mecenato ou o nepotismo efetuado por funcionários governamentais”.

Em resumo, afigura-se consensual entre os académicos de que ser corrupto pressupõe a obtenção de ganhos ou benefícios, de forma ilícita, para si ou para outros por parte de funcionários públicos ou alguém que tenha acesso a informação privilegiada.

A corrupção pode ser explicada de forma simplista com base num princípio económico da maximização do lucro ou consumismo racional. Pode também ter por base valores socioculturais instituídos que predispõem ao ato não sendo dessa forma considerada como um ato desprezível, mas como um ato normal (doação).

A tipologia das práticas corruptivas pode ser a mais diversa. Foram detetadas na Nigéria as seguintes práticas corruptivas: oferecimento e aceitação de gratificação, posse fraudulenta ou aquisição de propriedade, falsos depoimentos, subornar ou aceitar subornos, possuir bens adquiridos de forma fraudulenta (Edewor 2011: 82). Para a *Human Rights Watch* (2010: 24) o tipo de práticas corruptas levadas a efeito pela Polícia Nigeriana abrangem a extorsão, o suborno, a ameaça, a detenção ilegal, maus tratos físicos e sexuais ou até a morte.

As práticas corruptivas disseminam-se pelas mais variadas áreas económicas. No sector petrolífero os riscos da corrupção estão localizados na concessão de licenças de exploração e produção de petróleo, na concessão de contratos, nos atrasos e incapacidade de negociar com

o Estado Nigeriano, na exportação e importação de crude e produtos refinados e no *bunkering*¹⁶ (Gillies 2009: 2-3).

Otite classifica a corrupção na Nigéria pode ser dividida em cinco grupos: política, económica, burocrática, judicial e moral (Otite 2000: 10). Em termos práticos manifesta-se na inflação de contratos em troca de comissões, nas fraudes e falsificações de contas nos serviços públicos, na negligência nos exames nas instituições de educação, na utilização de subornos, na perversão na justiça (polícia e poder judicial), na superfaturação de bens, burlas em atividades ligadas ao comércio externo, contrabando, açambarcamento, saques nas tesourarias públicas, lavagem de dinheiro e envio deste para paraísos fiscais (Ike 2009: 10-11).

Alguns países de África têm sofrido a gestão danosa de alguns governos que têm delapidado os recursos dos Estados através de atividades corruptas, violentas e de má governação. Em consequência, não providenciam serviços básicos aos cidadãos, contribuindo para o aumento da pobreza, tensões sociais e políticas e a degradação das infraestruturas existentes. Embora a Convenção emanada pela União Africana para o combate à corrupção seja muito restritiva no que respeita a esta matéria, a verdade é que a maior parte dos líderes Nigerianos encara a corrupção como algo institucionalizado e, por isso mesmo tolerável.

Todos os países são corruptos mas alguns são mais corruptos que outros. Esta afirmação é válida para a Nigéria. Instituições internacionais que classificam os países relativamente à corrupção, como a *Transparency International* (2013), consideram a Nigéria como um dos países mais corruptos do mundo. Em 2013, o Índice de Perceção da Corrupção (Transparency International 2013) colocou a Nigéria no lugar 144º em 177 países auscultados ao nível da corrupção do setor público. Também o relatório anual de 2012 elaborado pela Organização Não governamental *Freedom House* relativamente aos direitos políticos e às liberdades civis, classifica a Nigéria como ‘partly free’¹⁷.

A Nigéria é um país rico em petróleo, mas afetado pela combinação de crimes políticos e económicos. Por isso, Odekunle (1986: 93-94) faz a distinção entre duas formas de crime na Nigéria: o crime das ‘elites’ e os crimes da classe trabalhadora. Os crimes das ‘elites’ podem ser divididos em “colarinho branco, corrupção política e económica”. Os crimes da classe trabalhadora são praticados pelos funcionários públicos que aproveitam para enriquecer com atividades corruptas a que têm acesso (Mbaku 2010:48). Para perceber a natureza da corrupção na Nigéria é preciso olhar para a dimensão e magnitude do fenómeno ao longo dos seus regimes políticos e/ou militares. Podem ser distinguidos dois modelos de corrupção: grande e pequena. Do primeiro modelo salientamos, como exemplo, o saque de recursos naturais ou infraestruturas, de fundos públicos, o desfalque com o objetivo de defraudar o

¹⁶ ‘Bunkering’ é o furto de petróleo bruto diretamente dos oleodutos, estações de bombagem e instalações de exportação (Gillies 2009).

¹⁷ ‘Partly free country’ é um país em que há um respeito limitado pelos direitos políticos e liberdades civis. Estados parcialmente livres sofrem com frequência de corrupção, deficiente aplicação da lei, conflitos étnicos e religiosos, e um panorama político em que uma das partes beneficia de domínio apesar da existência de um certo grau de pluralismo (Transparency International 2013).

erário público favorecendo o ganho pessoal. É característico das elites políticas. O modelo pequeno envolve a institucionalização das práticas corruptas na esfera privada ou pública (Jegede 2011:134).

Em África, a legitimidade das regras formais de conduta que caracterizam os Estados modernos têm falhado, sendo progressivamente substituídas pelas regras informais derivadas de laços étnicos ou nepotistas de solidariedade (Chabal e Daloz 1999: 99-100).

A corrupção “é um dos problemas mais familiares e menos entendidos de África. É familiar porque está definido, e é endémico. Pouco percebido devido à falta de instrumentos de investigação que compreendam a sua racionalidade” (Idem: 93).

Na Nigéria a expectativa da corrupção é provavelmente mais difícil de ignorar do que as regras institucionais que proíbem essas práticas (Jackson e Roseberg 1982: 29-30). Apesar da riqueza proveniente do petróleo, a Nigéria permanece um país pobre. A diversificação da economia, a criação de infraestruturas e a criação de condições básicas de vida para os nigerianos não fazendo depender as suas receitas externas quase totalmente do petróleo, poderá, eventualmente, ser o caminho a seguir.

A Nigéria é o maior exportador de petróleo de África, mas os seus recursos naturais tornam-na vulnerável à corrupção. A exploração petrolífera do Delta do Níger é um exemplo. A corrupção impede a entrada de investimento estrangeiro, contribuindo para a pobreza e a privação dos cidadãos. Grandes receitas das reservas de petróleo e gás significam impostos baixos, mas também diminuta responsabilidade, falta de transparência e serviços públicos deficientes.

Como causas da corrupção, podemos referir a liderança fraca, a insaciável aquisição materialista dos Nigerianos, o aumento do preço de bens e serviços, a falta de segurança no trabalho, a distribuição desigual de recompensas e riquezas do país ocasionada pela estratificação social e a falta de consciência política dos efeitos negativos da corrupção no processo de construção do país (Edewor 2011: 87-88). A este propósito, Ayobami (2011: 4) acrescenta como causas da corrupção na Nigéria as restrições de mercado (importação), os subsídios do governo (favorecimentos de uns em relação a outros), o controlo de preços (abaixo do valor de mercado), os baixos salários na administração pública e fatores sociológicos (sociedade multiétnica). Por fim, Ike (2009: 7) aponta como fatores causais da prática de corrupção na Nigéria o fato de ser funcionário público, como meio primário de aceder à riqueza, o conflito entre códigos de moral, os fracos mecanismos de controlo governamental, a ausência de sentido de unidade nacional, a existência de recursos naturais, a falta de avaliação dos serviços públicos, o facto de o Estado ser detentor de empresas, a fraude eleitoral, o despesismo público (estatal e local) e a falta de moral e ética no governo. Podemos ainda acrescentar às causas do aumento da corrupção governamental na Nigéria o esforço que tem sido efetuado para remediar o problema em vez de o tentar perceber. A este nível apontam-se: as burocracias são suscetíveis à corrupção devido às vulneráveis condições de trabalho e poucas oportunidades de entrar em atividades económicas fora do Estado. A

falta de acesso aos mercados leva muitos cidadãos a procurar emprego no setor público como forma de obter alguma riqueza, assim como, a falta de segurança social e benefícios que garantam alguma qualidade de vida, como por exemplo, um esquema de pensões. Acredita-se que quem enriquece à custa da corrupção adquire respeito e honra. No fundo, a prevalência da corrupção deve-se a um conjunto de normas culturais que são o custo que a sociedade africana tem de pagar. O grupo étnico a que se pertence ou família é também importante especialmente se tiverem elementos que ocupam lugares importantes na administração central.

A descoberta de petróleo na Nigéria acabou por ser ensombrada pelos petrodólares uma vez que os políticos procuram benefícios individuais. Também o fato de estarmos perante um Estado ‘fragilizado’ potencia a corrupção. O interesse nacional não é significativo e os funcionários públicos veem no Estado uma hipótese de enriquecer negligenciando as suas funções e desprezando o bem-estar nacional. Também a falta de padrões éticos no próprio governo representa um sério retrocesso.

Adeyemi (2012:83) refere que a ‘*accountability*’ é a obrigação do poder público ser responsabilizado pelas suas ações. A responsabilização pode ser em termos sociais, éticos, políticos, administrativos e legais. A performance do governo local na Nigéria tem estado largamente abaixo da expectativa devido à falha nos seus deveres primários.

Embora um país desenvolvido ou em desenvolvimento possa ter práticas de corrupção no seu sistema, a forma como ele é etiquetado relativamente a estas vai condicionar a sua imagem junto da comunidade internacional. É indiscutível que a corrupção abunda na Nigéria. Grassa em todos os estratos da sociedade nigeriana, no público e no privado, tornando difícil o progresso sem recorrer a práticas corruptas. A corrupção é um fenómeno persistente que atormenta o país e, desde 1980, tem adquirido proporções impressionantes (Obuah 2010: 29). A corrupção não é o governo, é o objeto do governo, está institucionalizada e é encorajada ao nível do serviço público. A título de exemplo, podemos apontar até a existência de uma corrupção ao nível político a que chamam os ‘godfathers’ (padrinhos) que são políticos poderosos com redes de contatos privilegiadas que veem o governo como fonte do seu próprio enriquecimento. O ‘godfatherismo’ designa a relação entre padrinho e afilhado tendo uma particular influência no desenvolvimento político da Nigéria, parecendo até conduzir ao desaparecimento da governação. Os padrinhos tomaram conta das instituições políticas nigerianas ao passo que os afilhados têm de ser politicamente corruptos, apropriando-se de fundos para satisfazer as obrigações financeiras dos padrinhos (Adeoye 2009:269).

A corrupção eleitoral é vista na Nigéria como uma subversão do processo eleitoral pelos indivíduos que pretendem o enriquecimento pessoal e não o sucesso eleitoral (Olarinmoye 2008:66). Os partidos políticos, devido à fraca capacidade de mobilização, apoiam-se nos ‘padrinhos’ a fim de aproveitarem o seu poder de controlo das estruturas de voto. “Os ‘padrinhos’ fazem tudo para deixarem de ser intermediários e passarem a ‘patronos’ e dessa forma controlarem os partidos políticos” (Idem).

Os abusos de direitos humanos na Nigéria durante a ditadura militar contribuíram também para o nível de estigmatização do mundo ocidental considerando-a, como já foi referido, um dos países mais corruptos do mundo.

Os investidores evitam fazer negócio com um país corrupto o que dificulta a entrada de investimento externo para estimular a fraca economia. Logo, o impacto socioeconómico no desenvolvimento do país é negativo.

De forma simplista podemos afirmar que a corrupção pode ser relacionada com valores culturais, sociais, conflitos e lealdades decorrentes de transições económicas ou políticas. Em consequência da corrupção o país perde biliões de dólares devido a estas práticas de corrupção o que se vai traduzir num aumento do desemprego, pobreza, doença e desigualdades sociais. Nenhuma nação pode progredir quando os seus recursos não são utilizados em benefício da população. A construção de estradas, fornecimento de água e eletricidade são da responsabilidade do governo e a negação destas, devido a práticas corruptas diminui a qualidade de vida das pessoas.

Os desequilíbrios étnicos precipitam a desintegração nacional. O desenvolvimento é decisivamente afetado para isso contribuindo os fatores atrás referidos, o excessivo crescimento populacional, a dependência económica do petróleo e as políticas de comércio protecionistas. A corrupção reduz o investimento pois esta passa a ser vista como um custo adicional. Reduz também a legitimidade do Estado, a credibilidade dos líderes políticos acentuando a ineficiência e ineficácia e aumentando a crise económica. A ligação entre corrupção e subdesenvolvimento é bem patente na região do Delta do rio Níger onde se situa a exploração petrolífera em que os danos ambientais causados são imensos sem benefícios para os locais, proliferando a desigualdade social, a violência estatal e étnica, ‘gangs’ armados e ladrões. Trata-se de um negócio em que apenas existem duas partes: o Estado e as companhias petrolíferas.

Segundo Agbese (1992:220), na Nigéria, os grupos políticos usam qualquer meio ao seu dispor para chegar o governo e utilizar os poderes redistributivos para enriquecer. E, uma vez ‘capturado’ o Estado, o novo regime cria barreiras certificando-se que os competidores não têm hipótese de chegar ao governo legalmente (Mbaku 2000: 37). O Estado fica aquém do seu contrato social de proteger os cidadãos e a sua propriedade de agressões e de disponibilizar à sociedade o bem público. Em vez disso, o Estado privatiza-se e serve como instrumento para a acumulação privada de atividades predatórias (Gwartney e Wagner 1988).

A corrupção desgasta as instituições democráticas, abranda o desenvolvimento económico, contribui para a instabilidade governamental, ataca a base das instituições democráticas distorcendo o processo eleitoral, perverte o Estado de direito e cria atoleiros burocráticos (Philp 1987).

As consequências da corrupção são tão graves que os esforços para a combater não devem ser poupados. A prevenção é proveitosa.

Da análise efetuada, e para diminuir a corrupção latente, afigura-se de grande importância o incremento dos incentivos anticorrupção, da transparência, informação, competição, aplicação de sanções, leis e regulamentos claros, o compromisso dos governantes, remunerações para os funcionários públicos e líderes políticos, a criação de instituições de controlo, liberdade de imprensa e poder judiciário independente.

Também a implementação de um programa de transparência para o setor das indústrias extrativas foi importante, pois permite a transparência das operações efetuadas pelo setor petrolífero nigeriano e o controle das receitas. Os benefícios da transparência são evidentes pois permitem dar um sinal de responsabilidade, boa governação e de estabilidade económica e política; beneficia as companhias e investidores pois pagamentos transparentes ao governo diminui a instabilidade e permite mostrar a contribuição do seu investimento; benefício para a sociedade civil pois credibiliza o governo perante os cidadãos, especialmente se as receitas forem usadas em prol do bem público. Para o sucesso de algumas destas medidas alguns setores da economia terão de passar para o setor privado.

A transparência ou o acesso à informação tem um efeito positivo na corrupção porque reduz a corrupção burocrática tornando os atos corruptos mais arriscados, conseguindo bons incentivos para os funcionários públicos e promovendo a seleção de pessoas honestas para a função pública. Reduz a corrupção política ajudando os políticos a ser mais responsáveis perante o público. Mas, enquanto os funcionários governamentais receberem grandes benefícios devido à informação privilegiada que possuem, será difícil implementar a reforma da transparência. Esta será efetiva se reduzir a corrupção e aliviar a maldição dos recursos na Nigéria que sempre tem sido um “incentivo” ao amealhar de ganhos privados.

O efeito adverso da corrupção na vida socioeconómica não pode ser descurado assim como a imagem internacional que é transmitida e que hoje, ao vivermos num mundo globalizado, será de grande prejuízo para os Estados que não o perceberem rapidamente. Na luta contra a corrupção as agências nacionais desempenham um papel importante uma vez que as internacionais têm um impacto e interesse limitado.

Algumas das iniciativas elencadas para o combate à corrupção e já implementadas permitem-nos concluir que poderá estar em curso uma mudança na tendência na Nigéria relativamente à corrupção pois nenhuma sociedade poderá atingir o máximo do seu potencial se dela não se livrar. Para além das divisões políticas, religiosas e étnicas, a corrupção reduz a legitimidade do Estado, a credibilidade dos líderes políticos, o mérito do funcionário beneficiando as relações de favorecimento e fomentando a desordem social.

Futuras pesquisas serão determinantes para perceber o efeito de algumas destas medidas na Nigéria e verificar se será necessário proceder ao ajustamento das políticas escolhidas para um país rico em recursos naturais cuja população vive na pobreza.

CAPÍTULO 3 - O FUNDAMENTALISMO ISLÂMICO NA NIGÉRIA

3.1 RELIGIÃO

“When the missionaries came to Africa they had the Bible and we had the land. They said 'Let us pray. 'We closed our eyes. When we opened them we had the Bible and they had the land”

Desmond Tutu

A Nigéria é o país mais populoso da África subsariana e personifica uma afinidade e diversidade histórica, cultural, étnica, religiosa, social e linguística relevante. O espectro religioso é altamente complexo e dinâmico, compreendendo duas religiões principais, o Cristianismo e o Islão e uma multiplicidade de tradições religiosas, incluindo religiões indígenas, assim como novos movimentos espirituais. A religião representa o meio através da qual muitos nigerianos procuram compreender a realidade e a existência e, ao mesmo tempo que se apresenta como um instrumento de paz e coesão, também fomenta a violência religiosa e o conflito (Adogame 2010:479). Este surge não só do aumento da diversidade, como também envolve dinâmicas internas em determinados grupos específicos.

O Islão penetrou na África subsariana muito antes do advento do Cristianismo europeu. Chegou ao interior do continente através das savanas da África ocidental e do deserto do Sara, no norte. Na África subsariana, espalhou-se sob a insígnia do comércio e das campanhas militares e o processo de islamização serviu para ligar aquela zona de África. A África ocidental experimentou então a influência cultural do Islão e as dinâmicas inerentes à constituição do Estado. É por isso que, por vezes, se refere que a África ocidental tem um ramo do Islão de características ‘muito africanas’. O Islão ‘africanizado’ diz respeito à forma como este é integrado na vida cultural local pois, apesar de surgirem novos padrões de religião, de economia e política, a diversidade permanece.

A religião islâmica difundiu-se na Nigéria por fases. Na primeira fase, por volta do século XII, a expansão avançou para o norte da Nigéria. O fato de, por esta altura, o Islão ser uma religião de elites e os mercadores terem um peso importante, veio facilitar a sua expansão, pois ambos tiravam partido das relações comerciais. Mas apesar deste avanço do Islão no norte da Nigéria, a religião continuava a ter um número considerável de aderentes.

Antes do século XVI, o Islão era a principal religião das áreas urbanas da África ocidental. No entanto, em 1700 o Islão da escola Malakita Sunita teve bastante apoio em todos os níveis da sociedade Hausa tendo-se disseminado no início do século XIX no norte de Nigéria, onde estava misturado com a religião indígena fruto de várias conquistas de Estados pelos Fulanis.

O Islão atuou como força de unificação cultural e um sistema administrativo de governo (Idowu-Fearon 2005:2). Neste processo, foi relevante o papel de Usman Dan Fodio, um clérigo muçulmano.

A segunda e mais relevante fase de islamização da Nigéria teve lugar no século XIX através da *jihad* de Usman Dan Fodio. Este profeta islâmico e reformador social liderou uma grande *jihad* estabelecendo uma hegemonia Fulani no que é hoje o norte da Nigéria. Membro da ordem de Qadiriyya, Dan Fodio foi um crítico das violações da lei da Sharia pelas elites Hausa e encorajou a literacia entre os seus apoiantes.

A religião islâmica tornou-se dominante e chegou a algumas partes do sul do país. No século XIX, o sul da Nigéria foi evangelizado por mercadores e pregadores Hausa que começaram, ao nível da religião, a ‘competir’ com o Cristianismo que já ali estava difundido. Isto fez com que o Islão ali professado fosse distinto do ensinado no norte da Nigéria. Ainda neste século, surgem vários movimentos reformistas que procuraram purificar o Islão, criando Estados teocráticos baseados na Sharia. A *jihad* levada a efeito por Dan Fodio em 1804 levou a que o Islão se tornasse numa religião de massas resultando na criação de um Estado teocrático, o Califado de Sokoto, em que os emirados reconhecem a autoridade espiritual do Califa. Este fato garantiu a expansão do islão no norte proporcionando a expansão do Califado para sul através da conquista militar chegando à região central da Nigéria.

No entanto, segundo Montclos (2008:71), a expansão do Islão em África permanece misteriosa, pelo que se afigura necessário proceder a mais investigação para a compreender. Na opinião deste autor, não há dados científicos que possibilitem medir o progresso do Islão em África, sendo a Nigéria um caso interessante onde se têm vivenciado muitos conflitos religiosos entre os muçulmanos do norte e os cristãos do sul.

Atualmente, o Islão na Nigéria está sobretudo ligado à escola Malakita sunita havendo uma minoria xiita em Sokoto e algumas partes do nordeste. A maioria dos nigerianos muçulmanos pertence à irmandade Tijaniyya, enquanto os da irmandade Qadriyya são identificados na sociedade como sendo mais elitistas (Alao 2009: 6-10). A diversidade e complexidade dos movimentos islâmicos na Nigéria materializa-se através destas duas irmandades sufistas (as mais relevantes) que têm testemunhado tensões e rivalidades entre si durante várias décadas. O norte da Nigéria foi palco, ao longo da sua história, de várias revoltas islâmicas sendo, a mais importante, a insurreição armada liderada por Mohammed Maitatsine e o seu movimento Yan Tatsine ou Maitatsine¹⁸ entre 1978 e 1983 (Adogame 2010:483). O efeito mais visível do Islão na Nigéria foi a instauração da Sharia nos Estados do norte que tem conduzido a protestos por parte da população cristã fazendo com que a relação entre o Islão e o Cristianismo seja conturbada e tenha conduzido a uma cultura de violência religiosa no norte da Nigéria.

¹⁸ Movimento que teve lugar no norte da Nigéria, impulsionado por um pregador convertido ao Islão chamado Mallam Muhammadu Marwa (nascido em 1920), oriundo do norte dos Camarões e que alegava substituir Maomé, tendo chegado a Kano em 1945. (A new dictionary of religions (1995))

Em relação à expansão do Cristianismo, este espalhou-se ao longo da costa ocidental africana através do Oceano Atlântico, em direção ao sul da Nigéria, por meio de missionários espanhóis e portugueses. A expansão do Cristianismo era o objetivo dos portugueses que tinham o monopólio do comércio ao longo da costa ocidental africana nos séculos XVII e XVIII. A conversão dos africanos ao cristianismo era feita através da educação. Esta tentativa de espalhar o Cristianismo deixou marcas na zona, a nível político, económico e religioso, conduzindo a falhas na tentativa de evangelização. No século XIX, foi efetuada uma nova tentativa com a abolição da escravatura.

A atração pelo Cristianismo ficou a dever-se à tentativa de acompanhamento da educação ocidental o que fez com que este se expandisse para sudoeste e centro da Nigéria. A norte, a proibição pela administração britânica e emirados da evangelização cristã nas áreas muçulmanas, fez com que a educação ocidental se desenvolvesse muito lentamente nesta região da Nigéria, comparada com o sudoeste.

Na primeira metade do século XX, o Cristianismo tinha-se espalhado por toda a Nigéria exceto no norte do país. A conversão ao Islão e às religiões tradicionais no norte colocou alguma pressão nos colonialistas e travou o avanço do Cristianismo nesta região. Já nos anos 1970 e 1980 verificou-se um aumento da adesão ao Cristianismo devido ao impacto do movimento Pentecostal¹⁹.

Segundo Adogame (Idem:486) a política étnica está a ser suplantada pela política religiosa. O Islão defende que o poder do Estado é essencial para o avanço e propagação da religião. O poder concedido aos Muçulmanos e a desigual distribuição de recursos nacionais levaram a uma disputa por espaço público por parte dos cristãos. A suspeição continua, pois a continuidade da intolerância religiosa e étnica afeta a segurança geral já que a interação entre a religião e política está relacionada com a competição pelos recursos nacionais. Na Nigéria as questões étnicas e religiosas são usadas para apoiar conflitos violentos entre grupos cuja motivação não é só religiosa, mas étnica, política, económica e nacionalista (Idem: 488). Por isso, a religião assume um significado político e as tensões religiosas e a violência têm uma clara ligação à proliferação do ativismo muçulmano e cristão, que assume particular significado no norte da Nigéria.

O desenvolvimento religioso na Nigéria tem de ser entendido de acordo com o contexto nacional, mas também numa ótica externa em que forças globais exercem a sua influência. A forma como as religiões em diáspora contribuem para o enriquecimento e pluralização de

¹⁹ Movimento surgido no final do século XIX, na América do Norte, que valoriza sobretudo a receção sacramental do Espírito Santo, celebrada no Pentecostes (festa dos Cristãos em memória da descida do Espírito Santo sobre os Apóstolos, celebrada no quinquagésimo dia depois da Páscoa) (Infopédia (2014) Pentecostalismo. Disponível em: <http://www.infopedia.pt/lingua-portuguesa/pentecostalismo?homografia=0> [14 Abril 2014]

novos espaços geográfico-culturais e religiosos torna-se cada vez mais significativo (Idem:497).

Segundo Idowu-Fearon (2005:1), a Nigéria está dividida em seis zonas geopolíticas onde coexistem uma multiplicidade de grupos étnicos e a aparente competição entre o Cristianismo e o Islão acentua esta divisão ditando também a sua evolução política e económica. A norte domina a política, ao passo que a sul domina a economia. A consequência imediata é que o sul é pró-ocidental, enquanto o norte é antiocidental e pró-muçulmano.

O advento da democracia em 1980 e a passagem das regiões a Estados fez emergir o uso da religião para fins políticos. A maior manipulação deste fenómeno é a implantação da Sharia nos Estados do norte que os cristãos vêem como o ponto de partida para a gradual islamização do país, levando a que estes sofram privações e discriminações apesar das promessas dos governantes daqueles Estados (Idem: 5-6).

Os Estados do norte tornaram-se o lugar ideal para crises religiosas e étnicas devido à implantação da Sharia, conduzindo à deslocação de população, perda de vidas e problemas de refugiados. Esta situação levou ao decréscimo da representação cristã na vida política e económica do norte do país. Na Nigéria estão presentes as duas vertentes do Islão (xiitas e sunitas), com uma forte ênfase do Islão radical (Idem: 8). A percentagem de Sunitas na Nigéria é de 38% e a de Xiitas é de 12% (ANEXO I). A Nigéria está praticamente dividida entre cristãos e muçulmanos. Segundo o Pew Research Center's Forum on Religion and Public Life (2010:20), na Nigéria os Cristãos serão cerca de 46 % e os Muçulmanos 52% (ANEXO II).

Segundo Idowu-Fearon (2005: 9), na Nigéria, o Cristianismo e o Islão, apesar de terem contribuído para o crescimento do país, também contribuíram para uma história de violência. A religião constitui uma ligação indispensável entre o governo e as pessoas, pois muitas vezes o Islão e o Cristianismo usam a sua 'autoridade' para exercer pressão no Estado. Não restam assim dúvidas, que a religião desempenha um papel importante no desenvolvimento político do país. Como refere Sanneh (1996:96) a este propósito "os líderes políticos africanos perceberam que a religião e a política estão interligadas. Afetam-se mutuamente, recorrem um ao outro e fazem um apelo idêntico à confiança e lealdade", isto apesar dos conflitos na Nigéria criarem desconfiança, ódio profundo, atitudes não cooperantes e intolerância religiosa.

A violência religiosa na Nigéria surge em resultado de vários fatores: a falta de segurança para prevenir e terminar conflitos; a exploração frequente da fé pelos líderes; a desonestidade dos líderes religiosos para dizer aos seguidores toda a verdade acerca da fé; a deliberada má interpretação das escrituras para satisfação de interesses; o rápido crescimento de um grupo religioso e redução de outro; a iliteracia; a abordagem errada dos métodos básicos de divulgação; o uso inadequado dos *media*; a divisão norte-sul; as considerações socioeconómicas e ético-políticas e a má distribuição de recursos (Alao 2009:46).

A maior dimensão da radicalização na Nigéria está enraizada em diferenças entre as ordens muçulmanas. Muitos dos conflitos têm sido entre Xiitas e Sunitas e são causados, em vários aspetos, por diferenças doutrinárias. Os Xiitas representam uma minoria entre os muçulmanos da Nigéria, ao passo que os Sunitas remontam ao século XIX com a *jihad* de Dan Fodio, sendo necessário compreender a política e a tensão entre as duas facções. Os Xiitas começaram a ver os conflitos intra-islâmicos na Nigéria como um mecanismo usado pelos ‘inimigos’ da religião islâmica para a dividir (Idem:50).

Segundo Alao (2009:81) a radicalização violenta tem muitas implicações de que se salientam, entre outros, os seguintes fatores: a tensão contínua nas relações entre grupos, especialmente no norte; o efeito criado nos jovens que são radicalizados pois são vulneráveis e excluídos; o prejuízo do desenvolvimento económico devido à destruição da infraestrutura económica; a pressão exercida no governo e por último a implicação da radicalização e violência na imagem internacional da Nigéria.

Quanto ao futuro é possível que a radicalização islâmica continue a reagir mais aos problemas locais do que aos acontecimentos externos. Problemas políticos e económicos domésticos, especialmente ligados à etnicidade, política nacional, injustiças (algumas da era colonial), concessão de oportunidades e privilégios, gestão de recursos naturais e interesses comerciais são possíveis de serem determinantes em futuros casos de radicalização. A manipulação das elites continuará e possivelmente aumentará sendo também previsível que os confrontos entre as maiores religiões continuem, para além do patrocínio externo de ataques terroristas na Nigéria pela Al-Qaeda. “Não é pois provável que o governo tenha um mecanismo eficaz para resolver o problema da radicalização religiosa” (Idem:83-85), pois a demora na adoção de medidas estruturais que a evitem, assim parece fazer crer.

Na Nigéria, cerca de 23% dos nigerianos estão preocupados com o extremismo levado a efeito pelos grupos muçulmanos e 15% com os grupos muçulmanos (VER ANEXO III). Segundo Laremont e Gregorian (2006: 28-30), o fato da Nigéria ser um Estado dividido, é legado colonial, em que os britânicos, uma vez que contribuíram para a separação dos muçulmanos a norte e os cristãos a sul, governando as duas regiões de forma diferente. No norte, os britânicos governavam através de clérigos muçulmanos e funcionários locais que não alteraram as práticas islâmicas, ao passo que, no sul do país, foi instituída a cultura e os procedimentos britânicos. Através da administração indireta no norte, os britânicos permitiram que o Islão permanecesse como uma força política e social. Depois da independência, os governadores dos Estados do norte permitiram a Sharia porque, possivelmente, tinham algo a ganhar politicamente. Para além do ativismo sunita em defesa da aplicação da Sharia as ordens Xiitas começaram a emergir, levando a confrontos violentos entre cristãos e muçulmanos, criando tensões políticas e ameaçando a estabilidade do país.

Devido ao crime crescente, à corrupção e ineficácia do Estado no norte do país, a lei islâmica obteve muitos seguidores. Para isso, contribuiu o apoio externo do Sudão, Líbia, Palestina,

Arábia Saudita e também os fundos que os movimentos radicais islâmicos enviavam para a Nigéria vindos da África ocidental, sul da Ásia e Médio oriente.

Em conclusão, o Islão radical tem raízes na África ocidental. Relevante é a fraqueza de muitos regimes, a sua incapacidade para monitorizar eventos em regiões remotas e a vulnerabilidade do empobrecimento das populações que facilita o recrutamento pelos elementos muçulmanos radicais filiados ou inspirados na Al-Qaeda (Idem:35-36).

Para Montclos (2008:74-75) o fundamentalismo é uma resposta aos desafios da modernidade apresentando-se ao mesmo tempo muito conservador. Na Nigéria são ambos, pois pretendem restituir a tradição e defender o retorno a práticas do século XVII enquanto ao mesmo tempo opõem-se ao sincretismo das ordens sufistas estabelecidas, a Qadiriyya e a Tijaniyya. Mas o fundamentalismo é diferente da expansão do Islão. Na Nigéria, as ordens sufistas integram tradições pré-islâmicas e são inimigas das ideias extremistas importadas da Arábia Saudita e do Irão. A impressão de que o fundamentalismo se está a expandir pode ser o resultado da 'centralização' da política em torno de problemas religiosos (Idem:75). Contudo, se o Islão radical for deixado livremente continuará a provocar conflitos inter-religiosos que, combinados com conflitos étnicos, poderão fragmentar o país tornando-o um paraíso para os ativistas islâmicos.

Com inúmeros grupos étnicos, pertencendo a várias seitas religiosas, a Nigéria, desde a independência, tem permanecido um Estado-nação multiétnico que tem procurado lidar com o problema da etnicidade e dos conflitos étnico-religiosos. Constatase que tem havido ali um aumento do número de conflitos étnico-religiosos sob a forma de revoltas, sabotagens, assassinatos, lutas armadas, guerrilha e secessão com implicações no desenvolvimento político e económico do país (Salawu 2010:345).

As causas dos conflitos são multidimensionais. Muitas são as acusações e alegações de negligência, opressão, dominação, vitimização, discriminação, marginalização, nepotismo e fanatismo, de incapacidade dos líderes nigerianos criarem bons governos, de quebra das tradições seculares de controlo social e a intervenção dos militares na política que legitima o uso da força e violência como instrumentos de mudança social. Desta forma, para 19% dos Cristãos o uso da violência contra civis pode ser justificado, Já para os muçulmanos, 26% também concordam com a utilização da violência contra civis (Ver ANEXO IV).

Para muitos especialistas, os governos nigerianos têm falhado ao lidar com este problema através de ações políticas. Considerando que os conflitos étnico-religiosos são inevitáveis numa sociedade multiétnica e multirreligiosa como a Nigéria sugerem-se mecanismos de gestão de conflitos. Segundo o Professor Salawu (Idem: 353) do Departamento de Sociologia da Universidade de Ilorin, na Nigéria, o governo deve passar da gestão de conflitos à fase da prevenção de conflitos, garantindo segurança em cada Estado. As ações podem implicar o estabelecimento de plataformas funcionais para os líderes étnico-religiosos, onde estes possam discutir as suas reivindicações antes de evoluírem para decisões mais definitivas, o envolvimento da sociedade civil, o reforço da constituição com mecanismos legais para a

resolução de conflitos e a redução da pobreza entre os nigerianos. Também neste sentido, para o Professor Paden (apud Schwart 2010: 5) da Universidade George Mason, nos Estados Unidos, “o verdadeiro exercício da Presidência da Nigéria é essencial e a comunidade intelectual deverá trabalhar com o Presidente nigeriano para melhorar a segurança interna de forma adequada, vislumbrando-se a necessidade de reformas para terminar o ciclo de violência”. Destas, destacam-se, a reforma da instituição policial; a necessidade de promover a formação nas comunidades em matéria de resolução e prevenção de conflitos pelas universidades e organizações não-governamentais; promoção da reforma eleitoral para evitar a corrupção e o abuso de poder, a votação transparente, e o encorajamento dos líderes no sentido destes terem um papel decisivo no diálogo entre religiões.

Ainda segundo o Professor Paden (apud Schwart 2010:1), a Nigéria não é um local de terrorismo transnacional e extremismo religioso, mas caracteriza-se por ser um local islâmico moderado. A violência religiosa na Nigéria tem de ser entendida num contexto político complicado num país que procura manter a unidade nacional com uma diversidade religiosa quase exclusivamente dividida entre Cristãos e Muçulmanos. A religião tem sido uma componente inseparável da política na Nigéria e o Estado tem procurado usar variados mecanismos para gerir os conflitos religiosos, para manter a unidade nacional e a tolerância religiosa. Os mais recentes eventos de extremismo étnico-religioso não demonstram, na realidade, uma tendência de extremismo religioso, mas refletem problemas políticos e sociais complexos. A forma de combater a violência religiosa na Nigéria é, talvez, trabalhar com os nigerianos moderados para promover reformas a nível local e nacional, capacitar os líderes locais e promover o diálogo entre religiões.

As elites muçulmanas no Estado de Borno e na zona de Yoruba competem com os grupos cristãos por terra, empregos ou oportunidades de educação. Em virtude das receitas do petróleo terem criado elevadas expectativas para a possibilidade de mudança a nível político acabaram apenas por criar um drama de expressão étnico-religiosa baseada na esperança e medo dos nigerianos comuns que se reflete nas relações entre cristãos e muçulmanos.

O reavivar da Sharia a partir do ano 2000 destinou-se a colmatar o espaço entre as elites muçulmanas e as bases no norte (Idem:9). Apesar da Nigéria continuar a englobar uma sociedade multirreligiosa, as questões de equilíbrio religioso são menos importantes do que as étnicas ou de Estado, apesar dos esforços feitos pela federação nesse sentido.

Os problemas decorrentes da democracia, federalismo, direitos sobre a terra, aplicação da lei e equidade de acesso a recursos terão de ter em conta o frágil equilíbrio das zonas geoculturais e religiosas da Nigéria e a necessidade de resolução de conflitos em certos locais. A via para a transição da Nigéria para o federalismo democrático requiere, por um lado que a Sharia não seja usada como desafio para destabilizar o país e, por outro, que a polarização de grupos étnicos, religiosos e regionais seja abordada de forma política, constitucional e económica. (Idem:10).

Como refere Osaghae e Suberu (2005:12), nos Estados que adotaram a lei da Sharia, a identidade religiosa é mais relevante do que a étnica e em parte ativa esta. Na Nigéria as identidades religiosas são três: Cristãs, Muçulmanas e tradicionais. Para Lewis e Bratton (2000:5), as identidades Cristãs e Muçulmanas têm tido o papel principal na diferenciação religiosa e no conflito ao terem a possibilidade de evidenciar identidades diferentes.

Os muçulmanos pertencem a diferentes ordens (Tijanniyya e Quadriyya) que reivindicam um Islão puro baseado na Sharia e o estabelecimento de um Estado islâmico ou teocrático. Muitos dos conflitos entre cristãos e muçulmanos têm problemas étnicos subjacentes, mas também uma forte mobilização anti Estado (Osaghae e Suberu 2005:12).

Como já foi referido, as identidades na Nigéria foram moldadas pela experiência colonial que criaram um Estado nigeriano dividido e culturalmente artificial. O legado colonial potenciou o etnocentrismo, a insegurança das minorias étnicas, instabilidade democrática, lutas internas étnico-militares e guerras de secessão. A característica mais notória da Nigéria pós-colonial tem envolvido a transformação do legado federal colonial disfuncional num federalismo multiestado mais estável (Idem:23).

O relatório de Smock (2005:2) sobre a utilização dos princípios islâmicos no século XXI mostra que, na Nigéria, mais de trezentos académicos e clérigos iniciaram uma análise crítica da Sharia. A resistência à mudança tem sido muito forte ao longo da história, ao qual se juntam as opiniões divergentes dos juristas muçulmanos e dos académicos. Neste contexto, tem sido essencial o processo da *Ijtihad* para adotar a jurisprudência islâmica (Sharia) e para mudar as necessidades e realidades.

O descontentamento em vários setores da sociedade nigeriana resultou em violentos confrontos étnicos e religiosos que questionam a interpretação da estrutura federal. É pois necessário que se examine a relação entre a Sharia, a justiça e a democracia sustentável. O grande desafio para as sociedades muçulmanas nigerianas consiste em reproduzir os princípios da Sharia no contexto social, económico e político, que são diferentes dos que existiam durante o seu desenvolvimento original. Não existindo debate político, pouco tem sido feito para educar o público relativamente a estes problemas ou para determinar a relevância da Sharia para as práticas culturais e legais contemporâneas (Idem:3). Muitas questões continuam sem resposta, sendo necessário mais discussão internacional sobre a interpretação e complexidade de aplicação da Sharia nas sociedades muçulmanas modernas. (Idem:4).

Segundo Campbell (2010:43), “os cristãos e muçulmanos nigerianos são muito religiosos mas partilham a rejeição do conceito ocidental da separação da esfera religiosa e secular da vida”. Cada religião procura encontrar na outra prova de desvio da interpretação literal dos textos sagrados. Os cristãos vêem os muçulmanos como retrógrados beneficiando de uma vantagem demográfica devido à poligamia. Já os muçulmanos dizem que os cristãos são agressivos, viciados em práticas comerciais e com falta de integridade.

Apesar de estabelecerem cooperação em algumas áreas, como é o caso da construção de infraestruturas, as elites usam as revoltas religiosas e étnicas para prosseguir com as agendas

particulares. A partilha de identidade religiosa serve para estabelecer alianças entre os numerosos grupos étnicos no norte e centro da Nigéria.

No entanto, o declínio das elites do norte abriu a porta para o surgimento de movimentos liderados por jovens, grupos de indígenas islâmicos e outros movimentos revolucionários. As atividades destes grupos como o Boko Haram preocupam as elites assim como os serviços de segurança federais. (Idem:53).

Existe uma oposição radical ao Islão tradicional estabelecido na Nigéria e ao governo federal. Segundo Campbell (Idem:54) “Não existem provas de que estes grupos sejam politicamente ativos ou que sejam uma via para o radicalismo violento. O Boko Haram parece ser um caso de insurreição ‘selvagem’”.

O norte empobrecido, com a sua rivalidade entre muçulmanos e cristãos e as suas novas formas de Islão radical encontra-se alienado do governo de Abuja. Os níveis de violência e oposição contra o Estado constituem terreno fértil para a Al-Qaeda recrutar operacionais nigerianos. Se o Estado não fizer nada contra esta alienação, o norte pode atentar contra esta falha, principalmente, se as tensões religiosas, tribais, étnicas, políticas e económicas continuarem (Idem: 61-62).

O Islão na Nigéria é de tradição sufista, que é moderada e relativamente conservadora (Forest 2012:54). Depois da independência, o enfraquecimento da autoridade na comunidade muçulmana nigeriana facilitou novos movimentos políticos e espirituais conduzidos por líderes carismáticos influenciadores. Alguns clérigos islamitas radicais recusavam reconhecer o Estado da Nigéria porque as suas leis não são islâmicas e muitas vezes eram responsáveis pelo incitamento à violência religiosa na região norte (Idem:55).

Na Nigéria o crime organizado e os grupos políticos violentos têm criado problemas de segurança complexos ao governo. Os ataques terroristas no norte e sul do país envolvem jovens nigerianos cujas expectativas eram altas, e cuja frustração, potencia a agressão e a violência. A motivação para a militância inclui uma variedade de fatores étnicos e socioeconómicos para os quais não há soluções políticas fáceis. Há uma linha ténue entre o Estado e o sistema político oficial, por um lado, e os grupos rebeldes e a economia ilegal, por outro. Muitos políticos e militares estão muitas vezes ligados aos grupos rebeldes patrocinando, financiando e supervisionando-os, explorando as linhas de acesso à economia para melhorar ou redefinir o seu *status* político, o poder e expandir a rede de conhecimentos (Idem:59).

Os conflitos étnico-religiosos que têm atormentado a Nigéria têm representado perdas devastadoras de recursos humanos e materiais. A revolta do Boko Haram, em junho de 2009, veio reforçar a tentativa dos elementos conservadores islâmicos de impor uma variante da ideologia religiosa islâmica num Estado secular.

A sensibilidade religiosa dos Nigerianos fornece um caminho fácil para o Boko Haram, que foi também ajudado pela degradação económica na sociedade nigeriana pela criação de partidos políticos e a ambivalência de alguns líderes islâmicos que não integraram a insurreição, mas

também não fizeram nada para a terminar ou condenar. Estes fatores juntamente com o crescente enraizamento do fundamentalismo islâmico fazem com que a volátil sociedade nigeriana esteja propensa à violência (Adesoji 2010:95).

Embora a adoção da Sharia em doze Estados nigerianos pareça ter pacificado alguns elementos conservadores dentro do Islão, a sua aplicação limitada tem sido condenada pelo Boko Haram, que criticou os governantes pela sua falsidade e pela publicitação da Sharia.

Os conservadores insistem numa visão unitária da sociedade e não reconhecem qualquer diferença entre Estado e religião defendendo uma Nigéria islâmica administrada segundo os princípios da lei islâmica pois para eles, todos os muçulmanos pertencem à *Umma*. Defendem que a imposição da secularidade representa uma afronta cultural para uma faixa significativa da população e redu-los à categoria de cidadãos de segunda classe. Embora esta visão seja reivindicada como decorrente do Corão, não é aceite pelos muçulmanos liberais que afirmam que não há necessidade de islamizar a Nigéria nem isso leva à não-aceitação da disposição constitucional da laicidade do Estado (Ilesanni 2001: 529-554).

O problema crescente do fundamentalismo islâmico parece estar muito enraizado na Nigéria e as abordagens adotadas pelo governo não são as adequadas para lhe fazer frente. Devido ao perigo que representa para o país e segurança global, medidas drásticas que combatam as raízes do problema deverão ser equacionadas (Adesoji 2010:102-104).

O relatório produzido pelo Pew Research Center's Forum on Religion and Public Life (2010: 2) mostra que, para os africanos, o desemprego, o crime e a corrupção são problemas mais graves do que os conflitos religiosos. No entanto, a perceção dos Nigerianos, revela que os conflitos religiosos são um grande problema no país. O extremismo religioso, especialmente o extremismo islâmico são alvo de preocupação.

Os conflitos civilizacionais são particularmente prevalentes entre muçulmanos e não muçulmanos e a religião é o fator fundamental que influencia o choque de civilizações. A predição de Huntington que a identidade cultural e religiosa será a primeira fonte de conflito pós guerra fria verifica-se na Nigéria. O Estado nigeriano terá de tomar medidas e mobilizar toda a sua capacidade de segurança para evitar a perda de vidas e bens devido à ação do Boko Haram e apelar ao diálogo com a seita (Onyebuchi e Chigozie 2013: 50-51).

3.2 O BOKO HARAM

“No, no, no!! Boko Haram is not a result of misrule; definitely not. Sometimes people say it is a result of poverty; definitely not. Boko Haram is a local terror group.”

President Goodluck Jonathan

O termo Boko Haram é a designação dada à organização terrorista nigeriana ‘Jama’atu Ahlis Sunna Lidda’awati Wal-Jihad’ ou ‘pessoas comprometidas com a propagação dos ensinamentos

do Profeta e Jihad' (Johnson 2013). Pode ser traduzido como 'a educação ocidental é proibida', e segundo muitos especialistas o termo aponta para a rejeição do ensino secular e da civilização ocidental.

Provavelmente fundado nos anos 90 como grupo religioso, foi após Mohammed Yusuf, um jovem e carismático clérigo islâmico nigeriano ter assumido o controlo, é que este se transformou num grupo insurgente. Apelidando-se a eles próprios de Talibans Nigerianos, estabeleceram-se numa área remota do nordeste da Nigéria.

Subsistem dúvidas quanto à data em que o grupo começou a ser conhecido por Boko Haram pois inicialmente, não teria este nome que poderia advir da visão das suas crenças básicas. O nome Boko Haram deriva da combinação da palavra Hausa 'Boko' que significa 'livro' com a palavra árabe 'Haram' que é qualquer coisa 'proibida' ou 'pecadora'. O seu significado mais profundo baseia-se na crença de que a educação ocidental é pecaminosa, um sacrilégio e por isso deve ser proibida. A seita rejeita a educação e cultura ocidental e também a ciência moderna defendendo em alternativa a difusão e a adesão ao Islão pelo que pretende impor a lei da Sharia em todos os Estados nigerianos (Bumah e Adelakun 2009:40). Estes dogmas não invalidam, no entanto, que o líder da seita fosse adepto do melhor da tecnologia ocidental, de que se salientam os bons carros, os equipamentos de comunicações e cuidados de saúde (Madunagu, Slobiye e Chiedozi 2009:2).

Um militar nigeriano sugere que o grupo existe desde 1995 (Onuoha 2010:55), enquanto outros referem que pode ter sido fundado em 2003 ou 2004. No entanto, é aceite que em 2002, o carismático clérigo muçulmano Mohammed Yusuf estabeleceu uma mesquita e uma escola islâmica em Maiduguri, no Estado de Borno, para onde as crianças eram enviadas para aprenderem o Corão e forçadas a pedir esmola na rua para sobreviver. Alguns professores abusavam das crianças retirando-lhes o que recebiam ou usando-as como soldados em lutas religiosas (Saidu 2011). Como já referido, parece ser credível que o grupo já existe há vários anos tendo operado sob diversos nomes (Fasure 2009:2).

O Líder Yusuf reclamava fazer parte dos Xiitas sobre a liderança, inicialmente, de Ibrahim El-Zakzaky e do 'Jama'atul Tajdidi Islam (JTI)' de Abubakar Mujahid sediado em Kano, e quando este deixou os Xiitas nos anos 90 ter-se-á tornado o líder do JTI no Estado de Borno (Sulaiman 2009: 19-23). Os Xiitas surgiram na Nigéria sob a liderança de Ibrahim El-Zak e tinham por objetivo estabelecer um Estado islâmico governado pela lei da Sharia não escondendo o seu desprezo pela polícia do Estado e os tribunais que consideravam 'instrumentos do demónio' (Olugboji 1995:6).

Até 2009 o Boko Haram não tinha entrado em conflitos violentos com a polícia. Mas, nesse ano, a repressão policial contra os seus membros no Estado de Borno originou violentos combates entre as forças de segurança e o Boko Haram naquele Estado e nos Estados de Bauchi, Kano e Yobe. Estes confrontos com a polícia tiveram lugar, alegadamente por, alguns membros não cumprirem o código da estrada (uso de capacete nos motociclos).

A revolta do Boko Haram teve lugar entre 25 e 30 de Julho de 2009 e os motins mais violentos ocorreram no Estado de Borno em virtude de ali estar o líder do movimento. A consequência imediata foi a invasão, pelas forças de segurança, do local onde a seita estava sediada tendo sido detidos nove dos seus membros e apreendidos materiais para fazer bombas e armas o que originou que os seus membros atacassem a polícia em Bauchi e noutros Estados (Owuamanam, Falola, Slobiye 2009: 2-3). A revolta terminou na cidade de Maiduguri quando as forças de segurança capturaram e mataram o líder do Boko Haram. A morte de Yusuf marcou um ponto de viragem na atuação do grupo e forçou-o à clandestinidade, estimando-se que mais de 700 pessoas tenham sido mortas na revolta, sendo a maioria membros da seita, e muitos edifícios públicos e igrejas foram destruídos (Nwankwo e Falola 2009:2). Apesar da polícia referir que Yusuf morreu após uma batalha, um vídeo mostra que ele foi executado a sangue frio (Nuochiri 2011).

Com a morte do seu líder, tornou-se difícil obter informação precisa sobre o Boko Haram. A transformação revolucionária de Yusuf, devido ao seu sonho de reformar a sociedade poderia explicar a radicalização do grupo sob a sua liderança (Oyegbile e Lawal 2009:68) que não cederia até que “um Estado justo e independente desprovido de qualquer coisa pecadora ter sido estabelecido” (Ompidan 2009: 43-44). O desejo comum era derrubar o governo secular e difundir a lei islâmica que através do poder oratório de Yusuf levava à mobilização e participação popular (Olu 2009: 9).

As condições socioeconómicas foram relevantes para a situação de revolta do Boko Haram: pobreza, desigualdade na educação, política de oportunidades de emprego, ignorância devido a oportunidades de educação limitadas, desemprego crescente, corrupção governamental e deficiente uso de recursos (Ale 2009: 8). Também Bonat (1995: 195-227) acrescenta como motivos para a emergência do Boko Haram, a marginalização política e económica das comunidades, a falta de infraestruturas básicas, os longos períodos de ditadura militar e opressão política, o sistema de identidade étnica politizada, e a desregulação da economia nigeriana que levou ao declínio da agricultura no norte em virtude do governo ter eliminado os programas de apoio agrícola, prejudicado também pela dependência das receitas do petróleo.

Um fator também importante que contribui para as revoltas religiosas na Nigéria parece ser a incapacidade do governo em lidar com o crescente problema do fundamentalismo islâmico que estava mais enraizado do que inicialmente se poderia pensar. (Adesoji 2010:104).

Em 2010 o Boko Haram surge mais violento e determinado à procura de vingança contra o Estado nigeriano pela execução de Yusuf. Sob a liderança do Iman Abubakar Shekau que assumiu o controlo da seita, os militantes levaram a efeito operações violentas contra alvos governamentais e religiosos no norte.

Yusuf era um Salafita devoto que defendia que a razão pela qual as comunidades muçulmanas sofriam era porque os seus líderes não tinham uma fé verdadeira pelo que era preciso encetar uma *jihad* para defender a *Umma* e espalhar a fé. Esta era uma conceção diferente da *jihad*

que as ordens Sufistas promoviam na Nigéria. Segundo Johnson, Yusuf defendia a oração Salafita e o auto-isolamento para promover o Islão e encorajar a aplicação da Sharia nos Estados do norte da Nigéria (Johnson 2013).

O Boko Haram pretendia criar “uma Nigéria melhor através da adesão ao Islão” mas o grupo viu-se confrontado com a resistência das autoridades seculares que eles viam como representantes da corrupção.

A morte de Yusuf marca a viragem do Boko Haram em virtude de alguns elementos aumentarem a sua animosidade em relação ao governo devido à forma como este morreu. Os atentados do Boko Haram aumentaram nos últimos anos e tomaram a proporção de ataques terroristas tendo-se espalhado geograficamente. Apesar de se localizarem mais nos Estados do nordeste, este facto revela o aumento da sua capacidade ao nível tático e de letalidade, podendo sugerir alguma ligação à Al-Qaeda e outros grupos afiliados. Aumentaram também a diversidade das suas vítimas: funcionários do governo, militares, religiosos, políticos, instituições académicas, polícia e cidadãos normais cristãos ou muçulmanos. Em 2011 atacou as instalações das Nações Unidas em Abuja. Este evento indica um aumento do nível da capacidade de sofisticação. Para financiar as suas atividades dedicam-se ao roubo de bancos (Leigh 2011) e raptos como fonte de rendimento através do pedido de resgates (Ploch 2012:22).

Estão também alegadamente ligados a indivíduos com poder e acesso a recursos que as autoridades nigerianas têm procurado identificar e deter (Forest 2012: 71). A possibilidade de se dedicarem ao tráfico de armas e droga é também uma hipótese. Muitos dos financiadores são ainda desconhecidos e estão motivados pela crença nas causas da seita ou pelo desejo de promover a religião. O mais proeminente suspeito de financiar e patrocinar o Boko Haram foi Alhaji Ban, ex-comissário para os assuntos religiosos, que foi vítima de uma suposta execução extrajudicial pela polícia durante os motins de 2009 (Adesoji 2010: 8). Os membros religiosos do Boko Haram referem que Yusuf recebia também fundos dos salafitas da Arábia Saudita. A outra possibilidade é os donativos virem de empresários do norte que alegam ser um contributo (o zakat), a obrigação dos muçulmanos prestarem a caridade (Walker 2012: 3-4).

A corrupção das elites políticas pode ter dado ao Boko Haram apoio para legitimar e justificar a sua atuação. Como refere Pham (2012), o surgimento desta seita não pode ser explicado sem fazermos referência à conjuntura política, social, religiosa e económica do norte da Nigéria. Há quem refira que o grupo se inspirou nas revoltas do movimento Maitatsine no início dos anos 80 que vitimaram milhares de pessoas em cinco Estados do norte da Nigéria. Este movimento tem origem no pregador islâmico Muhammadu Marwa cujos sermões violentos contra as autoridades religiosas e políticas lhe valeram o cognome de ‘Maitatsine’ (aquele que lança a maldição) que no início da década de 70 tinha já um apoio dos jovens migrantes desempregados e outros abandonados pela hierarquia islâmica.

A ideologia do Boko Haram está envolta pela tradição do islamismo sendo uma das variantes do islamismo radical que emergiu no norte da Nigéria. Contudo a sua ideologia vai muito para

além da religião. As queixas socio económicas incluindo as aspirações dos governos estaduais, a perda de capacidade e influência dos líderes muçulmanos depois da queda do Califado de Sokoto e a visão das novas elites como beneficiários de um sistema corrupto e injusto são relevantes.

Como refere Ngwodo, o Boko Haram “é um sintoma de décadas de um governo falhado e delinquências de elites que conduziu ao caos social” (Johnson 2013). Também Isa refere que “a ideia de Boko Haram não é só rejeitar a educação ocidental mas é um julgamento do seu falhanço ao não conseguir oportunidades para uma melhor vida” (Isa 2010: 332).

O Boko Haram representa uma seita sunita islamita radical que encontra apoio entre as comunidades islâmicas sufistas da Nigéria, particularmente as irmandades Qadiriyya e Tijaniyaa que também devido à sua ideologia anti ocidental presume-se a sua relação com extremistas sunitas ou grupos de terroristas como a Al-Qaeda ou afiliados como a Al-Qaeda do Magrebe Islâmico (AQMI) localizada na Argélia e Mali e o Al-Shabaab na Somália. Verifica-se uma proximidade ideológica com a Al-Qaeda em virtude de defenderem que os políticos e a riqueza destruirão a pureza das sociedades islâmicas por permitirem vícios como a prostituição, pornografia e álcool.

Segundo o relatório do *Serviço de Pesquisa do Congresso dos Estados Unidos sobre a Nigéria* “os ataques do Boko Haram têm aumentado substancialmente em frequência e letalidade, ocorrendo durante o dia no nordeste da Nigéria e com mais ferocidade” (Ploch 2012:11). São efetuados ataques a igrejas cristãs, esquadras de polícia, jornais e edifícios governamentais. Começaram também a utilizar ataques suicidas e engenhos explosivos improvisados obtendo o material em locais de mineração, o que indica que os membros receberam treino de como fazer bombas, possivelmente da Al-Qaeda do Magrebe Islâmico (AQMI) ou do Al-Shabaab. O Boko Haram tem também adquirido armas sofisticadas.

Em 2010, o líder da AQMI declarou apoio ao Boko Haram fornecendo-lhe armas e treino para aumentar a influência da Al-Qaeda na Africa subsariana ao pretender defender os muçulmanos da Nigéria. Ao surgir como líder do Boko Haram Abubakar Shekau este anunciou que “a *Jihad* tinha começado” (Idem:21-22).

Existem ligações entre o Boko Haram e outros movimentos extremistas, em virtude das técnicas utilizadas não serem até então conhecidas em África e o discurso utilizado por Abubakar Shekau ser semelhante ao de outros movimentos islamitas violentos (Pham 2012: 1-6).

O *modus operandi* do grupo traz algumas semelhanças com os Taliban do Afeganistão, principalmente, após a divulgação do envio de membros para campos de treino em países como a Argélia, Afeganistão, Paquistão, Iraque, Mauritânia. Também a prova de atividade do ‘Salafish Group for Preaching and Combat’ (GSPC) da Argélia, dos Tablighi do Paquistão, dos missionários Wahabitas da Arábia Saudita no norte da Nigéria e o treino de alguns fundamentalistas nos campos de treino da Al-Qaeda provam que o Boko Haram tem ligações com grupos fundamentalistas em todo o mundo, embora de forma moderada (Alli 2009: 1,8).

A evolução do Boko Haram de um grupo de muçulmanos descontentes para uma rede terrorista mais experiente tem sido alimentada pelo islamismo radical e pelas possíveis orientações da Al-Qaeda.

O Boko Haram abraçou uma *jihad* global ao levar a efeito operações de dimensão já internacional. O ataque às instalações das Nações Unidas em Abuja em 2011, o rapto de um italiano e um britânico em 2012 ou até de uma família europeia nos Camarões são indicadores dessa nova orientação ideológica.

O General Carter Ham (2012) em dezembro de 2012, comparou o *status* do Boko Haram com o da Al-Qaeda nos anos 90 pois “a sua liderança aspira atividades mais amplas em toda a região e tudo o que é ocidental é um alvo”.

O Boko Haram é visto como a mais violenta e recente forma de Islão ativo no norte da Nigéria. Com o declínio da autoridade religiosa local em que o Islão era poderoso, o grupo oferece uma visão de futuro rejeitando a modernização, a globalização ocidental e utiliza as armas para influenciar as comunidades muçulmanas.

Um dos objetivos do Boko Haram é provocar o conflito na zona central da Nigéria onde as diferenças norte/sul são mais pronunciadas e o poder político está mais localizado, embora, limitando a sua ação nessas zonas. Mais a sul não têm simpatizantes nas comunidades muçulmanas. Também entre a população jovem não Kanuri, a ideologia do Boko Haram teve pouco impacto pois estes estão mais preocupados com o emprego e a educação do que com os assuntos religiosos e vêem o Boko Haram como um obstáculo para um futuro melhor.

O Boko Haram parece ter algum apoio da população nigeriana muçulmana no norte predisposta a tolerar ou até apoiar o grupo como um desafio ao Estado federal que não tem cumprido com as suas obrigações básicas.

Segundo Walker (2012:8), julga-se que os membros do Boko Haram sejam mais de etnia Kanuri, representando quarenta e cinco por cento da população nigeriana estando estes concentrados nos Estados do nordeste de Bauchi e Borno. O Boko Haram é liderado por um concelho Shura (tem o poder de decisão) composto por trinta membros que lideram várias células. Os membros do concelho não se encontram muito, mas contactam entre si por telemóvel e cada célula centra-se numa tarefa diferente em determinada área geográfica. O líder, Abubakar Shekau, tem o poder de tomar decisões sem comunicar ao conselho (Idem). No entanto, esta estrutura deixa o Boko Haram aberto à divisão (Idem: 11) e apesar de Shekau trabalhar com alguns líderes das células, pouco contato tem com os operacionais no terreno, o que leva a que estes não percebam quem dá as ordens, tornando as suas ações menos previsíveis e mais perigosas.

O Boko Haram é assolado por divisões internas também provocadas por tensões entre os diferentes grupos étnicos presentes na organização, o que levou a que alargassem a sua área de influência no norte da Nigéria habitada maioritariamente pela etnia Hausa-Fulani e cujo Islão praticado era diferente do praticado pelos Kanuri, gerando tensões. Um grupo de nome

Ansaru foi anunciado em Janeiro de 2012 e foi provavelmente o resultado de tensões internas crescentes sobre a liderança e tipo de operações.

As organizações extremistas violentas têm estruturas precisas e é essa estrutura que determina as suas forças e fraquezas sendo as células que servem de pedra basilar a toda a organização (Tunde 2012).

O Boko Haram recruta os seus membros por vários meios: pela força, pela pregação e até pela hipnose, procurando ainda os seus membros entre a juventude, desempregados e crianças de rua no norte da Nigéria (Onuoh 2012: 2-3). Os homens são obrigados a juntarem-se à seita enquanto as mulheres cozinham para eles (Fwatshak 2012: 158).

A organização é composta por combatentes islâmicos, criminosos, delinquentes e oportunistas, alguns até instrumentalizados por forças políticas ávidas de tirar partido da violência e instabilidade. O grupo tem provado ser muito adaptável, evoluindo as suas táticas e modificando os seus objetivos. Alguns observadores dizem que o Boko Haram tem conseguido aliados nos movimentos jihadistas globais do Sahel devido à sua atual capacidade de produzir engenhos explosivos improvisados e ao uso de bombistas suicidas.

Existem algumas dificuldades em perceber a ideologia do grupo pois há pouca informação acerca da organização, tendo já o Boko Haram negado a sua participação em tiroteios e ataques à bomba, podendo acontecer que rivais políticos possam usar o grupo para levar a efeito ações violentas. No entanto, considerar o Boko Haram uma organização das elites do norte é um absurdo (Walker 2012: 8), apesar de haver indivíduos nessas camadas da sociedade que exploram as ações do Boko Haram para seu proveito.

O Boko Haram poderá representar um movimento de pessoas do norte contra a pobreza; uma vingança contra o Estado e pode ser uma seita inspirada por um pregador carismático que tem como objetivo o culto da personalidade (Idem:9).

O grupo pretende um Estado que providencie o bem-estar, formação, trabalho e recursos para a comunidade e uma 'polícia moral'. Atualmente, as aspirações do Boko Haram representam mais uma ameaça para os civis muçulmanos e para as minorias cristãs no norte da Nigéria, incluindo imigrantes e grupos indígenas do que para interesses internacionais (Idem: 10)

Como refere Mazrui (2012) o Boko Haram encabeça um movimento de radicalização que se precipitou nos anos 90 com a aplicação da Sharia no norte da Nigéria e foi implantado pelas elites para procurar compensar o declínio político do Estado a nível federal. E, apesar da Nigéria ser um Estado secular, cerca de um terço dos Estados federais adotaram a lei islâmica. O movimento da Sharia na Nigéria foi uma declaração de lealdade e adesão ao Islão enquanto o Boko Haram é substancialmente uma declaração de hostilidade relativamente ao cristianismo e à civilização ocidental. A Sharia é basicamente não-violenta exceto nas sanções legais mais específicas da lei islâmica. O Boko Haram é mais violento como ideologia de terror pois é hostil aos valores nigerianos que contradizem o Islão. Afigura-se a necessidade de recurso a soluções religiosas, políticas e educacionais para que as queixas de sectarismo não originem conflitos étnicos e religiosos.

Para Campbell, a injustiça e a pobreza, assim como a crença de que o ocidente tem uma influência negativa no nível de corrupção, são causas que levam ao desejo de implantar a Sharia para criação de um Estado Islâmico (Johnson 2013). O surgimento do Boko Haram significa a maturação de impulsos extremistas que vigoravam na realidade social do norte da Nigéria, refere Chris Ngwodo (Idem). Embora o grupo seja ele próprio um efeito e não uma causa, é um sintoma de décadas de falhas de governo e mau comportamento das elites levando ao caos social. No entanto, é a desilusão de como a Sharia foi implementada que levou ao desejo da criação de um Estado islâmico para eliminar estas inconsistências.

Segundo Hussein e Walker (2013) a metodologia do Boko Haram segue o caminho do radicalismo islâmico sunita do Afeganistão, Iraque, Paquistão e Somália, forçando o terror contra tudo o que se opõe a um Estado islâmico. Apesar do governo nigeriano ter autorizado a Sharia em alguns Estados do norte, este fato apenas veio inspirar uma maior militância.

A maioria dos nigerianos apoia uma sociedade multirreligiosa e multiétnica apesar da complexidade dos problemas étnicos. No entanto, o Boko Haram pretende um Estado islâmico uma vez que o governo central e as leis seculares não têm para eles qualquer validade. Pretendem também espalhar o sectarismo para serem vistos como ‘os guardiães do Islão’ e não apenas Muçulmanos que apoiam uma Nigéria unida. É essencial que cristãos, muçulmanos, secularistas e pessoas de todos os quadrantes políticos se unam para apoiar a união da Nigéria pois o Boko Haram está à espera de preencher o vazio.

3.3 TERRORISMO OU REIVINDICAÇÃO?

“I claim that human mind or human society is not divided into watertight compartments called social, political and religious. All act and react upon one another”.

Mahatma Gandhi

Segundo o relatório do *Comitte on Homeland Security (2013)*, o Boko Haram merece a designação de organização terrorista e não o reconhecer parece ser uma falha ao seu combate e à prevenção da sua expansão. O Gabinete do Coordenador para o Contraterrorismo no Departamento de Estado americano monitoriza continuamente a atividade de grupos terroristas em todo o mundo para identificar potenciais alvos para que possam ser designados grupos terroristas. A análise dos grupos terroristas efetua-se não só pelos ataques atuais que um grupo tenha praticado, mas também se esse grupo encetou o planeamento e preparação de possíveis futuros atos de terrorismo ou se tem a capacidade ou intenção de os levar a efeito.

À luz da legislação norte-americana, para que um grupo seja considerado terrorista, é necessário que: seja uma organização estrangeira, pratique atividades terroristas ou

terrorismo ou ter a capacidade e intenção de se envolver nas atividades terroristas ou terrorismo, e ainda, que esta ameace a segurança nacional dos Estados Unidos.

O Boko Haram preenche estes critérios e, se este for designado um grupo terrorista, é necessário fazer esforços ao nível da pesquisa de informação para reduzir o financiamento do grupo, estigmatiza-lo e isola-lo intencionalmente, aumentando o conhecimento público de outros governos para que levem esta ameaça a sério.

Afigura-se conveniente que o Boko Haram seja designado uma organização terrorista devido às suas ligações com a Al-Qaeda do Magrebe Islâmico o que possibilitaria reduzir a ameaça de atuação contra interesses internacionais na Nigéria. Para isso, é necessário fazer um esforço para que seja quebrado a nível interno e externo o apoio ao Boko Haram.

Em 2013, a administração do Presidente Obama designou o Boko Haram como uma organização terrorista que afeta o normal desenvolvimento da governação da Nigéria de forma inaceitável. Este fato faz com que o grupo esteja na agenda política internacional, nomeadamente, dos países ocidentais com interesses na Nigéria, fruto das suas possíveis ligações à Al-Qaeda (Idem).

O trabalho de Blanquart (2012:31-32), da Universidade Edith Cowan na Austrália, sobre o Boko Haram refere que este pode ser definido como um grupo terrorista em oposição a fanáticos religiosos ou lutadores da liberdade. Embora pareçam motivados pela religião, o Boko Haram é também motivado por questões políticas tendo-se desenvolvido a partir do descontentamento e da necessidade de mudança do espetro político nigeriano. Procuram reformas na Nigéria, nomeadamente a adoção da Sharia pois acreditam na prática do Islão ortodoxo. Ameaçam a soberania da Nigéria, a integridade territorial, a paz e estabilidade atingindo símbolos de autoridade, bem como a prática de vários crimes como roubos e vandalismo. O Boko Haram é considerado uma organização terrorista porque prepara, planeia e auxilia ou fomenta a realização de atos terroristas. As suas ações têm implicações internacionais, regionais e locais. O seu potencial aumenta se se juntarem aos movimentos jihadistas transnacionais tornando-se uma ameaça à segurança internacional, possibilitando a radicalização dos Africanos.

O relatório do Tribunal Penal Internacional (2013:5) refere que o grupo é responsável por crimes contra a humanidade em particular contra os cristãos nigerianos e refere ainda que nos dois últimos anos o Boko Haram mostrou sinais de transição para um grupo globalizado salafita-jihadista e chamou a atenção internacional em particular por lançar ataques suicidas. Também o governo Britânico (2013) considerou o Boko Haram como uma organização terrorista em julho de 2013.

Igualmente efetuada também uma consulta ao *website* do Departamento de Estado (2013) dos Estados Unidos e à lista das organizações terroristas verificamos que o Boko Haram foi ali integrado em 14 de Novembro de 2013.

Apesar do Boko Haram ter cometido na Nigéria atos de terrorismo e muitos membros terem sido apelidados de terroristas, o grupo não foi naquele país considerado terrorista. O governo

da Nigéria considerou-os como um grupo de criminosos e assassinos religiosos, negando qualquer ligação ao terrorismo, e de apenas usarem o Islão como uma ferramenta legítima.

O Boko Haram tem também algumas semelhanças com a AQMI em virtude de terem uma motivação semelhante, pois, ambos utilizam a coerção ou influência por intimidação dos respetivos governos e as suas táticas são consistentes com as usadas pelo terrorismo religioso empregando bombistas suicidas e ataques casuais, embora os seus alvos sejam diferentes pois o Boko Haram visa os interesses nigerianos e símbolos de autoridade e a AQMI visa atingir símbolos ocidentais. No entanto, são grupos fundamentalistas islamitas e usam a violência para atingir objetivos políticos e religiosos para a criação de um Estado islâmico.

A religião atua como força ideológica, para legitimar e unificar o grupo e atingir o seu objetivo religioso ao estabelecer um Estado puro teocrático. Por isso, o Boko Haram, historicamente, pode ser visto como uma organização terrorista que utiliza táticas semelhantes a outras organizações religiosamente motivadas.

É pois muito provável que o Boko Haram continue a cometer atos de terrorismo e violência setária em virtude das suas crenças ideológicas, da sua capacidade para obter financiamento, da sua estrutura organizacional, do deficit governamental, das ineficazes contramedidas do governo nigeriano, da fraca economia e capacidade de recrutamento (Blanquart 2012: 30-36).

Como refere o Politólogo e especialista em conflitos armados de países africanos anglófonos Marc Montclos (2012:4) o caso do Boko Haram parece mais perturbador porque se desenvolve num país em que existem já fortes tensões religiosas e que tem o maior número de muçulmanos de África. Os defensores do Boko Haram estão predestinados a aproximarem-se da Al-Qaeda que professa uma forma diferente de Islão, por isso, o surgimento do terrorismo islâmico na Nigéria é uma interrogação para as ciências sociais e não apenas para os diplomatas e políticos. O Boko Haram tem sido pouco estudado pelos investigadores o que reflete a dificuldade de entender e compreender o movimento que dura a mais de 10 anos.

Na base de uma organização fragmentada depois da execução do seu líder Yusuf, o grupo tem a faceta de seita e de movimento social, pois desde a sua criação, é sectário pela sua intransigência religiosa, pelo culto do chefe, pelas técnicas de doutrinação, pela intolerância a outros muçulmanos e pelo seu funcionamento de forma isolada que incita os fiéis a casar exclusivamente entre eles, em especial com as viúvas dos mártires (Last 2009: 7-11).

À medida que o grupo ganha terreno “assume a marginalidade de um movimento de protesto social que revela a política, não só porque a fraqueza do Estado incapaz de garantir a ordem e gerir conflitos a não ser pela repressão mas porque destaca as práticas mafiosas do poder e a hipotética guerra de religiões que pode comprometer a unidade nacional e a continuidade de uma república parlamentar e secular” (Montclos 2012:5).

O movimento do Boko Haram não é uma irmandade simples, tem o seu próprio método e enquadra-se naqueles que desobedecem e confrontam os representantes do Estado secular, muito mais que os defensores do Islão tradicional. Ao contrário do Maitatsine, o Boko Haram não proibiu os seus membros de rejeitar a modernidade ocidental, nem de usarem relógios ou

viajar de moto. O próprio Yusuf utilizava computadores, telefones móveis e investia no comércio de viaturas (Idem: 6). Por isso, o Boko Haram é um movimento difícil de definir. O grupo é sectário ao visar doutrinar os jovens; totalitário ao desenvolver uma visão holística de um governo islâmico que regula todos os aspetos da vida privada e fundamentalista quando proíbe roupas apertadas e proíbe as mulheres de viajarem sozinhas ou nas motos táxis (Idem: 6-7).

A sua posição religiosa não é menos ambígua e longe de ser o modelo Wahhabi da Al-Qaeda. Yusuf recusa a constituição nigeriana, as forças de segurança e toda a forma de autoridade política importada da colonização e considerada uma inovação. O Boko Haram reclama a aplicação integral do direito corânico e rejeitam a modernidade do sul da Nigéria, condenam a mistura de sexos, a decadência moral, a corrupção dos valores tradicionais, a utilização do calendário gregoriano, a devassa, a homossexualidade a tendência para as artes plásticas; a usura, a especulação, o lucro, o emprego, a degradação ambiental e os maus tratos a animais, a segregação social dos urbanistas, as experiências médicas e químicas e a prática do desporto que distrai da religião (Idem:8-9).

A crítica do Boko Haram contra o mundo moderno está ligada a uma corrente de pensamento anticolonial e não apenas islamita e obscurantista. O sucesso do grupo demonstrou a falta de um modelo ocidental que não consegue desenvolver o norte muçulmano na Nigéria. De acordo com a sua génese e postura doutrinária o movimento do Boko Haram não é mais que uma insurreição que é essencialmente religiosa mais do que política. Deste ponto de vista distingue-se fundamentalmente da violência comunitárias entre muçulmanos e cristãos que competem pelo poder e posse de terras. Também não é um movimento étnico pois assume-se mais como uma revolta social baseada na justiça. O desejo de aplicação da Sharia reflete as aspirações reformistas de uma parte da população que manifesta a sua desilusão da transição democrática após o fim da ditadura militar em 1999 (Idem:10).

O movimento de Yusuf não foi inicialmente associado ao terrorismo e à insurgência. São sobretudo a repressão e os erros das forças de segurança que contribuem para a sua radicalização (Idem:16). Para Montclos (Idem:17) “o governo federal admite que a brutalidade da repressão é contraproducente” e que a execução de Yusuf foi um grave erro estratégico, ao criarem um mártir e uma corrente de simpatia em favor das vítimas da repressão no nordeste da Nigéria e ao mesmo tempo legitimou os elementos mais radicais da seita favoráveis à violência terrorista.

Segundo Montclos (Idem:22) “à sua maneira, o Boko Haram é um movimento revelador da política: não que seja portador de um projeto social mas porque catalisa a angústia de uma nação inacabada e revela as intrigas de um poder maligno legitimado”. O Boko Haram difere de outras organizações rebeldes porque não tem discursos étnicos, autonomistas ou secessionistas, mas reivindica a aplicação integral da Sharia a nível nacional, o que não é possível no sul, predominantemente cristão, o que pode conduzir à ideia de separação do norte muçulmano (Idem:23).

A religião é uma forma de mobilização que tem agravado tensões sociais permitindo às partes organizarem-se em torno de identidades religiosas. A insurreição do Boko Haram leva-nos para outra agenda ideológica já que a sua rebelião é motivada por reivindicações islamitas em grande parte devido à repressão das forças de segurança a violência do grupo põe em evidência o conflito entre muçulmanos e cristãos (Idem:31).

A transição do Boko Haram para o extremismo islâmico fez crescer preocupações sobre os fatores que levam a essa radicalização. Segundo Vidino et al (2010: 230) “a radicalização é altamente individualizada e com características diferentes de pessoa para pessoa”. Os fatores manifestam-se de diferentes formas dependendo de cada indivíduo e do contexto em que se insere. No caso do Boko Haram a emergência de Yusuf, como líder carismático e pregador facilitou a mobilização para o extremismo violento e a sua morte foi um fator determinante para a transição para o extremismo islâmico.

Na transformação para um movimento extremista o Boko Haram esforçou-se por tirar os seus membros da sociedade corrupta vivendo em áreas fora ou longe da sociedade para possibilitar a intelectualização e radicalização do processo revolucionário que ultimamente conduziu à violência contra o Estado nigeriano (Isa 2010:333).

A disseminação da corrupção oficial, a pobreza, decadência moral, injustiça na sociedade nigeriana constituem a maior parte das queixas apresentadas pelo grupo. Os membros do Boko Haram estão descontentes com os Estados do norte por estes introduzirem a Sharia de forma moderada (Gargon e Bean 2010:4). A solução é ultrapassar o secular Estado nigeriano e introduzir a Sharia de forma estrita para efetivar a criação de um estado islâmico. Os jovens cultos são atraídos por visões religiosas extremas e mais tarde radicalizados. Questionam a essência da educação ocidental que não consegue assegurar empregos ou tornar os líderes políticos responsáveis e como resultado, alguns são vítimas dos apelos das ideologias extremistas violentas (Onuoha 2012:140-141).

Muitos jovens muçulmanos no norte da Nigéria estão a crescer com esta raiva e ressentimento e ao procurarem uma explicação alternativa para esta situação são objeto da exploração pelos ideólogos e movimentos extremistas como o Boko Haram (Idem: 141). Esta radicalização mistura-se também com um sentimento de queixa contra o sul e o governo central, assim como o antagonismo direcionado à minoria Cristã que se situa no norte.

No entanto, uma característica do terrorismo é que o uso premeditado da violência destina-se a ter um impacto psicológico que vai mais longe que o dano físico causado por um ataque. Apesar do Boko Haram não ser capaz de montar ataques de larga escala, os ataques seletivos a agentes de segurança, igrejas e outros ‘inimigos’ está a gerar um impacto psicológico que vai mais além do dano físico do ataque.

Embora o Boko Haram consiga apenas levar a efeito ataques de pequena dimensão, a fraqueza institucional, o deficit de governação, a marginalidade económica e a frustração da população facultam um ambiente que possibilita o estabelecimento de grupos terroristas, que perpetuam ataques mais relevantes. Para prevenir, o Estado nigeriano necessita de melhorar

a governação e a segurança, proporcionar melhores serviços aos cidadãos, reforçar as instituições democráticas, alavancar as atividades dos grupos islâmicos, reformar o sistema de segurança nacional e colaborar no que diz respeito ao contra terrorismo/extremismo com outros Estados (Idem: 149).

O Boko Haram representa uma ameaça ao pluralismo religioso. Os ataques dos islamitas no Natal de 2011 são disso exemplo, pois o Boko Haram tem a intenção de estender a *jihad* islâmica na Nigéria. Os líderes religiosos moderados referem que é necessário os Cristãos e Muçulmanos trabalharem em conjunto em regiões onde o Boko Haram está fortemente implantado e a solução militar, só por si, não funciona sendo necessárias medidas contraterroristas e que o poder central trabalhe mais próximo dos líderes locais que apoiam um pluralismo religioso e uma Nigéria unida. Se isto não acontecer o Boko Haram explorará este vazio político.

Como refere Johnson (2013), devido à escalada de ataques, em 2013, alguns analistas começaram a ver uma grande influência da AQMI nas operações do Boko Haram uma vez que os atos terroristas levados a efeito contra civis levantam dúvidas acerca da capacidade do governo para controlar o território e aumentam o medo do prolongamento da violência no país.

Para LeVan (2013:336), o Boko Haram pode ser interpretado como uma insurgência contra o Estado para legitimar eleições, contra uma constituição decretada por um regime militar de transição, uma estrutura federal de cariz colonial e contra a performance de um governo falhado numa área subdesenvolvida do país. Desta perspetiva, a resolução da violência no nordeste requererá muitas medidas políticas para consolidar a democracia, incluindo a responsabilidade pública dos abusos dos funcionários e a representação institucional que promove uma política governamental responsável. A estratégia contraterrorista tem o efeito contrário, cria vítimas em vez de aliados populares e acentua a crise de legitimidade do Estado. A coerção do Estado em vez da cooperação local tem trazido o radicalismo faltando oportunidades para construir confiança no cumprimento da lei civil.

A missão ideológica do Boko Haram é derrubar o Estado Nigeriano com os seus valores ocidentais para depois impor a lei islâmica o que representa uma violenta reação contra o Estado federal pelo que estamos perante um choque de civilizações. Uma colisão de valores islâmicos e valores ocidentais. O crescimento do Boko Haram é uma contra resposta à civilização ocidental (Onyebuchi e Chigozie 2013: 44).

Em conclusão, refira-se que o Boko Haram é hoje considerado uma organização terrorista pelos Estados Unidos e pelo Reino Unido devido ao tipo de operações que tem levado a efeito e das ligações que supostamente tem encetado com outros grupos terroristas de cariz islâmico. No entanto, o que inicialmente parece ter sido uma reivindicação relativamente à conjuntura económico-social no norte da Nigéria, transformou-se depois, talvez por, incapacidade e violência estatal, em atos terroristas em que a religião serviu de ‘fachada’ para justificar a inadequação das leis seculares face aos valores muçulmanos.

3.4 REAÇÃO DO GOVERNO NIGERIANO A ESTE ‘FENÓMENO’

“Reaction - a boat which is going against the current but which does not prevent the river from flowing on”

Victor Hugo

Segundo Solomon (2012a:6), o grupo Boko Haram começou a ter uma grande atenção dos meios de comunicação social nos últimos anos devido à violência, frequência, alvos dos ataques e às políticas de segurança adotadas pelo governo nigeriano que se têm revelado ineficazes conduzindo ao agudizar de tensões já existentes. Inicialmente os ataques do Boko Haram centravam-se geograficamente em quatro Estados nigerianos: Bauchi, Kano, Yobe e Borno, mas adquiriram agora um caráter mais nacional ao chegarem à capital, Abuja.

Os confrontos entre as forças policiais e os militares nigerianos que em julho de 2009 conduziram à detenção de Mohammed Yusuf e à sua morte sob custódia policial deram início à forma ‘musculada’ como o Estado nigeriano parece ter decidido responder ao Boko Haram.

Como resposta a algumas atrocidades levadas a efeito pelo grupo em 2011, o governo federal criou uma força especial com características militares em Maiduguri, no Estado de Borno, composta por elementos do exército, marinha, força aérea, departamento de segurança do Estado e polícia nigeriana (Amnistia Internacional 2011:30), com vista à rentabilização de recursos e à melhor fluidez de informação entre os serviços de segurança.

O governo instalou também pontos de controlo rodoviário à volta de Abuja, a seguir aos ataques terroristas que ali tiveram lugar, ao mesmo tempo que declarava o ‘estado de emergência’ nas áreas dos Estados de Borno, Níger, Plateau e Yobe (Economist 2011:56).

Segundo Omede (2011:90-102), cerca de 30000 efetivos do exército e polícia foram para ali deslocados para reforçar e controlar o ‘estado de emergência’ decretado e lutar contra o Boko Haram tendo adotado práticas de uma lei antiterrorista, cuja eficácia era discutível. O governo fechou também as fronteiras entre o norte da Nigéria e os Estados vizinhos (Baldant 2012:1) para impedir que os terroristas fugissem para os países vizinhos e recebessem ajuda dos grupos jihadistas estrangeiros que operam na região. No entanto, devido à dimensão das fronteiras a capacidade do governo nigeriano não era eficaz na totalidade. Outra preocupação relevante é a suposta internacionalização do grupo ao coordenar esforços com a AQMI e ter treino específico no estrangeiro.

Como refere Solomon (2012b) é também evidente que o Boko Haram faz parte do Movimento para a Unidade e *jihad* na Africa Ocidental (MUJAO) que deriva da AQMI e que prossegue uma *jihad* na África ocidental e nas regiões do Sahel.

Este fato pode sugerir que o Boko Haram se está a tornar uma entidade regional uma vez que os seus membros estão espalhados pelos Camarões, Chade, Níger e Mali e apesar das medidas de segurança adotadas, a violência do grupo aumentou de intensidade, tendo já o Presidente

Jonathan admitido que a situação é até mais complicada que a guerra civil que teve lugar na Nigéria entre 1967 e 1970 (Daily Telegraph 2012).

Já Obayinwana (2011), refere que o General Owoye Aziz, conselheiro de segurança do Presidente Jonathan, admitiu a falha do Estado, referindo que as infraestruturas de segurança estão deficientemente equipadas para lidar com a ameaça do Boko Haram.

A abordagem da Nigéria ao Boko Haram é difícil e problemática pois não se conhece a sua estrutura ou cadeia de comando o que lhe permite efetuar ataques sofisticados, ter boas campanhas de relações públicas, capacidade de atacar em vários locais ao mesmo tempo e de enviar membros para treino em vários países. Também, acerca do seu financiamento pouco se sabe, supondo-se que sejam financiados, para além das atividades criminosas, por alguns empresários do norte, líderes religiosos e países do Golfo. Mas até que esta rede de financiamento seja anulada o Boko Haram continuará a crescer.

A radicalização na Nigéria está a crescer e o governo tem feito pouco para o impedir. O recrutamento efetuado nas escolas criadas por Yusuf contribuiu para a dificuldade do Estado em penetrar no Boko Haram, uma vez que esta assenta na proximidade entre os discípulos e o líder religioso. Os esforços contraterroristas são marcados pela incapacidade da polícia nigeriana trabalhar a informação e efetuar investigações forenses (Solomon 2012a:9), o que leva que algumas confissões sejam conseguidas sob tortura e possibilitando que muitos dos culpados escapem ao julgamento. As medidas contraterroristas são também contraproducentes devido à brutalidade das forças de segurança que frequentemente cometem exageros. E como refere Solomon “o esforço contraterrorista também sofre de falta de credibilidade que advém da divergência entre o que se promete e o que se faz, entre a retórica e a realidade” (Idem:9).

Adesoji (2011:112-113) refere que “a resposta do governo ao fundamentalismo islâmico não parece ser adequada nem duradoura”. Há falhas ao nível político e das forças de segurança. Os políticos falham ao não dotar os serviços de segurança de equipamento e fundos suficientes que lhes permitam penetrar nas organizações islamitas do país. A estrutura federal contribui para a ineficaz coordenação entre os diferentes serviços de segurança onde já se notam deficiências ao nível do tratamento de informação e de falta de profissionalismo. Por isso se discute, a possibilidade dos Estados Unidos, Reino Unido e Israel treinarem as forças de segurança nigerianas (Johnson 2013), que são internacionalmente caracterizadas pela falta de recursos, onde as promoções são baseadas no nepotismo e onde falta coordenação e ligação à comunidade. Há também a possibilidade de alguns dos membros das forças de segurança serem corruptos ou infiltrados do Boko Haram pelo que este problema pode ser mais grave. Muitos membros do grupo estão dentro do governo e da polícia. Segundo Solomon, reconhecida a incapacidade da administração para anular a ameaça do Boko Haram parece urgente entrar em diálogo com o grupo (Idem 2012a:10).

A falta de diálogo entre o governo nigeriano e o Boko Haram poderá prolongar o conflito. Numa das tentativas para estabelecer conversações, o grupo em vez de pensar na

possibilidade de remodelar a lei da Sharia sugeriu o cumprimento de três exigências: o julgamento dos assassinos de Yusuf, a reconstrução dos locais danificados pelos combates e a compensação das vítimas, o que não foi aceite pelo Estado.

A estrutura do Boko Haram conduz com facilidade à sua fragmentação e a reações violentas dos seus radicais fazendo com que uma solução pacífica para a Nigéria pareça remota, e seja necessária uma estratégia política robusta (LeVan 2013: 347), pois parece difícil ultrapassar um problema baseado na violência com a violência.

Uma das funções de todos os governos nos mais variados países é garantir a segurança de pessoas e bens dentro da sua jurisdição. Desde o final da guerra civil de 1970 até aos últimos acontecimentos caracterizados por roubos armados, raptos, bombistas suicidas e ataques terroristas, o governo e as agências de segurança têm procurado ser proactivos para assegurar proteção da vida dos cidadãos e seus bens. Esta abordagem tem-se manifestado através da aplicação de leis, da intervenção policial, forças armadas e outros dispositivos de segurança. No caso da insurgência do Boko Haram, os governos dos Estados de Borno, Bauchi, Kano, Kaduna, Yobe, Niger, Plateau e Katsina estabeleceram diferentes padrões de segurança para conter as atividades criminosas do grupo (Idowu 2013:128).

Uma das grandes reações por parte do governo federal às atividades do Boko Haram teve lugar quando a sede da polícia da Nigéria foi bombardeada em 2011. Foi determinado que a polícia reavaliasse as atividades do grupo e identificasse os seus membros em todos os Estados da federação (Idem: 128).

De forma a reduzir as atividades do Boko Haram e aumentar a segurança na Nigéria, o governo federal optou por empreender as seguintes medidas: intensificar o treino policial e das forças armadas na deteção de bombas e de guerra antiterrorista fora da Nigéria; ceder equipamento moderno e sofisticado de comunicações; recrutar pessoal para assegurar a força da polícia e outras unidades das forças armadas do país; colocar equipas conjuntas de operacionais nos Estados do norte da Nigéria; ordenar o julgamento dos polícias envolvidos na morte sem julgamento de Yusuf; as forças armadas não devem ser retiradas a pedido de alguns governantes tradicionais dos Estados do norte devido aos seus excessos e desrespeito pelas normas de conduta; os soldados destacados para manter a paz nos Estados do norte em caso de cometerem abusos aos direitos humanos devem ser julgados em tribunais competentes; criar uma comissão para investigar todos os incidentes de insegurança em todos os Estados afetados; criar equipas governamentais para dialogar com o Boko Haram e aliviar o serviço de alguns ministros e conselheiros de segurança para assegurar que a insurgência do Boko Haram não permitirá minar o processo de governança na Nigéria (Idem: 129).

Segundo Idowu (Idem), as abordagens para terminar com a insurgência do Boko Haram divergem na Nigéria ao defender-se, por um lado, que a força tinha de ser combatida com a força e que o governo federal devia reorganizar e mobilizar a polícia e as forças armadas juntamente com agências de segurança estrangeiras para terminar com as atividades do

grupo. Por outro lado, sugere-se o diálogo através de líderes de seitas religiosas e organizações não-governamentais.

Como refere Abiodun (2000:38-41), os gastos em segurança e defesa é, para os países africanos, um dos aspetos mais importantes da governação, especialmente, devido à tradicional falta de transparência e responsabilidade nesta área.

Os problemas da segurança interna na Nigéria são complexos e têm sido agravados por uma gestão deficiente do governo no local dos conflitos. Um dos problemas mais graves que o Estado nigeriano enfrenta consiste na violência étnico-nacionalista com consequências na reforma do setor da segurança, as revoltas religiosas e os decorrentes da gestão dos recursos são também uma ameaça para a segurança interna na Nigéria (Idem: 38-41). Embora algumas alterações tenham sido introduzidas, as reformas não satisfazem ainda as aspirações dos nigerianos.

Têm sido efetuados esforços para modernizar o exército através da introdução de ideias democráticas nos meios militares, estabilização das relações entre civis e militares de forma a possibilitar que o exército e os civis dialoguem, bem como sensibilizar os militares para os manter fora da política.

O futuro de uma boa governação e uma credível reforma do setor da segurança na Nigéria parece depender de fatores como a criação de uma constituição que aborda a natureza complexa das relações entre o país e os grupos étnicos; a contenção da corrupção e da necessidade de os militares respeitarem o controlo civil e o desenvolvimento de uma sociedade civil credível e ativa.

A democratização da Nigéria será um longo processo e a transição deve ser vista como o ponto de partida, pois um Estado rico em recursos humanos e naturais tem de ter a possibilidade de estabelecer um Estado credível nos próximos anos restando apenas saber se existe vontade política que permita evidenciar o potencial do país (Idem: 50-51).

O trabalho de Onyebuchi e Chigozie (2013:52) sobre o fundamentalismo islâmico e o problema da insegurança na Nigéria recomenda que o Estado nigeriano tome medidas urgentes e mobilize toda a panóplia da sua arquitetura de segurança para lidar com o desperdício de vidas e bens provocado pelo Boko Haram. Contudo, o mais importante, segundo estes autores, é que o governo também deve apelar ao diálogo com o grupo para que essas vidas e bens possam ser respeitados.

Conforme refere Pham (2012:6), Diretor do ‘Africa Center’ no Concelho Atlântico em Washington, “é necessário implementar uma estratégia abrangente e de continuidade para combater as ameaças à segurança colocadas pelo grupo”. É conveniente investir em melhor informação e análise das notícias sobre o grupo e, para isso, o governo federal tem de aproximar-se das comunidades locais em que o Boko Haram se movimenta. Investir na saúde e na educação e nos serviços públicos, assim como o treino das forças de segurança nigerianas para combater o Boko Haram, especialmente na recolha de informações e condução de investigações e melhoria do relacionamento entre militares e civis, reforçar a cooperação

regional e desenvolver a capacidade dos países vizinhos para combater o terrorismo e trocar informações, são também algumas das sugestões apontadas por Pham. Para este autor (Idem: 6-8), "o ressurgimento do Boko Haram, bem como a sua violência crescente devem ser reconhecidos como um problema nacional e transfronteiriço e tratado como tal".

O trabalho de Arnaud (2013:26-28) sobre o Boko Haram e a proliferação do islamismo jihadista na Nigéria como ameaça para a segurança do Sahel refere que após os motins de 2009 o governo nigeriano demonstrou uma nova atitude para reduzir a influência do Boko Haram. A polícia e o exército começaram a procurar obter informação dos governantes tradicionais e de religiosos acerca de pessoas suspeitas de pertencerem ou serem simpatizantes da organização islâmica. No entanto, a falta de preparação das forças policiais e militares provocou violações dos direitos humanos, o que aumentou o sentimento de ódio contra o governo.

A criação de uma 'Joint Task Force', constituída por vários serviços de segurança, nos Estados de Borno, Yobe, Bauchi, Kano e Adamawa serviu para que a população denunciasse ocorrências graves.

A nível internacional o governo nigeriano pediu ajuda aos governos dos Estados Unidos e Reino Unido que incluíram o Boko Haram na lista de grupos terroristas. A Nigéria passou também a fazer parte de vários grupos internacionais de luta contra o terrorismo, tráfico de droga e branqueamento de capitais. Segundo refere Sampson (2013:1) a abordagem predominantemente militar para conter o terrorismo do Boko Haram continua a gerar tensões entre o governo e a população local, só evitáveis se uma estratégia diferente for designada e implementada juntamente com significativas reformas políticas, de governação, aumentando significativamente a participação dos cidadãos como medida para gerir de forma sustentável o terrorismo do grupo.

O Estado tem apostado na resposta armada à violência do grupo através de operações conjuntas entre exército e polícia como resposta a incidentes específicos assim como estratégias de contra extremismo e radicalização. Como refere Okereke (2012:7), têm sido contratados clérigos islâmicos para pregar e ensinar um Islão moderado na rádio e televisão gerindo a perceção do público, evitando o radicalizar da população vulnerável, em especial os jovens. Alguns clérigos extremistas são colocados em programas de reabilitação com o objetivo de serem reintegrados na sociedade.

O governo procurou também abordagens ao nível legislativo e da justiça criminal para combater o extremismo do Boko Haram.

Apesar deste reportório de estratégias operacionais e de governação experimentadas na Nigéria, mantêm-se tensões latentes e controvérsias na adequação destas medidas, o que deixa o Estado num dilema devido ao fato de ser cada vez mais criticado (Sampson 2013:12-13).

O terrorismo do Boko Haram não pode ser só atribuído à pobreza, desemprego e iliteracia pois cada caso de terrorismo envolve um determinado contexto ambiental que gera críticas e

queixas expressas através de práticas terroristas. Ao desenhar uma estratégia contraterrorista, para além das orientadas para a componente militar são necessárias reformas políticas, económicas e sociais e respeito pelos direitos humanos devendo o Estado promover o diálogo com o Boko Haram para conhecer as suas reivindicações e aproximar-se deste.

As reformas socioeconómicas reduzirão ou eliminarão algumas das causas já apresentadas. As respostas militares só produzem uma falsa sensação de segurança. O governo tem de fornecer bens e serviços como a educação, desenvolvimento de infraestruturas, saúde, boa governança e aumentar a participação dos cidadãos a nível político, o que proporcionará a necessária legitimidade ao governo. A melhoria da governação, a inclusão política e a justiça económica é o caminho para conter o extremismo religioso e o terrorismo no norte da Nigéria (Idem:22). Conforme refere Forest (2012:87), para derrotar um grupo terrorista é necessário prestar atenção às suas reivindicações, mas na Nigéria, com o passar dos anos, estas apenas serviram de incentivo à violência política. O governo nigeriano tem de procurar reduzir a corrupção, criar infraestruturas, especialmente o fornecimento de eletricidade, melhorar a educação e assegurar condições de habitabilidade para quebrar a ligação ao extremismo violento, principalmente a norte, onde estas carências mais se evidenciam. O apelo dos muçulmanos à Sharia deve-se ao fato das leis seculares apenas servirem algumas elites da Nigéria fazendo com que a aplicação desigual da lei conduza a problemáticos sistemas de política de identidade étnica que só prejudicam a unidade nacional.

Para além destes fatores, a crença de que as eleições não são livres e justas, a incapacidade do governo responder efetivamente quando confrontado com oscilações económicas ou desastres ambientais, também potenciam a violência.

Como refere Cooke (2011:89) “ a resposta do governo nigeriano ao Boko Haram necessitará de ser integrada numa estratégia política, económica e de segurança que ofereça uma promessa de melhoria às populações do norte e que limite o apelo do grupo e os seus potenciais sucessores”. O sucesso virá da possibilidade de várias entidades trabalharem em conjunto, conhecer o máximo sobre o grupo e do ambiente que o rodeia para depois idealizar uma estratégia que possa ser rentabilizada. Verifica-se a necessidade da administração do Presidente Jonathan incorporar mais pessoas do norte em posições de liderança, o que levará a que sejam efetuadas mais esforços para combater a ameaça do Boko Haram localmente já que estes terão interesse em preservar o seu *status* local. Os líderes muçulmanos são vistos nas suas comunidades como mediadores de confiança nas disputas e poderão ter um importante papel se envolvidos nas discussões sobre a economia, segurança e projetos de desenvolvimento. Segundo este autor, o Boko Haram “é um inimigo da moderação e da estabilidade e o seu eventual desaparecimento conseguir-se-á através da combinação da aplicação da lei, da aquisição de informações localmente e através da redução do impacto local da ideologia do grupo”.

A existência de problemas no setor da segurança dificulta a estratégia para lidar com o Boko Haram que é aproveitada por estes dificultando a ação do governo nigeriano. A confiança dos nigerianos é essencial para aceitar a mensagem do governo, principalmente, quando este não a tem, fazendo com que o Boko Haram ganhe vantagem se a sua mensagem for competitiva (Idem:93).

A entrada em cena de islamitas mais moderados que vêem o Boko Haram como uma ameaça é benéfica. Muitos muçulmanos que vivem lado a lado com cristãos no norte e no sul não pretendem uma violência setária, pelo que o Boko Haram representa uma ameaça para todos os nigerianos. É um obstáculo para um futuro melhor e não um grupo que irá trazer algo de bom, uma vez que apenas procuram o poder para que se estabeleça uma versão fundamentalista do Islão (Idem:95). O governo tem para isso de identificar e explorar as suas vulnerabilidades ideológicas e ter capacidade de influenciar as comunidades muçulmanas, pois dentro do Boko Haram existem fações com ideologias diferentes devendo, contudo, ter-se uma atenção especial para a fação mais violenta e inflexível.

Como refere o relatório do *Comitte on Homeland Security* (2013), a falha do governo nigeriano contribui para a desconfiança entre a população e, apesar do Boko Haram não resolver as crises, aproveitam a existência de uma população desiludida e frustrada.

Em Maio de 2013 o Presidente Jonathan declarou novamente o ‘estado de emergência’ em alguns Estados do norte (Borno, Yobe e Adamawa) e o governo incentivou a criação de ‘Civilian Joint Task Forces (CJTF)’ constituídas por grupos vigilantes que tinham o poder de deter os membros do Boko Haram e os entregar às forças de segurança.

Para Carson (2012) é necessário melhorar a profissionalização da polícia nigeriana e das forças armadas para degradar a capacidade operacional do Boko Haram. No entanto, a administração do Presidente Jonathan pode necessitar de assistência internacional, especialmente nas áreas da partilha de informações, operações contraterroristas, deteção de explosivos e no âmbito de programas de radicalização (Comitte on Homeland Security 2013).

Segundo Walker (2012:12-13), as táticas empregues pelo governo nigeriano contra o Boko Haram têm sido “brutais e contra produtivas”. A persistência nas execuções extrajudiciais para lidar com o problema não só conduziu o Boko Haram ao que é hoje, mas deu-lhe energia para se expandir. As táticas da polícia fizeram com que a população tivesse mais medo desta do que do Boko Haram, pois as pessoas normais não iam à polícia denunciar atividades suspeitas.

A técnica principal utilizada para combater o Boko Haram eram as detenções em massa no local dos ataques. Em vez de questionarem as pessoas, a polícia intimidava-as e extorquiam-lhe dinheiro ou detinham os familiares de supostos membros do grupo e faziam-nos reféns. A única forma de melhorar a situação é a polícia atuar segundo estratégias de policiamento comunitário o que a tornará mais credível e levará ao aumento de informação acerca das atividades do grupo.

Como refere Johnson (2013), o Presidente Jonathan parece querer abordar a insurreição pela força declarando o ‘estado de emergência’ em três Estados do norte da Nigéria em Maio de 2013. No entanto, não é certo que os militares nigerianos sejam suficientes para derrotar o Boko Haram.

Dadas as complexidades dos desafios de segurança na Nigéria podem ser efetuadas algumas recomendações futuras. Os desafios de segurança na Nigéria não podem ser geridos pelo uso da força. O governo e os outros parceiros podem adotar políticas socioeconómicas capazes de garantir emprego, benefícios sociais, cuidados de saúde e segurança social às pessoas. As agências de segurança e os tribunais devem ser revistos para melhorar o policiamento. O controlo de armas entre as pessoas e uma eficaz interpretação das leis da segurança para a justiça e equidade, assim como, programas educacionais para uma melhor qualidade de educação, especialmente para os jovens (que por ignorância estão a ser desviados para a violência por líderes políticos e religiosos) devem ser empreendidos. O Governo pode, igualmente, aumentar a cooperação da Nigéria com países vizinhos para combater crimes transfronteiriços, como o contrabando de armas, sequestros, tráfico de seres humanos e terrorismo, e criar sistemas eleitorais fiáveis capazes de conduzir os líderes a uma boa governação para combater a corrupção e a má gestão. O governo federal deve fornecer aos membros da ‘seita’ uma opção favorável que conduza à paz em vez de considerá-los criminosos comuns. Por fim, as questões de segurança devem ser tratadas em conjunto pelo governo e pelas pessoas, respeitando-se mutuamente e em conformidade com as leis e autoridades constituídas, porque sem paz e segurança não pode haver desenvolvimento sustentável.

3.5 QUE FUTURO PARA A NIGÉRIA?

“Nigeria is what it is because its leaders are not what they should be.”

Chinua Achebe

A Nigéria é o país mais populoso de África e um dos maiores produtores de petróleo. A nível religioso divide-se, principalmente, em Muçulmanos e Cristãos o que frequentemente gera tensões e violência desestabilizando a região. Apesar de ser um grande produtor de petróleo, a maior parte dos nigerianos vive na pobreza, contribuindo para isso a sua atitude ao nível da corrupção que tem levado a que muitas receitas de petróleo tenham sido desviadas, gerando muita controvérsia na região do Delta do Níger. Os focos de insurgência afetam a estabilidade regional.

As tensões religiosas na Nigéria são uma questão sensível que, agravada pela pobreza, desemprego crescente, especialmente nas cidades do norte, competição pela terra e falta de

uma liderança forte, tem conduzido a confrontos com desfecho trágico. A falha no investimento em infraestruturas, agricultura e outros setores deixam a Nigéria dependente do petróleo. As elites nigerianas mostram-se incapazes ou não têm vontade de resolver estes problemas e não parecem igualmente preparadas para operar as reformas políticas que poderiam tornar o governo nigeriano mais respeitável e eficaz.

Como refere Rotberg (2007: 30-34), “a Nigéria não é totalmente segura”. O problema reside no fato de existirem milícias locais, grupos de vigilantes, grupos de criminosos, que se dedicam a desacreditar o poder do Estado e, por sua vez, a desmobilização e o desarmamento destes grupos requer coragem e capacidade nacional. Algumas medidas têm também de ser tomadas no Delta do Níger para demonstrar a vontade de lidar com algumas das reivindicações locais.

A melhor forma de lutar contra o conflito violento parece ser lutar contra o crescimento pela simpatia islâmica, e especialmente no norte, é preciso reforçar a performance democrática dos Estados federais e da nação, reforçar o sistema de justiça criminal, proporcionar uma melhor governança e a criação de emprego, a transparência, assim como clarificar a aplicação da lei, a liberdade política, as oportunidades económicas, o acesso a infraestruturas, educação e saúde. É também necessário canalizar mais recursos para apoiar a democratização e a governação da Nigéria e as futuras atividades eleitorais.

Como Estado secular, a Nigéria conseguiu sem muita dissonância suportar e abraçar a introdução da lei da Sharia no norte do país que, embora agitada, tem conseguido sobreviver a vários desafios e conflitos.

Para alguns analistas políticos, a Nigéria deveria estar no centro das atenções em África pois nenhum outro país tem o mesmo poder de influenciar a África Subsariana. Se a experiência democrática falhar, o desenvolvimento e a governação estagnarem, o resto de África irá também ressentir-se (Idem: 5-6)

Os países ocidentais e as organizações internacionais podem ter um papel mais relevante que os nigerianos, nomeadamente, os Estados Unidos, Londres e Bruxelas podem contribuir para um melhor desempenho ao nível da governação fazendo com que as eleições sejam livres e justas e que o Presidente esteja numa boa posição para lidar com problemas de corrupção, pobreza, distribuição de rendimentos, insegurança e doenças na Nigéria. Um futuro positivo para a Nigéria não beneficiará só o seu povo, mas contribuirá para o bem-estar de todo o continente africano. (Idem: 35)

A manipulação contínua e a transformação de identidades religiosas para fins políticos, resultam numa ameaça de violência étnico-religioso em todo o país e, mesmo existindo debates políticos nacionais, estes estão a ser influenciados por forças religiosas que procuram atestar a inadequação do secularismo. O Estado nigeriano só se tornou participante ativo nos assuntos religiosos graças às suas políticas seculares. No entanto, tem sido incapaz de manter a justiça e igualdade nas suas relações com as religiões existentes, causando a marginalização secular e a exclusão. Para existir equilíbrio religioso e um verdadeiro Estado secular na

Nigéria, é necessário resolver o problema da fraca credibilidade das instituições e o Estado tem de desenvolver uma forte vontade política para se privar de sentimentos e contradições inerentes às suas práticas seculares que requerem um processo contínuo de reengenharia sociopolítica em todos os níveis de governação (Omotola 2009: 8 - 9).

A Sharia e o Islão podem necessitar de ser reformados. As mudanças sociais e históricas conduzem à evolução tornando isso inevitável para a Sharia e para o Islão que têm de saber ler 'os sinais do tempo'. Também o islão nigeriano necessita de um renascimento sócio religioso. Conforme refere Giddens, a religião é uma instituição social (Giddens 1993: 387). A religião islâmica na Nigéria tem de aprender a coexistir com outras religiões e, sobretudo num Estado multirreligioso, a separação entre a religião e a política parece ser essencial.

Como refere Odey (2000:45) a este propósito, para o crescimento da democracia nigeriana, o Islão e a Sharia devem estar cientes do pluralismo religioso existente e do respeito do direito fundamental à liberdade religiosa de outros crentes.

Um dos princípios fundamentais de qualquer democracia é o Estado de direito. Por isso, é necessário que o Islão nigeriano adira à restrição constitucional de aplicação da sharia ao seu aspeto pessoal. A questão da liberdade religiosa está ligada à própria natureza do homem pois este é criado livre e sê-lo-á para escolher a sua religião. Talvez por isso a Constituição da Nigéria limite o funcionamento da Sharia à sua dimensão pessoal e qualquer tentativa de alargar o âmbito da aplicação da Sharia à sua jurisdição penal irá certamente limitar a democracia nigeriana (Oraegbunam 2011: 201-202).

O desequilíbrio económico e social entre o norte e o sul fazem com que o poder político se torne um problema sensível. O Sul é mais rico que o norte e tem melhores indicadores socioeconómicos, os cristãos são a maioria e os conflitos locais tendem a ser originados pelas diferenças étnicas e competição pelo acesso a recursos, envolvendo componentes religiosas.

A população do norte é em maior número que a do sul, mas mais pobre do que a do resto do país. A sua economia está em declínio devido à falta de industrialização e de investimento na agricultura e infraestruturas e só uma pequena parte da população tem acesso à mesma educação que o sul.

Segundo Campbell e Harwood (2011), os ataques do Boko Haram revelam os desafios que o Presidente Nigeriano tem de enfrentar se pretende melhorar a governação, reduzir o conflito e promover o desenvolvimento económico, apesar das infraestruturas decadentes e desemprego elevado. O seu maior obstáculo não será o Boko Haram, mas os problemas estruturais da Nigéria.

O Boko Haram está envolvido numa insurreição com o 'apoio' de alguma população do norte, deveras empobrecida, e o conflito terá também lugar no Delta do Níger, se o Presidente não atender às queixas sobre a degradação ambiental e não beneficiar aquela região com recursos financeiros. Na zona centro, a violência étnica e religiosa continua sobre disputas de terra e água, tem já a atenção internacional.

A distribuição de rendimento é dos piores do mundo. Só uma pequena parte do dinheiro é investida em infraestruturas, criação de emprego e estabilização do país. Os Nigerianos acham que a sua qualidade de vida se deteriorou e o país não se tornou mais próspero, pois o dinheiro é disperso por redes de patronato pouco interessado no desenvolvimento económico. Em resultado, o petróleo tirou investimento de outros setores da economia não conseguindo criar empregos.

A pobreza e o subdesenvolvimento, principalmente nos Estados Muçulmanos cria espaço de crescimento para que os grupos islamitas radicais como o Boko Haram surjam recorrendo a jovens desempregados e empobrecidos que estão disponíveis para serem recrutados.

Uma verdadeira reforma do país exige uma revolução pacífica, confrontando os interesses instalados que beneficiam do '*status quo*'. O Presidente tem de ter o apoio das elites para reconstruir a Nigéria, podendo começar a enfrentar a pobreza endémica no país e mesmo diminuir a corrupção generalizada.

Numa notícia publicada pela BBC em 2010 a então Secretária de Estado Hillary Clinton culpava os líderes nigerianos pelas falhas de governação o que levava a um aumento da 'radicalização' entre os jovens.

O comentário de Dacosta (idem) a este artigo refere que "a corrupção, a pobreza e a falta de liderança levam à possibilidade do surgimento de pessoas como Yusuf que são um incentivo para que distúrbios motivados pela disputa religiosa entre Cristãos e Muçulmanos tenham lugar". Também Nicholas (idem), refere que "os jovens na Nigéria estão a sofrer pois não há esperança para as pessoas comuns dado os líderes serem corruptos, gananciosos e sem visão e o país ser demasiado grande para ser governado como uma só entidade". Ou, como afirma Ayo Ojo (idem), "a Nigéria precisa de praticar uma verdadeira democracia".

Segundo Chukwuma (Cooper-Knock 2012) nem a lei nem a ordem social são do interesse das pessoas comuns que são pobres, pois são as relações sociais que resolvem os problemas e não o Estado. A capacidade de desenvolvimento é difícil quando não existe responsabilização. A falta de mecanismos de controlo também favorece o contexto em que o Boko Haram se desenvolveu.

Verifica-se um conflito de valores e por isso é tão difícil lidar com o Boko Haram uma vez que o grupo está enraizado nas frustrações dos jovens do norte que vêem o Estado como um inimigo contra tudo o que aspiram da vida.

Como refere Obioma (2013) o terrorismo é sempre motivado politicamente, embora possa ter outras causas sejam elas religiosas, económicas ou sociais. Estes motivos constituem a ideologia da causa para a qual o terrorismo procura uma solução ou simpatia. O terrorismo doméstico cresceu na Nigéria porque grupos emergentes tiraram vantagem da ineficácia do governo em lidar com a segurança interna, controlo de recursos, corrupção e problemas étnicos.

O Boko Haram expôs a fragilidade do sistema de segurança interna, em termos de equipamento, treino, informação, falta de profissionalismo do pessoal e corrupção das forças

de segurança sendo difícil para o governo organizar uma rede contraterrorista que defenda os civis inocentes.

Se pensarmos na possibilidade de negociação e amnistia para os membros do Boko Haram, é proveitoso negociar quando se conhece as partes da negociação e os termos razoáveis dessa negociação. Para a Nigéria permanecer uma nação indivisível, os grupos devem mostrar tolerância entre si e respeito pela dignidade humana tendo em conta que nenhum grupo tem o monopólio da violência. Para construir o país é necessário unir em vez de o destruir.

Conforme George (2013), responsável pela Comissão Internacional Americana para a liberdade religiosa, “o governo nigeriano tem capacidade para ganhar com sucesso a guerra contra o Boko Haram, mas não tem vontade política de o fazer”. A insurgência do Boko Haram é uma ameaça crescente e real para o futuro da Nigéria com a qual o país se confronta. O Presidente e outros políticos têm de ter a capacidade de perseguir os culpados pela violência e proteger os inocentes e qualquer reação tem de passar por trazer à justiça os promotores da violência independentemente da sua religião ou posição social. Esta será a única forma de alcançar um futuro estável.

Os militares por si só não derrotam a insurgência, é necessário um sistema eficaz de aplicação da lei e de adesão do Estado de direito que serão fundamentais para acabar com a ameaça do grupo islâmico. Necessita-se uma abordagem que conduza à tolerância da violência setária na Nigéria, que proteja a liberdade religiosa e reforce o Estado de direito.

A falha em trazer os culpados à justiça aumenta o clima de impunidade incentivando à realização de mais ataques e servindo de impulso para o crescimento do Boko Haram já que as respostas contraterroristas do governo à violência religiosa são insuficientes.

Segundo George (2013) “a Nigéria é um país de particular preocupação pela existência da violação sistemática e contínua da liberdade religiosa” e deve ser ajudada para que os promotores da violência sejam condenados, desenvolvendo métodos de prevenção de conflitos, de alerta precoce e de profissionalização da polícia nigeriana.

Como refere LeVan (2013:348) o Boko Haram representa um dilema para a segurança nacional do governo nigeriano e nações ocidentais. “Na Nigéria os líderes da sociedade civil e muitas elites apoiam a desmobilização e reintegração dos membros do grupo mas receia-se também que alguma acomodação recompense a rebelião mais do que pare a insurgência” (Idem). Para resolver este problema é necessário melhorar a segurança e a forma de aplicação da lei para reforçar a confiança de uma cidadania cética e vitimizada já que perseguindo os assassinos e julga-los iria isolar o Boko Haram, melhorar a estabilidade da administração e criar vias para o diálogo.

Para Forest (2012:86) a evolução do grupo depende de como o governo nigeriano irá responder à capacidade deste em estabelecer ligações internacionais e formas de financiamento. Pois, “infelizmente, a forma como as autoridades têm respondido aos desafios do Boko Haram e ao extremismo islamita em geral têm tornado o esforço de contra terrorismo mais difícil”.

Acrescenta que, “nenhum grupo terrorista emerge de um vazio pois há contextos políticos, sociais, económicos, temporais, espaciais e até infraestruturas que têm de ser levadas em conta” (idem: 111). Há reivindicações e condições ambientais das populações locais que facilitam que o Boko Haram leve a efeito atos de violência política e o governo tem de combater estas ‘queixas’, até porque se acredita que, no norte da Nigéria, este falhou ao não conseguir suprir estas necessidades com vista a um futuro melhor. A distribuição desigual de recursos e a corrupção a vários níveis mina a imagem governamental e influencia o comportamento da comunidade local, podendo ou não aproximá-los de ideologias extremistas como as do Boko Haram.

Ir ao encontro das necessidades dos nigerianos é um objetivo fulcral do governo que até agora tem sido garantido por entidades não-governamentais para colmatar as deficiências do Estado. A comunidade internacional pode encontrar formas de ajudar o governo da Nigéria para melhor servir as suas populações e dar resposta às necessidades através de uma estratégia virada para a comunidade.

Uma abordagem colaborativa entre o setor público e privado pode ser uma boa solução para combater o Boko Haram devendo as características do grupo ser estudadas e, esforços têm de ser efetuados, para explorar as suas vulnerabilidades ideológicas e operacionais (idem:113).

Segundo Barkindo (2013) o governo da Nigéria ofereceu uma amnistia ao Boko Haram mas os seus militantes rejeitaram tendo o número de ataques aumentado. Dentro da comunidade cristã, a oferta de amnistia não é compreensível porque o governo pretende recompensar os assassinos. Não há dúvida que o Boko Haram representa uma ameaça existencial para o Estado nigeriano e a violência setária levada a efeito pelo grupo tem causado o caos no nordeste ao espalharam o medo de novos ataques.

Há muito tempo que, no cenário político nigeriano existem debates para definir qual a melhor abordagem possível para lidar com o aumento de atentados levados a efeito pelo Boko Haram e para a necessidade de prevenir atrocidades futuras. Mas é necessário entender como é que esta amnistia é entendida dentro do contexto nigeriano? E quais as reais implicações para a resolução futura do conflito na Nigéria? A amnistia foi sugerida por Alhaji Abubakar, sultão de Sokoto e líder muçulmano. Esta não foi a primeira vez que o governo discutiu uma amnistia. Já em 2009 a tinha oferecido aos militantes do Movimento de Emancipação do Delta do Níger (MEND) que lutavam contra o aumento da pobreza, desemprego e degradação ambiental na região.

Relativamente à amnistia do Boko Haram não está claro se os militantes seriam isentos de processos criminais, civis ou ambos e também não há indicação de que tipo de crimes serão perdoados. Mas, ao mesmo tempo, o governo declarou o ‘estado de emergência’ em três Estados. Como é possível a negociação com um grupo ilegal, enquanto vigora o ‘estado de emergência’? Os julgamentos provocariam mais rebelião, pelo que a amnistia deve ser considerada um meio para terminar o conflito com o Boko Haram, mantendo a tranquilidade e reforçando a democracia e a aplicação da lei.

A paz no norte da Nigéria é urgente porque o conflito está a afetar o progresso económico e o desenvolvimento, mas as vítimas opõem-se à amnistia argumentando que, não punir os criminosos prejudica a autoridade do Estado e a impunidade na Nigéria tem-se tornado uma cultura e uma mentalidade instituída.

Os críticos também apontam que a Nigéria não tem estruturas institucionais para a reabilitação e reintegração de terroristas e dão, como exemplo, o fracasso do programa de reabilitação da amnistia do Delta do Níger que previa dar aos ex-combatentes apoio social e formação para o trabalho.

No entanto, o Boko Haram rejeitou a oferta de amnistia devido à existência de duas facções, uma mais liberal e disponível para negociar com o governo e outra mais radical que defende o uso da violência e a implementação da lei da Sharia.

A declaração de Shekau, atual líder do grupo, é reveladora: “ o governo nigeriano fala em garantir uma amnistia. O que de mal nós fizemos? Pelo contrário, somos nós que o devemos perdoar”. Esta é uma referência clara à falha da classe política, cujos privilégios e corrupção levam ao subdesenvolvimento, à pobreza e miséria, especialmente no norte da Nigéria.

O grupo parece bastante sofisticado na multiplicação da violência tendo capacidade para ultrapassar a segurança federal e não parecendo estar recetivo a negociações ao recrutar membros fora da Nigéria, nomeadamente, no Níger, no Chade e Camarões e ao utilizar bombistas suicidas ao estilo de Al-Qaeda. Tal ação permite concluir que o grupo transitou da simples militância doméstica para a insurgência internacional. Os seus membros têm conseguido infiltrar-se na polícia, nos serviços prisionais nigerianos, forças armadas e assembleia nacional para atrair simpatias, apoio e informação vital, fazendo com que o bombardeamento de igrejas, e assassinatos de não muçulmanos e sulistas sirva de exemplo para a possibilidade de represálias noutras partes do país conduzindo a fraturas na soberania. Segundo Mneimneah (2013), o exército nigeriano anuncia a possibilidade, não confirmada, do líder Abubakar Shekau ter sido morto num combate no final de julho de 2013 na fronteira com os Camarões. Se a morte de Shekau for confirmada pode ser possível uma reconciliação social, uma vez que este tem representado um obstáculo ao estabelecimento de um diálogo de paz com o grupo, prejudicando o desenvolvimento da Nigéria, alimentando tensões entre grupos étnicos e retraindo os investidores. Contudo, devido à falta de informação relativamente à organização é difícil prever até que ponto a morte do líder representa ou não uma fraqueza. Shekau é visto como um herói pelos jovens locais e, independentemente deste estar ou não morto, é o governo nigeriano que é responsável por reformular a forma como lida com o Boko Haram e outros grupos. As operações militares e de segurança não podem ser a única forma de reduzir o crescimento destes grupos ou eliminá-los. O governo precisa de estabelecer o diálogo e tentar restabelecer a estabilidade no norte através do desenvolvimento e investimento que proporcionem emprego para os jovens da região, ao mesmo tempo que proporciona formas para que estes expressem as suas opiniões e exigências para que não sejam facilmente recrutáveis por grupos extremistas.

Como refere Arnaudas (2013:20) muitos membros da oposição política acusam o governo de utilizar o Boko Haram como desculpa para legislar a favor de uma minoria e não prestar atenção a fatos importantes como a subida dos preços do petróleo e a crise económica, social e política de abala o país.

O conflito nigeriano é um dos mais complicados da atualidade e deve ser, segundo Arnaudas, enfrentado de duas formas: a primeira, compete às forças de segurança que devem acabar com a violência sem criar mais violência; a segunda pertence ao Estado que deve atacar as raízes de um conflito em cujas bases está a desigualdade, a marginalidade e a pobreza (idem:29).

É também necessário maior proximidade entre as comunidades étnicas e religiosas para começar um processo de diálogo e o apoio de setores muçulmanos mais moderados como os Sufistas pode ser uma boa ajuda na reconciliação (Idem:30). De acordo com o relatório do *Comittee on Homeland Security* (2013), a degradação contínua da qualidade de vida no norte da Nigéria enfraquece a legitimidade do Estado aos olhos dos cidadãos. Não é só a pobreza e a corrupção que são realçadas, mas também a aplicação da lei e as forças militares que tentam erradicar o Boko Haram violando os direitos humanos. Muitos nigerianos não estão insatisfeitos com o Boko Haram, mas sim com o Estado nigeriano que é fonte de desigualdade.

CONCLUSÃO

África tem sido desde há muito tempo o principal fornecedor de recursos humanos laborais e riquezas naturais continuando esta situação a prolongar-se enquanto as principais potências económicas competirem pelo subsolo africano.

O continente é atualmente constituída por nações soberanas onde prevalece, em geral, um regime presidencial e, em muitos casos, procura-se manter uma governação democrática mesmo tendo atravessado ditaduras militares que atingiram o poder devido a conflitos étnicos, religiosos e territoriais que criaram instabilidades nacionais e regionais que ainda perduram.

A colonização, sombra que paira sobre África e os africanos, caracterizada por boas e más políticas nem sempre aplicáveis com sucesso por aquelas paragens parece agora voltar a intensificar-se sob a forma de uma vaga de imigração desmedida cujo objetivo nada mais é do que retirar do continente o que ele tem de bom. Restará pois verificar se as benfeitorias anunciadas chegarão ao cidadão comum e a riqueza produzida não será desviada para o estrangeiro continuando o povo africano a viver na pobreza e adiando para mais tarde a tão almejada estabilidade, progresso e paz.

Saber se a proliferação do fundamentalismo de cariz islâmico tem afetado ou afeta o desenvolvimento da Nigéria, nas suas várias vertentes, foi o nosso principal intuito ao realizarmos este trabalho de investigação. Tema de grande relevância atual, o fundamentalismo islamita, neste caso personificado através das atividades terroristas do grupo Boko Haram, suscitou a nossa atenção sobre todos os problemas motivacionais associados, causas encobertas e consequências futuras que possibilitam que, num país rico em recursos minerais, surja, o que de início, começou por ser uma aparente insurreição religiosa até atingir a classificação internacional de terrorismo.

Tendo o nosso tema sido desenvolvido à luz do fundamentalismo islâmico e do terrorismo, embora de forma mais ténue, conduziu-nos a uma análise sucinta destes dois fenómenos no sentido de apurar os motivos que possam ter conduzido a Nigéria à situação política social e económica em que se encontra hoje, ameaçando a segurança e o desenvolvimento nacional e regional e colocando em causa os interesses estrangeiros no país.

Em resultado da globalização e facilidade de circulação a nível mundial, o islamismo tem-se expandido e diversificado ficando por vezes demasiado ocidentalizado e, como tal, conduzindo a reações fundamentalistas por parte de alguns líderes religiosos que vêm no retorno aos princípios básicos do Islão e na estrita aplicação da Sharia a única possibilidade de afastarem a modernidade e regressarem à religião pura que possibilitará a consolidação da *Umma*.

Os movimentos fundamentalistas procuram redimir-se da humilhação sentida pelos Muçulmanos e que lhe tem sido imposta pelo ocidente, sobretudo através, da política externa norte-americana tendo esta culminado com os atentados de 2001 em Nova Iorque e fazendo

ascender a Al-Qaeda como a nova ameaça terrorista mundial do século XXI. Por conseguinte, torna-se necessário eliminar as causas do terrorismo islâmico, promover a aplicação de políticas adequadas que envolvam os líderes muçulmanos moderados e reformistas para que se possa promover um diálogo produtivo e esbater as divergências entre o mundo islâmico e ocidental na procura de um ambiente de paz e pacífica convivência entre culturas.

Através da teoria construtivista, e de como esta analisa as relações internacionais, vemos que as relações existentes entre os atores estatais e não estatais são sempre idealizadas pelo homem e baseadas nas suas ideias e crenças. Assim, quanto mais convincente for uma ideia ou pensamento, melhor será a construção social do mundo e a interação entre os diferentes atores. Na Nigéria, a realidade pós independência conhece agora uma nova faceta da sua história estando esta ainda a ser construída. Apesar de ter já custado inúmeras vidas e prejuízos financeiros avultados, o fundamentalismo levado ao extremo pelo Boko Haram poderá vir a contribuir para uma mudança económica, política e social que, embora seja difícil de conseguir, poderá vir a permitir atingir, no futuro, uma plataforma de entendimento entre estes dois atores e, dessa forma, contribuir para o desenvolvimento nacional.

Esta dissertação elaborou uma análise aprofundada das raízes étnicas, religiosas, económicas e políticas do conflito procurando determinar as reações do governo nigeriano a este problema e como este o irá solucionar face a uma ameaça visível à segurança interna que, em termos de desenvolvimento económico aparenta ser deveras prejudicial, denegrindo a sua imagem perante a comunidade internacional.

Para provar o argumento, foram criadas algumas hipóteses de trabalho. Para validar a primeira hipótese, fizemos uma análise sobre a problemática associada à ‘maldição dos recursos’, neste caso o petróleo, concluindo-se que, por um lado, apesar de a Nigéria ser o maior produtor petrolífero de África, as receitas daí provenientes não revertem em benefício dos nigerianos e, por outro lado, o abandono de grande parte da atividade agrícola e industrial, esperando apenas pelas receitas do petróleo, colocou a Nigéria num estado precário de desenvolvimento com a consequente degradação das condições de vida da população. Quanto à segunda hipótese, abordamos a corrupção na Nigéria, avaliando as suas causas e consequências tendo verificado que esta está já ‘institucionalizada’ na quase totalidade dos setores estatais e que presta o seu contributo para o desvio de fundos que deveriam ser usados para o melhoramento das infraestruturas nacionais.

Por sua vez, a terceira hipótese foi validada através da análise do panorama religioso na Nigéria, em que fizemos uma retrospectiva sobre a evolução histórica do Islão e do Cristianismo no país recorrendo à sua quantificação percentual e às causas que motivam as ações terroristas do Boko Haram.

Quanto à primeira parte da nossa hipótese de trabalho julgamos que poderá haver um aumento do fundamentalismo de matriz islâmica, se o Estado nigeriano nada fizer para o impedir através da adoção de políticas estruturais que contemplem a população sem olhar à sua religião ou etnia. Relativamente à segunda parte da hipótese afigura-se que, apesar dos

cristãos serem o alvo inicial do Boko Haram já não representam, neste momento, a sua principal preocupação pois o verdadeiro 'inimigo' é o Estado secular nigeriano que não providencia as respostas necessárias à melhoria das condições de vida da população, havendo também a registar vítimas entre os muçulmanos.

Como sugestão deixaríamos em aberto a possibilidade de realizar uma análise mais pormenorizada das políticas públicas nigerianas em temáticas específicas como a corrupção, a segurança interna e a gestão de receitas do Estado, se possível no terreno, para dessa forma aferirmos e contribuirmos para a melhoria da performance do Estado e do nível de vida da sua população.

Assim, o perpetuar do conflito que opõe o Estado nigeriano ao grupo Boko Haram irá continuar a contribuir para o abrandar do desenvolvimento do país a nível económico, social, político e religioso, uma vez que a sobreposição de interesses pessoais parece prevalecer, impedindo a passagem a outro estado evolutivo. Os sucessivos ataques do grupo, cada vez mais violentos, principalmente a partir de 2009, contribuem para a retração do investimento económico no norte do país, uma zona já por si economicamente desfavorecida. Tal facto permite corroborar a nossa pergunta de partida. Este conflito é também uma das questões que o Estado terá de resolver urgentemente, juntamente com a necessidade de melhoria de infra-estruturas, a necessidade de combater a pobreza e o desemprego, a deficiente gestão das receitas provenientes do petróleo e a falta de transparência da sua governação. A necessidade de políticas públicas transparentes, responsáveis e não discriminatórias são evidentes. Só assim será possível a Nigéria iniciar novamente o caminho para a estabilidade e melhoria política, social e religiosa e promover o desenvolvimento económico e humano daquela que pode ser a maior potência da África Ocidental.

BIBLIOGRAFIA

1) MONOGRAFIAS

Abiodun, A. (2000) *Security Reform in Democratic Nigeria*, Center for Defence Studies, King's College, University of London. London: Richard Jones.

Aristotle (1962) *The politics*, traduzido por Sinclair, T.. London: Penguin Books.

Armstrong, K. (2000) *Islam: a short story*. New York: The Modern Library.

Bacelar, L. (1987) *O Fundamentalismo no Islão*. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.

Barnardy, F. (2007) *The future of Terror*. London: Granta.

Barnett, M. (2001) 'Social constructivism. In the globalization of World politics' in Baylis, J., Smith, S. & Owens, P. (org) *The Globalization of World Politics*. 5th ed. Oxford, England: Oxford University Press.

Benzine, R. (2005) *Os novos Pensadores do Islão*. Lisboa: Editora Tribuna da História.

Boff, L. (2009) *Fundamentalismo, Terrorismo, Religião e Paz: Desafio para o Século XXI*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.

Bonat, Z. (1995) 'Economic Deregulation, the Peasantry and Agricultural Development in Nigeria: a Kaduna State Case Study' In Adejumobi, S. (ed) et al, *The political Economy of Nigeria under Military rule: 1984-1993*, Harare: Sapes.

Campbell, J. (2010) *Nigeria: Dancing on the Brink*. New York: Rowman and Littlefield Publishers, Inc.

Chabal, P. e Daloz, J. (1999) *Africa Works: Disorder as Political Instrument*. Oxford: James Curry.

Clemente, P. (2008) 'Islão: Legado de Abraão', in Valente, M e Martins, M. (coord) *Estudos de Homenagem ao Professor Doutor Artur Anselmo*. Lisboa: Almedina.

Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1991) *Nosso Futuro Comum*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV.

Copeland, D. (2006) 'The constructivist challenge to structural realism: a review essay' in Grazzini, S., Leander, A. (eds) *Constructivism and International Relations*. Alexander Wendt and his critics. Oxon, Uk: Routledge.

Costa, H. (2000) *Shiismo Iraniano: Uma abordagem Histórico-Sociológica*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Davidson, L. (2003) *Islamic Fundamentalism, an Introduction*. West port, Connecticut: Greenwood Press.

- Edewor, P. (2011) 'Corruption: the law in Nigeria' in Sokefun, J. (ed) *Corruption in Nigeria: a socio-cultural perspective*. Ota: Covenant University.
- Elias, J. (2010) *Islamismo*. Lisboa: Edições 70.
- Escobar, A. (1995) *Encountering Development: The Making and Unmaking of the Third World*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press.
- Falola, T. e Heaton, M. (2008) *A History of Nigeria*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Ferdows, A., Weber, P. (1992) 'Fundamentalism' in Hawkesworth, M., Kogan, M. (coord) *Encyclopedia of Government and Politics*. London and New York: Routledge.
- Ferreira, P. (2006) *O novo Terrorismo*. Lisboa: Prefácio.
- Forest, J. (2012) *Confronting the Terrorism of Boko Haram in Nigeria*. Jsou Report 12-5. Florida: The Jsou Press.
- Funke, N. (2004) *The Ideology of Islamic Fundamentalist Groups in Algeria, Sudan and South Africa: Political Analysis*. Degree of Political Science. Pretoria: University of Pretoria.
- Furtado, C. (1961) *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura
- Fwatshak, S. (2012) Radical Islam in the Lake Chad Basin 1805-2009: From the jihad to Boko Haram in Egodi, U. (ed) *New face of Islam in Eastern Nigeria and the Lake Chad Basin: essays in honour of Simon Ottemberg*. Abuja: Aboko Publishers.
- Garuba, D. e Ikubaje, J. (2010) "The Nigeria Extractive Industries Transparency Initiative and Publish What you pay Nigeria" in Mary Mc Neil and Carman Malena (eds), *Demanding Good Governance: Lessons from Social Accountability Initiatives in Africa*, Washington DC: World Bank.137-162.
- Gboyega, A. et al (2011) *Political Economy of the Petroleum Sector in Nigeria*. Washington: The World Bank.
- Gonçalves, F. (2011) *O Islamismo radical e o combate às suas ameaças: da Dawa à Jihad*. Lisboa: Diário de Bordo Editora.
- Guiddens, A. (1993) *Sociology*. Oxford: Polity Press.
- Gurr, T., Marshall, M. (2005) *Peace and Conflict Report*. Maryland: Center for International Development and Conflict Management, University of Maryland.
- Gwartney, J. e Wagner, R. (1988) 'Public choice and the conduct of representative government' in Gwartney, J. e LeVine, V. (eds), *Public Choice and constitutional economics*. Greenwich: JAI Press.
- Hassan, H. (2008) *Islam in Africa*, CRS Report for Congress, Order Code RS 22873. Washington: Congressional Research Service, The Library of Congress.
- Holsti, O. (2006) 'Theories of International Relations' in Holsti, O. (ed) *Making Foreign Policy*. New York: Palgrave Mcmillan.

- Isa, M.(2010) 'Militant Islamist Groups in Northern Nigeria', in Okumu, W. Ikelegbe, A.(ed) *Militias, Rebels and Islamist Militants*. Pretoria: Institute for Security Studies.
- Jackson, R. e Roseberg, C. (1982) *Personal Rule in Black Africa: Prince, Autocrat, Prophet, Tyrant*. California e Londres: University of California Press.
- Jegede, A. (2011) 'Culture, Media, Technology and Psycho-Social Development in Nigeria' in Simpson, A. et al (ed) *Corruption, globalization and democratic governance in Nigeria*. Ota: Covenant University.
- Juergensmeyer, M.(2003)*Terror in the mind of God: the global rise of religious violence*. Berkeley: University of California Press.
- Kabou, A. (1991) *E se a África recusasse o desenvolvimento?* Mangualde: Edições Pedagogo, Lda.
- Karl, T. (1997) *The paradox of plenty: Oil booms and petro states*. Berkeley e Los Angeles: University of California Press.
- Laquer, W. (1999) *The new terrorism: fanaticism and the arms of mass destruction*. New York: Oxford University Press.
- Lara, A. (2004) *Ciência Política - Estudo da Ordem e de Subversão*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Leandro, G. (2004)' Uma visão militar sobre o terrorismo' in Moreira, A. (coord) *Terrorismo*, 2º edição. Coimbra: Almedina.
- Mbaku, J. (2000) *Bureaucratic and political corruption in Africa*. Florida: Krieger Pub
- Mbaku, J. (2010) *Corruption in Africa: causes, consequences and cleanups*. Lanham, MD: Lexington Books.
- Mbaku, J. (2004) 'Fighting poverty and deprivation in Africa: The continuing struggle' in Mbaku, J. e Saxens, S. (eds) *Africa at the crossroads: Between regionalism and globalization*. London: Oraege'.
- Mehlum, H. Moene, K. e Torvik, R. (2008) 'Institutions and the resource curse' in Congleton, R., Hillman, A. (eds) *40 years of research on rent seeking 2. Applications: Rent seeking in practice*. Berlin: Springer.
- Merryman, J. (1977) 'Comparative Law and Social Change: On the Origins, Style, Decline and Revival of the Law and development Movement', *The American Journal of Comparative Law*. 25: 457-483.
- Mokhawa, G. (2005) 'All that Glitters is not Diamond: The Politics of Diamond Dependence and Abundance in Botswana' in M. Basedau & A. Mahler (eds) *Resource Politics in Sub-Saharan Africa*. Hamburg: Institut fur Africa-Kunde).
- Moreira, A. (2004) ' A insegurança sem fronteiras: o Martírio dos inocentes' in Moreira, A. (coord) *Terrorismo*, 2º edição. Coimbra: Almedina.
- Nogueira, J.; Messari, N. (2005) *Teoria das Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Editora Campus-Elsivier.
- Odey, J. (2000) *The Sharia and the Rest of Us*. Enugu: Snaap Press Ltd.

Omeje, V. (2006) *High stakes and stakeholders: oil conflict and security in Nigeria*. Aldershot: Ashgate.

Onuf (1989) *World of our making-Rules and Rule in social theory and International Relations*. Oxon, Uk: Routledge.

Otite, O. (2000) 'Corruption against the Norms life' in O'Femi, (ed) *Effective and Efficient Implementation of Nigeria: Recent Anti-corruption Legislations*. Lagos.

Pew Research Center's Forum on Religion and Public Life (2010) *Tolerance and Tension: Islam and Christianity in Sub-Saharan Africa*. Washington DC: Pew Research Center.

Pinto, M. (2004) 'A Jihad global e o contexto europeu' in Moreira, A. (coord) *Terrorismo*. Lisboa: Almedina.

Rapley, J. (2002) *Understanding Development: Theory and Practice in the Third World*. Colorado: Lynne Rienner Publishers.

Rens-Smit, c. (2005) 'Constructivism' in Burchill, S. et al (Eds) *Theories of International Relations*. New York: Palgrave Mcmillan.

Rogeiro, N. (2004) 'O novo terrorismo internacional como desafio de segurança- novas e velhas dimensões de um conceito problemático' in Moreira, A. (coord) *Terrorismo*, 2º edição. Coimbra: Almedina.

Rogeiro, N. (2011) *Na Rua Árabe. Causas e Consequências das revoltas no Médio Oriente*. Lisboa: D.Quixote.

Sachs, J. (2005) *The end of Poverty. How we can make it happen in our lifetime*. London: Penguin Press.

Sageman, M. (2004) *Understanding terror networks*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.

Sandroni, P. (1994) *Dicionário de Economia*. São Paulo: Atlas.

Sanmartín, J. (2005) *El terrorista- como es. Como se hace*. 1ª Edição. Barcelona: Ariel, SA.

Sanneh, L. (1996) *Piety & Power Muslims and Christians in West Africa*. New York: Orbis Books.

Silva, T. (2011) *Islão e Fundamentalismo Islâmico- das Origens ao Século XXI*. Lisboa: Pactor.

Soludo, C. e Muhtar, M. (2004) 'Debt, poverty and inequality: Toward an exit strategy for Nigeria and Africa' in N. Okonjo-Iweala, C. Soludo, & M. Muhtar (Eds.), *The debt trap in Nigeria: Towards a sustainable debt strategy*. Trenton, NJ: Africa World Press.

Stern, M. (2003) *Terror in the name of God: Why religious militants kill*. New York: Harper Collins.

Sutti, P., Ricardo, S. (2003) *As diversas faces do terrorismo*. São Paulo: Harbra.

- Tibi, B. (2002) *The challenge of Fundamentalism, Political Islam and the new world disorder*. Berkley: California University Press.
- Torres, A. (2003) 'O Islão na África subsariana' in Gonçalves, A. (coord) *Islamismo. As fronteiras de um conceito*. Porto: Centro de estudos africanos da universidade do Porto.
- Torres, A. (2004) 'Terrorismo: o apocalipse da razão?' in Moreira, A. (coord) *Terrorismo*, 2ª Edição. Coimbra: Almedina.
- United Nations Development Program (1990) *Human Development Report 1990*. New York: Oxford University Press.
- United Nations Development Program (2000) *Human Development Report 2000*. New York: Oxford University Press.
- United Nations Office on Drugs and Crime (2003), *UN Guide for Anti-Corruption Policies*. Nova York: United Nations.
- Wendt, A. (1999) *Social Theory of International Politics*. Cambridge: Cambridge University Press
- Ajakaiye, D. e Odusola, A. (2004). 'Poverty in a globalizing Nigerian economy: The role of rural institutions' In N. Nissanke (ed.) *Poverty in a globalizing economy: The Role of rural institutions. Country reports on Cameroon, Ethiopia, Ghana, Kenya, Nigeria and South Africa*. Tokyo, Japan: Foundation for Advanced Studies on International Development (FASID).
- Wilkinson, P. (2006) 'State terrorism and Human Rights' in Lara, A. *Ciência Política: Estudo da Ordem e da Subversão*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

2) ARTIGOS

- Abraham, N. (2011) "Functional education, militancy and youth restiveness in Nigeria's Niger Delta: The place of multi-national oil corporations (MNOCs)" *African Journal of Political Science and International Relations*. 5(10): 442-447.
- Abtudu, M. e Garuba, D. (2011) "Natural Resource Governance and EITI Implementation in Nigeria", *Current African Issues*. 47: 1-75.
- Adawo, M. (2011) Poverty Reduction in Nigeria: A Necessary Agenda. *Current Research Journal of Economic Theory*. 3(1): 14-19.
- Adeoye, O. (2009) "Godfatherism and the future of Nigerian democracy", *African Journal of Political Science and International Relations*. 3(6): 268-272.
- Aderonmu, J. (2010) "Local Government and Poverty eradication in Rural Nigeria", *Canadian Social Science*. 6(5): 200-208.
- Adesoji, A. (2010) 'The Boko Haram Uprisibg and Islamic Revivalism in Nigeria', *Africa Spectrum*. 45(2): 95-108.
- Adesoji, A. (2011) 'Between Maitatsine and Boko Haram: islamic fundamentalism and the response of the Nigerian State', *Africa Today*. 57(4): 98-119.

Adeyemi, O. et al (2012) "Institutionalizing the culture of accountability in local government administration in Nigeria", *African Journal of Political Science and International Relations*. 6(4): 81-91 .

Adeyeri, O. (2012) "Nigerian State and the management of oil minority conflicts in the Niger Delta: A retrospective view", *African Journal of Political Science and International Relations*. 6(5): 97-103.

Adogame, A. (2010) 'How God Became a Nigerian: Religious impulse and the unfolding of a nation', *Journal of Contemporary African Studies*.2884): 479-498.

Agbese, P. (1992) "With fingers on the trigger: the military as custodian of democracy in Nigeria", *Journal of Third World Studies*. 9(2): 220-253.

Aghalino, S. (2012) "Brief but revolutionary: Yar'Adua and the sustainable development of the Niger Delta, Nigeria" *Global Advanced Research journal of History, Political Science and International Relations*. 16: 144-151.

Ajakaiye, D. e Adeyeye, V.(2001) "The nature of Poverty in Nigeria", *Niser Monograph Series*. 13.

Bayley, D. (1966) "The effects of corruption in a developing nation", *The Western Political Quarterly*. 19: 719-732.

Blanquart, G. (2012) 'Boko Haram: Terrorist Organization, Freedom Fighters or Religious Fanatics? An analysis of Boko Haram within Nigeria, an Australian Perspective and the need for Counter Terrorism responses that involves prescribing them as a terrorist organization', *Edith Cowan University*. Australian Counter Terrorism Conference.30-36.

Cook, D. (2003) 'The recovery of radical Islam in the wake of the defeat of the Taliban', *Terrorism and Political violence*. 15(1): 31-56.

Cooper, H. (2001) 'Terrorism. The problem of definition revisited', *American Behaviour Scientist*. 44 (6):881-893.

Dickson, D. (2005) 'Political Islam in Sub-sahran Africa: The need for a new research and diplomatic Agenda', *United States Institute of Peace*, Special report 140. 1-12.

Ebobrah, S. (2011) "Reconceptualising Democratic Local Governance in the Niger Delta", *Nordiska Afrikainstitutet*. 68: 1-32.

Eze, M. (2011) "The political economy of conflict resolution in a natural resource economy: The case of Nigeria's Niger Delta", *African Journal of Political Science and International Relations*.5(3): 152-158.

Ezirim, G. (2011) "Resource governance and conflict in the Niger Delta: Implications for the Gulf of Guinea Region" *African Journal of Political Science and International Relations*. 5(2): 61-71.

Feldman, R. (2009) 'The root causes of Terrorism: Why parts of Africa might never be at peace', *Defense & Security Analysis*. 25(4): 355-372.

Freedman, L. (1996) 'The Challenge of Fundamentalisms', *Reproductive Health Matters*. 4(8):55-69.

- Gargon, F. e Bean, S. (2010) 'Northern Nigeria's Boko Haram movement: Dead or resurrected?', *Terrorism Monitor*.8 (12):3-4.
- Grafaar et al (2005) "Macroeconomic Policies and Pro-Poor Growth in Nigeria", *Proceedings the German Development Economics Conference in Research Committee Development Economics*. 24: 1-37.
- Grunning, J. e Jackson, R. (2011) 'What's so 'religious' about 'religious terrorism'?', *Critical Studies on Terrorism*. 4(3): 369-388.
- Haynes, J. (2004) 'Religion and democratization in Africa', *Democratization*. 11(4): 66-89.
- Hamdok, A.(1999) " A poverty assessment exercise in Zimbabwe", *African Development Review*. 11 (2): 290-306.
- Haynes, J. (2005) 'Islamic Militancy in East Africa', *Third World Quarterly*. 26(8): 75-97.
- Hopf, T. (1998) 'The promise of Constructivism in International Relations Theory', *International Security*. 23(1): 170-200.
- Idowu, A. (2013) 'Security laws and challenges in Nigeria: the Boko Haram insurgency', *Journal of Applied Security Research*. 8(1): 118-134.
- Ilesanni, S. (2001) 'Constitutional treatment of Religion and the Politics of Human Rights in Nigeria', *African Affairs*. 100: 529-554.
- Kfir, I. (2008) 'Islamic Radicalism in East Africa: is there a cause for concern?', *Studies in Conflict & Terrorism*. 31(9): 829-855.
- Laremont, R. e Gregorian, H. (2006) 'Political Islam in West Africa and the Sahel', *Military Review*.January-February:27-35.
- Last, M. (2009) 'The Pattern of Dissent: Boko Haram in Nigeria 2009', *Annual Review of Islam in Africa*. 10:7-11.
- LeVan, A. (2013) 'Sectarian Rebellions in Post-Transition Nigeria Compared', *Journal of Intervention and Statebuilding*.7 (3): 335-352.
- Lewis, P. e Bratton, M. (2000) 'Attitudes Towards Democracy and Markets in Nigeria: Report of a National Opinion Survey', *International Foundation for Election Systems and Management Systems International*. January-February: 1-41.
- Lima, J. (2006) 'Equilíbrios de poder na África Subsariana: do terrorismo islâmico ao falhanço de uma região', *Revista Nação e Defesa*. 114, 3ª serie: 75-97.
- Luqman, S. (2011) "Democratic governance and the management of oil conflict in Nigeria's Niger Delta: Policy options and challenges", *African Journal of Political Science and International Relations*. 5 (2): 83-91.
- Mair, S. (2003) 'Terrorism and Africa', *Africa Security Review*. 12(1): 107-110.

Montclos, M. (2008) 'Conversion to Islam and Modernity in Nigeria: A view from the underworld', *Africa Today*. 54(4): 71-87.

Montclos, M. (2012)'Boko Haram et le terrorisme islamiste au Nigeria: insurrection religieuse, contestation politique ou protestation sociale?' *Centre d'études et de recherches internationales, Sciences Po*.40:1-33.

Morgan, M. (2004) 'The origins of the new terrorism'. *Parameters*.34(1): 29-43.

Nye, J. (1967) "Corruption and Political Development: a cost benefit analysis", *The American Political Science Review*. 417-427.

Nwagbara, E. (2011) 'The story of structural adjustment programme in Nigeria from the perspective of the organized labour', *Australian Journal of Business and Management Research*. 1(7)30-41.

Obadan, M, (1996) "Poverty in Nigeria: Characteristics, Alleviation Strategies and Programmes", NCEMA Policy Analysis Series. 2(2): 83-111.

Obi, C. (2008) "Enter the Dragon? Chinese oil companies and resistance in the Niger Delta", *Review of African Political Economy*. 35(117): 417-434.

Obi, C. (2006) 'Terrorism in West Africa: Real, emerging or imagined threats?' *African Security Review*. 15(3): 87-101.

Obuah, E. (2010) "Combating Corruption in Nigeria: The Nigerian Economic and Financial Crimes (EFCC), *African Studies Quarterly*. 12(1).

Odekunle, F. (1986) "The legal order, crime, and crime control in Nigeria: demystification of false appearances", *Nigerian Journal of Policy and Strategy*. 1: 78-100.

Ojo, S. (2011) "Niger Delta Struggle: Assessment of selected Nigerians perceptions", *African Journal of Political Science and International Relations*. 5(11): 476-486.

Okosun, I. et al. (2012) "Urban poverty in Nigeria and approaches to poverty alleviation: A review", *African Journal of Political Science and International Relations*. 6 (19): 8-14.

Okpanachi, E. e Andrews, N. (2012) "Preventing the oil 'Resource Curse' in Ghana: Lessons from Nigeria", *World futures: The Journal of Global Education*. 68(6): 430-450.

Okumagba, P. (2011) "Oil Exploration and Ethnic Militia activities in the Niger Delta Region of Nigeria", *International Multidisciplinary Journal*, Ethiopia. 5(5): 56-67.

Olugboji, B. (1995) 'Religious Uprising: Deadly, Divisive, Destructive', *Constitutional Rights Journal*.5(15):6.

Omede, a. (2011) 'Nigeria: Analyzing the Security Challenges of the Goodluck Jonathan Administration', *Canadian Social Science*. 7(5): 90-102.

Omotola, J. (2008) "Combating Poverty for Sustainable Human Development in Nigeria: The Continuing Struggle", *Journal of Poverty*. 12(4): 496-517.

Onuoha, F. (2010) 'The Islamist Challenge: Nigeria's Boko Haram Crisis Explained', *African Security Review* 19(2):55.

- Onuoha, F. (2012) 'The audacity of the Boko Haram: background, analysis and emerging trend', *Security Journal*. 25(2): 134-151.
- Onwuka, E. (2005) "Oil extraction, environmental degradation and poverty in the Niger Delta region of Nigeria: a viewpoint", *International Journal of Environmental Studies*. 62(6): 655-662.
- Onyebuchi, E. e Chigozie, C. (2013) 'Islamic fundamentalism and the Problem of Insecurity in Nigeria: The Boko Haram Phenomenon', *IOSR Journal of Humanities and Social Science*.15(3): 43-53.
- Oraegbunam, I. (2011) 'Sharia Criminal Law, Islam and Democracy in Nigeria Today', *A New Journal of African Studies*. 8:181-209.
- Osaghae, E. e Suberu, R. (2005) 'A history of Identities, Violence and stability in Nigeria', Centre for Research on Inequality, Human Security and ethnicity, *University of Oxford*. Working Paper nº 6: 1-27.
- Ploch, L. (2012) 'Nigeria: Current Issues and US Policy'. *US Congressional Research Service*. July 18:11.
- Postali, FAS (2009) 'Petroleum Royalties and Regional Development in Brazil: The economic Growth of Recipient Towns'. *Res. Pol.* 34: 205-213.
- Rider, B. (2007) "Recovering the proceeds of corruption", *Journal of Money Laundering Control*. 10: 5-32.
- Rodrigues, S. (1993) 'Contributo para a interpretação do fundamentalismo islâmico', *Revista Nação e Defesa*. Ano 18, nº68: 77-99.
- Ross, M. (2001) "Does oil hinder democracy?" *World Politics*. 53: 325-361.
- Rottberg, R. (2007) 'Nigeria Elections and Continuing Challenges', *Council of Foreign Relations*. 27: 1-41.
- Ruggie, J. (1995) 'The false premise of realism', *International Security*. 20(1): 62-70.
- Sachs, J. e Warner, A. (1999) "Natural resource abundance and economic growth", *Journal of Development Economics*. 59: 43-76.
- Salawu, B. (2010) 'Ethno-Religious conflicts in Nigeria: Causal Analysis and proposals for new Management Strategies', *European Journal of Social Sciences*. 13(3): 345-353.
- Salifu, A. (2008) "Can Corruption and economic crime be controlled in developing economies - and if so, is the cost worth it?", *Journal of Money Laundering Control*. 11: 273-283.
- Sampson, I. (2013) 'The dilemmas of counter-bokoharamism: Debating state responses to Boko Haram terrorism in Northern Nigeria', *Security Journal*. Vol 0: 1-25.
- Santos, E. et al (2012) 'Desenvolvimento: um conceito Multidimensional', *Desenvolvimento Regional em debate*. 2(1):44-61.

Schwartz, S. (2010) 'Is Nigeria a Hotbed of Islamic Extremism?', *United States Institute of Peace*. Peace Brief 27: 1-5.

Smock, D. (2002a) 'Islamic perspectives on peace and violence', *United States Institute of Peace*, Special report 82. 1-8.

Smock, D. (2002b) 'Islam and democracy', *United States Institute of Peace*, Special report 93. 1-12.

Smock, D. (2005) 'Applying Islamic Principles in the Twenty-first Century. Nigeria, Iran and Indonesia', *United States Institute of Peace*. Special Report 150: 1-10.

Solomon, H. (2012a) 'Counter-Terrorism in Nigeria', *The RUSI Journal*. 157(4): 6-11.

Stone, L. (2002) 'The Islamic crescent: Islam, culture and globalization', *Inovation: the European journal of Social Science research*.15-2: 121-131.

Thompson, G. (2007)'Religious Fundamentalisms, territories and 'globalization''. *Economy and Society*. 36(1): 19-50.

Uniamikogbo, S. (1997)" Poverty Alleviation under Nigeria's SAP: A policy frame work", Poverty Alleviation in Nigeria, *Nigerian Economic Society*, Ibadan.

United Nations Development Assistance Framework (UNDAF) (2008) 'Nigeria- UNDAF II 2009-2012' *United Nations System in Nigeria*. 1-73.

Vegar, J. (2007)' O encaixe das rodas dentadas: A investigação do terrorismo jihadista'. *Sociologia Problemas e Práticas*.54: 163-181.

Ventura, J. (1996) ' O terrorismo integrista no Norte de África e a situação geoestratégica da Península Ibérica', *Revista Nação e Defesa*. Ano 21, nº 79: 93-113.

Vidino, L. et al (2010) 'Bringing global jihad to the horn of Africa: Al-Shabaab, western fighters and the sacralization of the Somali conflict', *African Security*. 3(4):216-238.

Walker, A. (2012) 'What is Boko Haram?', *United States Institute of Peace*, Report. 308: 1-16.

Wondon, Q. (1997) "Food energy intake and cost of basic needs: Measuring poverty in Bangladesh", *Journal of Development Studies*. 34(2): 66-101.

3) OUTROS DOCUMENTOS

Ayobami, O. (2011) "Corruption, eradication in Nigeria: An Appraisal", *Library Philosophy and Practice (e-journal)*: paper 542.

Collier, P. and Goderis, B. (2008) "Commodity Prices, Growth and the Natural Resource Curse: Reconciling a Conundrum", *Oxcarre Working Paper*, Nº 2008-14.

Gusau, S. (2005) "Poverty in Nigeria: Towards an Islamic Solution", Poverty in Muslim countries and the new international economic order" (papers from the 5th International conference in Islamic Economics and Finance, October 7-9 in Bahrein). 133-165.

Hoffman, B. (1993) 'Holly Terror: The implications of terrorism motivated by a religious imperative'. Paper presented at the 'worldwide Department of Defense Combating Terrorism Conference'. Virginia Beach.

Lawan, M. (2008) "The Paradox of underdevelopment amidst Oil in Nigeria: A socio-legal explanation". Coventry: University of Warwick (Thesis for the Degree of Doctor of Philosophy in Law).

Okereke, C. (2012) Countering religious extremism and radicalization in Nigeria: Perception management and de-radicalization of islamists explained. Unpublished paper.

Philp, M. (1987) Defining corruption : an analysis of the republican tradition, paper presented at the International Political Science Association Conference on Political Finance and Political Corruption, Bellagio, Italia.

Ramos, R. (2012) O fundamentalismo islâmico e o terrorismo. Das origens aos desafios para o século XXI. Dissertação de Mestrado em Ciência Política, Governança e Relações Internacionais. Beira, Moçambique: Universidade Católica Portuguesa.

Uzoigwe, M. (2011) "Exploring Multi-stakeholder Initiatives for Natural Resource Governance: The example of the Nigerian Extractive Industries Transparency Initiative (NEITI)". Birmingham: University of Birmingham (Thesis for the Doctor of Philosophy).

Vegar, J. (2010) *A célula e as fronteiras. Terrorismo Jihadista*. Dissertação de Mestrado em Comunicação e Cultura. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

4) WEBGRAFIA

a) ARTIGOS/PAPERS

Alao, A. (2009) Islamic Radicalisation and Violence in Nigeria. Disponível em: <http://www.securityanddevelopment.org/pdf/ESRC%20Nigeria%20Overview.pdf> [18 Dezembro 2013].

Ale, A. (2009), Boko Haram: Soyinka Blames Government, in: Saturday Punch (Lagos), 15 August, 8. Disponível em: <http://journals.sub.uni-hamburg.de/giga/afsp/article/viewFile/330/330> [10 Dezembro 2013].

Alli, Y. (2009), Revealed: Boko Haram Leaders Trained in Afghanistan, Algeria, The Nation (Lagos), 2 August, 1. Disponível em: <http://journals.sub.uni-hamburg.de/giga/afsp/article/viewFile/330/330> [10 Dezembro 2013].

Aras, B. (2004) The future of liberal Islam. Disponível em: <http://sam.gov.tr/wp-content/pdfs/16.pdf> [17 Novembro 2013].

Arnaudas, U. (2013) Boko Haram y la proliferación del islamismo yihadista en Nigeria como amenaza para la seguridad en el Sahel. Disponível em: <http://www.rebellion.org/docs/175531.pdf> [15 Dezembro 2013].

Asuni, J. (2009) Understanding the armed groups of the Niger Delta. Disponível em: <http://www.cfr.org/nigeria/understanding-armed-groups-niger-delta/p20146> [1 Maio 2013].

Baldant, S. (2012) Nigeria Closes its Borders amid unrest from Islamits, Strikers. Disponível em: <http://www.csmonitor.com/World/Africa/2012/0111/Nigeria-closes-its-borders-amid-unrest-from-Islamists-strikers> [14 Dezembro 2013].

Barkindo, A. (2013) Could offering n amnesty to Boko Haram stop violence in Nigeria? Disponível em: <http://www.insightonconflict.org/2013/10/amnesty-boko-haram-nigeria/> [16 Dezembro 2013].

Batley, B. (2003) The justifications for jihad, war and revolution in Islam. Working paper nº 375. Disponível em: <http://www.isn.ethz.ch/Digital-Library/Publications/Detail/?ots591=0c54e3b3-1e9c-be1e-2c24-a6a8c7060233&lng=en&id=34053> [12 Novembro 2013].

Berriew, C. (2007) The definition of terrorism. Disponível em: <http://www.official-documents.gov.uk/document/cm70/7052/7052.pdf> [12 Novembro 2013].

Bumah, J. and Adalaku A.(2009), The Boko Haram Tragedy and Other Issues, in: The Punch (Lagos), 6 August, 40. Disponível em: <http://journals.sub.uni-hamburg.de/giga/afsp/article/viewFile/330/330> [10 Dezembro 2013].

Campbell, J. e Harwood, A.(2011) Nigeria's challenge. Disponível em: <http://www.theatlantic.com/international/archive/2011/06/nigerias-challenge/240961/> [15 Dezembro 2011].

Carson, J. (2012) 'Nigeria, one year after elections'. Disponível em: <http://www.state.gov/p/af/rls/rm/2012/187721.htm> [17 Dezembro 2013].

Cooke, J. (2011) Emerging Threat to the US Homeland. Disponível em: http://csis.org/files/111130_tscooke.pdf [19 Dezembro 2013].

Cooper-knock, S. (2012) Boko Haram and the Future of Nigeria. Disponível em: <http://democracyinafrica.org/boko-haram-and-the-future-of-nigeria/> [17 Dezembro 2013].

Fasure, S. (2009), A Loaded Season of Violence, in: The Nation on Sunday (Lagos), 2 August, 2. Disponível em: <http://journals.sub.uni-hamburg.de/giga/afsp/article/viewFile/330/330> [10 Dezembro 2013].

Frankel, J. (2010) The natural resource curse: a survey. Disponível em: <http://web.hks.harvard.edu/publications/getFile.aspx?> [10 Dezembro 2012].

George, R. (2013) Nigeria has capacity but lacks will to tackle Boko Haram says US official. Disponível em: <http://www.thisdaylive.com/articles/nigeria-has-capacity-but-lacks-will-to-tackle-boko-haram-says-us-official/160826/> [15 Dezembro 2013].

Gillies, A. (2009) Reforming corruption out of Nigerian Oil? Part one: Mapping corruption risks in oil sector governance. Disponível em : <http://www.u4.no/publications/reforming->

corruption-out-of-nigerian-oil-part-one-mapping-corruption-risks-in-oil-sector-governance/ [26 Março 2013].

Griffiths, M, Callaghan, T. (2010) Estado falhado. Disponível em : <http://www.studymode.com/essays/Defini%C3%A7%C3%A3o-De-Estado-Falhado-293355.html> [25 Janeiro 2014].

Ham, C. (2012) Counterterrorism in Africa. Disponível em: <http://www.gwumc.edu/hspi/events/GENHamPRF416.cfm>. [10 Dezembro 2013].

Hoffman, B. (2006) Inside Terrorism. Disponível em : <http://sangu.edu.ge/books/hum/terorizmi/Insade%20Terrorism.pdf> [15 Novembro 2013].

Hussein, B. e Walker, L. (2012) Nigeria and the Sunni Islamic insurgency of Boko Haram: over 170 killed in Kano. Disponível em : <http://moderntokyotimes.com> [13 Dezembro 2013].

Idowu-Fearon (2005) Conflict and Cooperation between Christians and Muslims in Nigeria. Disponível em: <https://www.dur.ac.uk/resources/johns/publications/conflict.pdf> [17 Dezembro 2013].

Ike, D. (2009) Corruption and Its Impact on the Economic Development of Nigeria. Disponível em: <http://eprints.covenantuniversity.edu.ng/663/> [25 Março 2013].

Johnson, T. (2013) Boko Haram. Disponível em: <http://www.cfr.org/nigeria/boko-haram/p25739> [13 Dezembro 2013].

Leigh, K. (2011) Nigeria's Boko Haram: Al-Qaeda's new friend in Africa?' Disponível em: <http://www.time.com/time/world/article/0,8599,2091137,00.html#ixzz1g0144UvU>. [11 Dezembro 2013].

Loboda, L. (2004) The Thought of Sayyid Qutb. Disponível em: <http://www.ashbrook.org/wp-content/uploads/2012/06/2004-Loboda-The-Thought-of-Sayyid-Qutb-PDF.pdf> [3 Dezembro 2013].

Madunagu, E., Shobiye H. , Chiedozie I.(2009), We Did Nothing Wrong, Says Boko Haram Leader in His Last Moments, Group Planned Ramadan Bomb Attack - Borno, in: The Punch (Lagos), 5 August, 2. Disponível em: <http://journals.sub.uni-hamburg.de/giga/afsp/article/viewFile/330/330> [10 Dezembro 2013].

Malka, H., Lawrence, W. (2013) Jihadi-Salafism's next generation. Disponível em: http://csis.org/files/publication/131011_MalkaLawrence_JihadiSalafism_Web.pdf [12 Novembro 2013].

Mazrui, A. (2012) Nigeria: From the Sharia movement to Boko Haram. Disponível em: <http://english.alarabiya.net/views/2012/06/19/221606.html> [10 Dezembro 2013].

Mesoy, A. (2013) Poverty and radicalization into violent extremism: a causal link? Disponível em: http://www.peacebuilding.no/var/ezflow_site/storage/original/application/e60a8a679f48427d592a1906daf569d4.pdf [10 Novembro 2013].

Mneimneah, S. (2013) Can Nigeris's Boko Haram survive the death of its leader? Disponível em: <http://www.geopoliticalmonitor.com/could-nigerias-boko-haram-survive-the-death-of-its-leader-4854/> [16 Dezembro 2013].

Nuochiri, I. (2011) Boko Haram: Yusuf had only 4000 followers - 2009, Army tells court. Disponível em: <http://www.vanguardngr.com/2011/12/boko-haram-yusuf-had-only-4000-followers-in-2009-army-tells-court/> [10 Dezembro 2013].

Nwankwo, C., Falola, F. (2009) Boko Haram: Another 140 kids, women rescued, 780 killed in Maiduguri Alone - Red cross, Viticms given Burial, in the Punch (Lagos), 3 August, 2. Disponível em: <http://journals.sub.uni-hamburg.de/giga/afsp/article/viewFile/330/330> [10 Dezembro 2013].

Obayinwana, O. (2011) Nigeria: yet another season of Trivails. Disponível em: <http://www.newafricanmagazine.com/features/politics/yet-another-season-of-travails> [18 Dezembro 2013].

Obioma, J. (2013) Boko Haram, Domestic Terrorism and the Future of Nigeria <http://newsbearerweeklymagazine.com/portal/content.asp?ContentId=792> [17 Dezembro 2013].

Olu, F. (2009), The Psychology of Boko Haram, in: The Nation (Lagos), 15 August, 9. Disponível em: <http://journals.sub.uni-hamburg.de/giga/afsp/article/viewFile/330/330> [10 Dezembro 2013].

Oluwatoyin, G.e Osinubi, T. (2005) Macroeconomic Policies and Pro-poor Growth in Nigeria. Disponível em : <http://econstor.eu/bitstream/10419/19817/1/Osinubi.pdf> [10Abril 2013].

Ompidan, I. (2009), Why North is on Fire, in: Sunday Sun (Lagos), 2 August, 5-6. Disponível em: <http://journals.sub.uni-hamburg.de/giga/afsp/article/viewFile/330/330> [10 Dezembro 2013].

Omotola, J. (2009) Secularism and the Politics of Religious Balancing in Nigeria. Disponível em: http://www.irmgard-coninx-stiftung.de/fileadmin/user_upload/pdf/Cultural_Pluralism/Religion/Essay.Omotola.pdf [16 Dezembro 2013].

Onyeukwu, A. (2007) Resource Curse in Nigeria: perception and challenges. Disponível em: www.policy.hu/document/200808/john.onyeukwu.pdf&letoltes=1 [10 Dezembro 2012].

Owumanam, J., Falola, F., Slobiye, H. (2009) The rise, Threat and Fall of Boko Haram, in: Saturday Punch (Lagos), 1 August, 2-3. Disponível em: <http://journals.sub.uni-hamburg.de/giga/afsp/article/viewFile/330/330> [10 Dezembro 2013].

Oyegbile, O., Lawal, A. (2009), Shielding Patrons of Boko Haram, in: Tell (Lagos), 17 August, 67-71. Disponível em: <http://journals.sub.uni-amburg.de/giga/afsp/article/viewFile/330/330> [10 Dezembro 2013].

Pham, J. (2012) A ameaça crescente do Boko haram. Disponível em: http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=1&cad=rja&ved=0CDAQFjAA&url=http%3A%2F%2Fmercury.ethz.ch%2Fserviceengine%2Ffiles%2FISN%2F141962%2Fpublicationdocument_singledocument%2F3c7d7677-55ee-4c44-b9df-

7dfec9df55%2Fpt%2FASB20Final_POR.pdf&ei=49zLUqe1B8HB7AawjYGQDQ&usg=AFQjCNHho ONCDPSTIKPd3PI9oGmdSSZy7A&sig2=Q0tWjSF46yTcFPHY2a8yMg [10 Dezembro 2013].

Ramdo, I (2012) From Curse to Purse. Disponível em: [http://www.ecdpm.org/Web_ECDPM/Web/Content/Download.nsf/0/6A371689F627EFF1C1257AA00049445D/\\$FILE/DP136_Final%20Layout.pdf](http://www.ecdpm.org/Web_ECDPM/Web/Content/Download.nsf/0/6A371689F627EFF1C1257AA00049445D/$FILE/DP136_Final%20Layout.pdf) [10Dezembro2012].

Saidu, S. (2011) Almajiri and Matters Arising. Disponível em: <http://allafrica.com/stories/201110191031.html> [13 Dez 2013].

Solomon, H. (2012b)' The Mayhem in Mali'. Disponível em: <http://icsr.info/2012/04/the-mayhem-in-mali/> [16 Dezembro 2013].

Sulaiman, T. (2009), The Plot to Islamise Nigeria, in: Tell (Lagos), 30 November, 19-23. Disponível em: <http://journals.sub.uni-hamburg.de/giga/afsp/article/viewFile/330/330> [10 Dezembro 2013].

Tunde, A. (2012) Facts about Boko Haram. Disponível em: <http://odili.net/news/source/2012/jan/8/823.html> [12 Dezembro 2013].

Volman, D. Oil, Arms and Violence in Africa. D. (2003) Disponível em: http://concernedafricascholars.org/docs/asrp2003_oil_arms_and_violence_in_africa.pdf [10 Maio 2013].

b) ORGANIZAÇÕES E OUTROS SITES

A New Dictionary of Religions (1995) Maitatsine movement. Disponível em: http://www.blackwellreference.com/public/tocnode?id=g9780631181392_chunk_g978063118139214_ss1-22 [15 Dezembro 2013].

Amnesty International (2011) Nigeria:Human Rights Agenda 2011-2015. Disponível em: <http://www.amnesty.org/en/library/asset/AFR44/014/2011/en/5a1b7540-3afc-43ec-978c-3eab4c10d9ff/afr440142011en.pdf> [13 Dezembro 2013].

BBC (2010) Hillary Clinton blames Nigeria leaders for extremism <http://news.bbc.co.uk/2/hi/8482420.stm> [13 Dezembro 2013].

Comitte on Homeland Security (2013) Boko Haram: Growing threat to the US Homeland. Disponível em: <http://homeland.house.gov/boko-haram-growing-threat-us-homeland> [16 Dezembro 2013].

Daily Telegraph (2012) Boko Haram sympathisers 'In government and Security Agencies'. Disponível em: <http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/africaandindianocean/nigeria/9001033/Boko-Haram-sympathisers-in-government-and-security-agencies.html> [17 Dezembro 2013].

Dicionário Priberam da Língua Portuguesa (2013) Salafismo. Disponível em <http://www.priberam.pt/dlpo/salafismo> [07 Dezembro2013].

Economist (2011) Nigeria's New government: One and a Half Cheers for the Economy. None for Security. Disponível em: <http://www.economist.com/node/21538207> [16 Dezembro 2013].

Encyclopaedia Britannica (2013) Sahel. Disponível em: <http://www.britannica.com/EBchecked/topic/516438/Sahel> [25 Janeiro 2014].

Federal Bureau of Investigation (2002). Disponível em: <http://www.fbi.gov/stats-services/publications/terrorism-2002-2005> [10 Agosto 2013].

Freedom House (2013) Annual Report. Disponível em: http://www.freedomhouse.org/sites/default/files/FIW%202013%20Booklet%20for%20Web_1.pdf [25 Março 2013].

German Law Journal (2004) The E.U.'s Definition of Terrorism: The Council Framework Decision on Combating Terrorism. Disponível em: http://www.germanlawjournal.com/pdfs/Vol05No05/PDF_Vol_05_No_05_585-602_special_issue_Dumitriu.pdf [13 de Novembro 2013].

Government UK (2013) Terrorism. Disponível em: <https://www.gov.uk/foreign-travel-advice/nigeria/terrorism> [14 Dezembro 2013].

Human Rights Watch (2010) Everyone's on the game. Disponível em: <http://www.hrw.org/sites/default/files/reports/nigeria0810webwcover.pdf> [23 março 2013].

Human Rights Watch (2012) Country Summary. Disponível em: http://www.hrw.org/sites/default/files/related_material/nigeria_2012.pdf [25 Abril 2013].

Infopédia (2013) Nigéria. Disponível em: [http://www.infopedia.pt/\\$nigeria](http://www.infopedia.pt/$nigeria) [20 Abril 2013].

Infopédia (2014) Pentecostalismo. Disponível em: <http://www.infopedia.pt/lingua-portuguesa/pentecostalismo?homografia=0> [14 Abril 2014].

International Criminal Court (2013) Situation in Nigeria. Disponível em: <http://www.icc-cpi.int/iccdocs/PIDS/docs/SAS%20-%20NGA%20-%20Public%20version%20Article%205%20Report%20-%202005%20August%202013.PDF> [15 Dezembro 2013].

International Crisis Group (2004) Islamism in North Africa: The legacies of history. Disponível em: <http://www.crisisgroup.org/-/media/Files/Middle%20East%20North%20Africa/North%20Africa/B012%20Islamism%20in%20North%20Africa%201%20The%20Legacies%20of%20History.pdf> [14 Novembro 2013].

International Crisis Group (2005a) Islamist terrorism in the Sahel: fact or fiction? Disponível em: <http://www.crisisgroup.org/-/media/Files/africa/west-africa/Islamist%20Terrorism%20in%20the%20Sahel%20Fact%20or%20Fiction.pdf> [14 Novembro].

International Crisis Group (2005b) Understanding Islamism. Middle East/North Africa Report , n.º 37. Disponível em: <http://www.crisisgroup.org/-/media/Files/Middle%20East%20North%20Africa/North%20Africa/Understanding%20Islamism.pdf> [18 Novembro 2013].

Investopedia (2012a) Resource curse. Disponível em: <http://www.investopedia.com/terms/r/resource-curse.asp#axzz2Ewjvcx6M> [11 Dezembro 2012].

Investopedia (2012b) Dutch disease. Disponível em: <http://www.investopedia.com/terms/d/dutchdisease.asp#axzz2Ewjvcx6M> [11 Dezembro 2012].

Organização das Nações Unidas (2004) Resoluções da Assembleia-geral da ONU. Disponível em www.un.org/documents/resga.htm [13 de Novembro 2013].

Pew Research Religion & Public Life Project (2013). Disponível em: <http://www.pewforum.org/2012/12/18/global-religious-landscape-muslim/> [18 Novembro 2013].

Rand Corporation (2009) Radical Islam in East Africa. Disponível em: http://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/monographs/2009/RAND_MG782.pdf [14 Novembro 2013].

Security Service MI5 (2013) terrorismo. Disponível em: <https://www.mi5.gov.uk/home/the-threats/terrorism.html> [15 Dezembro 2013]

The free dictionary (2013) Madrassa. Disponível em: <http://www.thefreedictionary.com/Madrassa>) [26 Novembro 2013].

Total (2013) The History of Nigeria. Disponível em: http://www.ng.total.com/01_about_nigeria/0103_history.htm [20 Outubro 2013].

Transparency International (2013) Corruption Perceptions Index. Disponível em: <http://www.transparency.org/country#NGA> [20 Dezembro 2013].

United Nations Development Program (2006) Niger Delta Human Development Report <http://hdr.undp.org/en/reports/nationalreports/africa/nigeria/name,3368,en.html> [28 Março 2013].

United Nations Development Program (2008) Human Development Report, Nigeria 2008-2009 "Achieving growth and equity" UN Abuja. Disponível em: <http://planipolis.iiep.unesco.org/upload/Nigeria/NigeriaHDR20082009.pdf> [15 Abril 2013].

United Nations Development Program (2013a) Poverty reduction. Disponível em: http://www.undp.org/content/undp/en/home/librarypage/results/fast_facts/poverty-reduction/ [15 Abril 2013].

United Nations Development Program (2013b) Eradicate extreme poverty and hunger. Disponível em: http://www.undp.org/content/undp/en/home/mdgoverview/mdg_goals/mdg1/ [18 Outubro 2013].

US Department of State (2013) Foreign Terrorist Organizations. Disponível em: <http://www.state.gov/j/ct/rls/other/des/123085.htm> [14 dezembro 2013].

World Bank (1997) Helping Countries Combat Corruption: The Role of the World Bank. Washington, DC: The World Bank; and Transparency International (2013) Frequently Asked Questions About the Corruption Perception Index. Disponível em: http://www.transparency.org/whoweare/organisation/faqs_on_corruption/2/ [29 Março 2013].

World Bank (2013) Nigéria Overview. Disponível em:
<http://www.worldbank.org/en/country/nigeria/overview> [20 Abril 2013].

ANEXOS

ANEXO I - Percentagem de Sunitas e Xiitas na Nigéria

Affiliation of Muslims						
	<u>Sunni</u>	<u>Shia</u>	<u>Ahmadiyya</u>	<u>Something else</u>	<u>“Just a Muslim”</u>	<u>None / Don’t know / Refused</u>
	%	%	%	%	%	%
Predominantly Muslim						
Djibouti	77	2	0	0	8	13=100
Mali	20	0	2	1	55	22=100
Senegal	55	0	1	6	27	12=100
Roughly even mix						
Chad	48	21	4	0	23	4=100
Guinea Bissau	40	6	2	0	36	16=100
Nigeria	38	12	3	2	42	4=100
Tanzania	41	20	15	1	20	4=100
Predominantly Christian						
<i>Large Muslim minority</i>						
Cameroon	27	3	12	5	40	13=100
Ethiopia	68	2	0	2	23	5=100
Liberia	38	9	10	0	22	21=100
<i>Small Muslim minority</i>						
DR Congo	50	10	6	0	14	20=100
Ghana	51	8	16	0	13	11=100
Kenya	73	8	4	0	8	7=100
Uganda	40	7	4	0	33	16=100

Q37. Are you Sunni (for example, Hanafi, Maliki, Shafi, or Hanbali), Shia (for example, Ithnashari/Twelve or Ismaili/Sevener), or something else?
Based on Muslims. Countries with relatively few Muslims are not shown in the table. Due to data collection problems, estimates for Q37 in Mozambique are not reported here.

Fonte: Pew Research Center’s Forum on Religion and Public Life (2013)

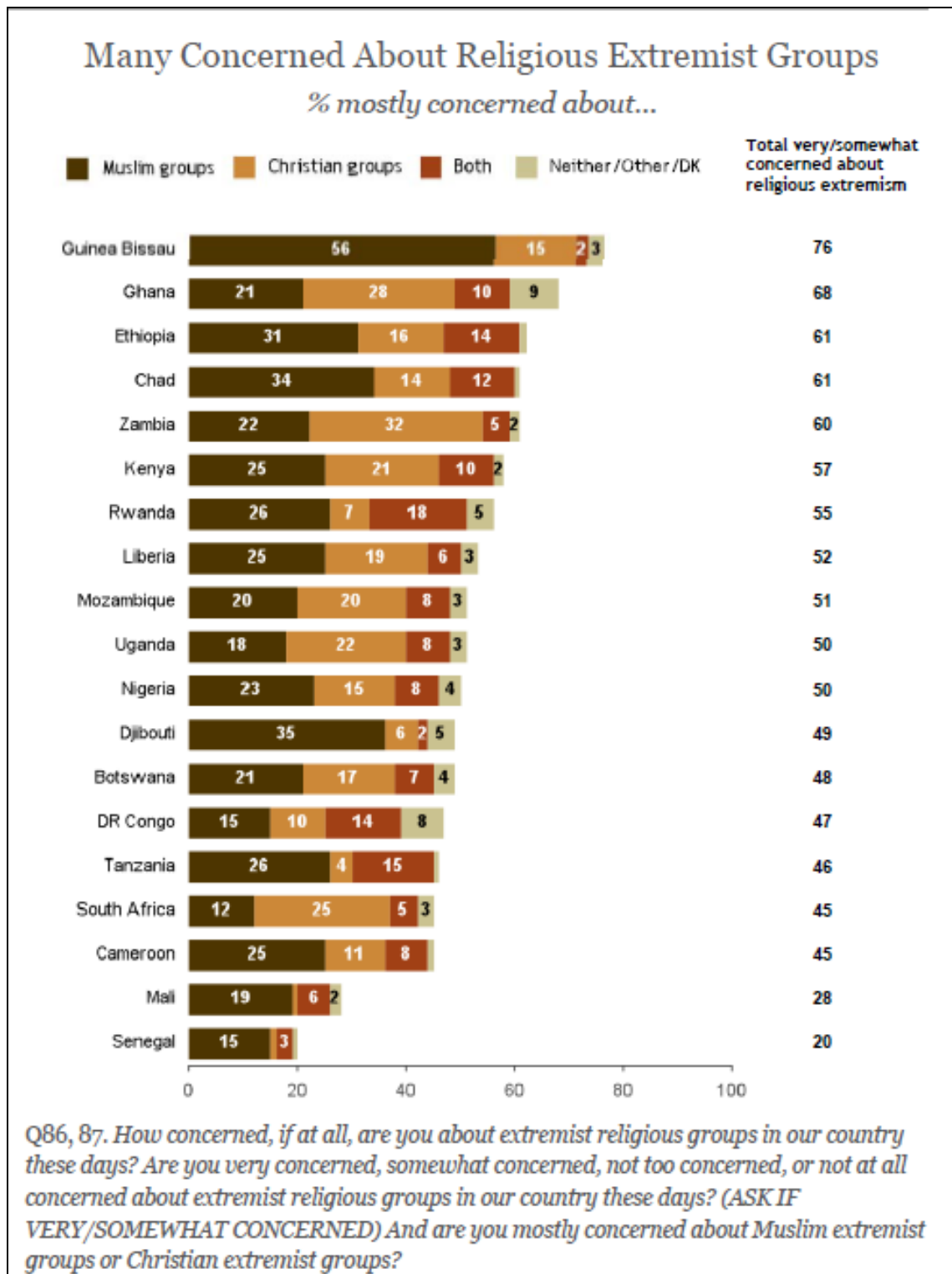
ANEXO II - Percentagem de Cristãos e Muçulmanos na Nigéria

Religious Affiliation					
	<u>Christian</u>	<u>Muslim</u>	<u>Traditional African religions</u>	<u>Unaffiliated</u>	<u>Other/DK/Refused</u>
	%	%	%	%	%
Predominantly Muslim					
Djibouti	2	97	0	0	0=100
Mali	8	90	1	0	0=100
Senegal	10	89	1	0	0=100
Roughly even mix					
Chad	40	54	3	3	1=100
Guinea Bissau	62	38	0	0	0=100
Nigeria	46	52	1	0	0=100
Tanzania	60	36	2	1	0=100
Predominantly Christian					
<i>Large Muslim minority</i>					
Cameroon	80	16	1	2	0=100
Ethiopia	69	30	0	0	0=100
Liberia	69	19	12	0	0=100
Mozambique	63	23	1	13	1=100
<i>Small Muslim minority</i>					
DR Congo	80	12	3	4	1=100
Ghana	83	11	4	1	0=100
Kenya	88	11	0	0	0=100
Uganda	86	13	0	0	0=100
<i>Few Muslims</i>					
Botswana	87	2	1	9	0=100
Rwanda	93	5	0	1	1=100
South Africa	87	2	4	7	1=100
Zambia	98	2	0	1	0=100

Q32. What is your present religion, if any? (READ LIST, SHOW CARD) Christian; Muslim; ancestral, tribal, animist, or other traditional African religion; Hindu; Buddhist; Bahai; Jewish; atheist; agnostic; something else; nothing in particular?

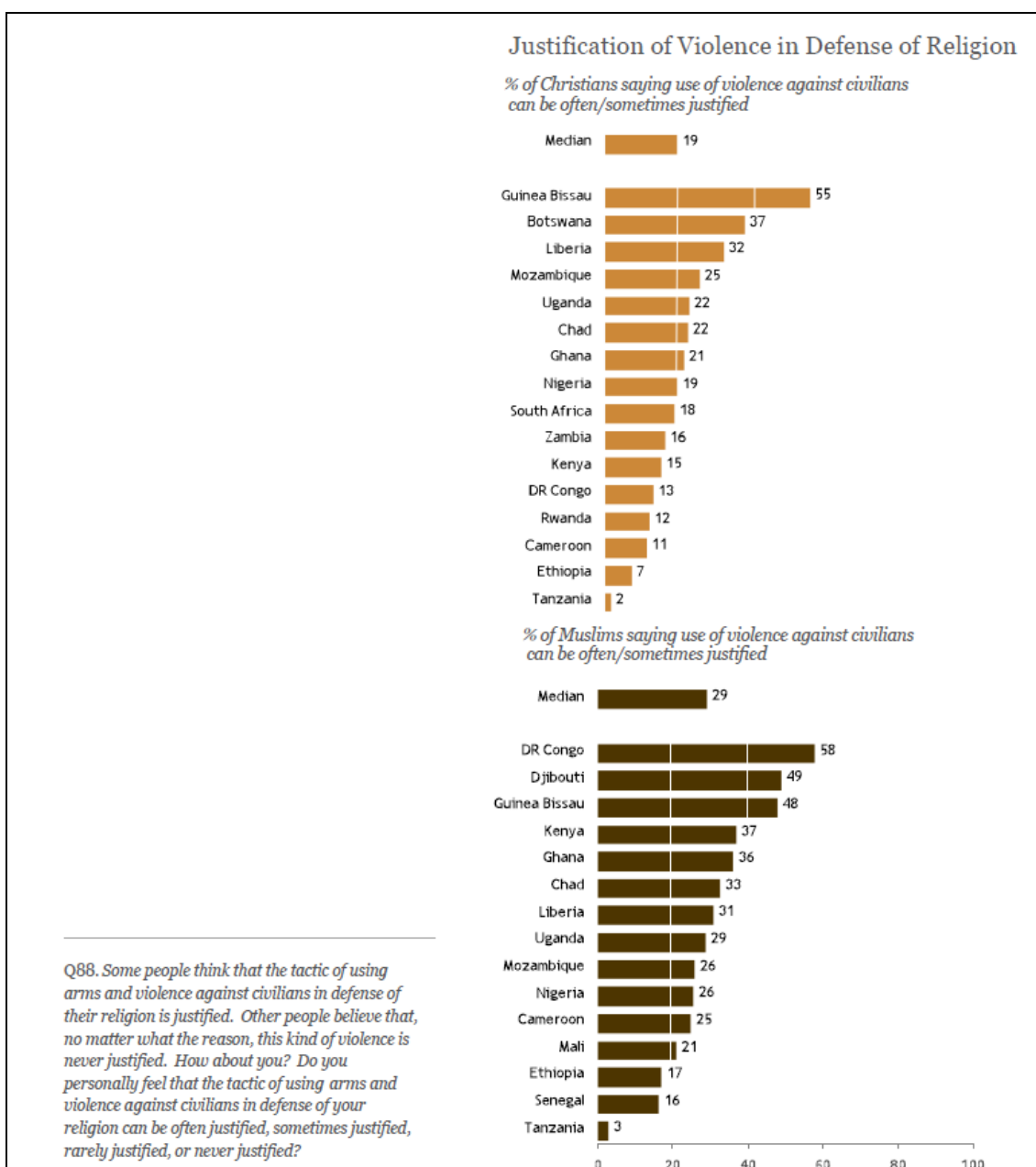
Fonte: Pew Research Center's Forum on Religion and Public Life (2013)

ANEXO III - Preocupação relativamente ao extremismo



Fonte: Pew Research Center's Forum on Religion and Public Life (2013)

ANEXO IV - Justificação da violência na religião



Fonte: Pew Research Center's Forum on Religion and Public Life (2013)